



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

O ESTADO COMO INDUTOR DA INSERÇÃO TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

O caso do Território Rural do
Vale do Rio Vermelho - GO

LÚCIO PEREIRA MELLO

BRASÍLIA
2011



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**O ESTADO COMO INDUTOR DA INSERÇÃO TÉCNICA NA
AGRICULTURA FAMILIAR**
O caso do Território Rural do Vale do Rio Vermelho - GO

Lúcio Pereira Mello

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Steinberger
Área de Concentração: Gestão Ambiental e
Territorial
Opção: Acadêmica

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Brasília - DF
Fevereiro de 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**O ESTADO COMO INDUTOR DA INSERÇÃO TÉCNICA NA
AGRICULTURA FAMILIAR:
O caso do Território Rural do Vale do Rio Vermelho - GO**

Lúcio Pereira Mello

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Professora Dra. Marília Steinberger, Professora do Departamento de Geografia
Universidade de Brasília (Orientadora)

Professor Dr. Gláucio Marafon, Professor do Departamento de Geografia Humana
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Examinador Externo)

Professor Dr. Cláudia Andreoli, Professora do Departamento de Geografia
Universidade de Brasília

Professor Dr. Mauro Del Grossi, Professor do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em
Agronegócios
Universidade de Brasília (Suplente)

*Para Bianca,
Minha namorada-companheira*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar à minha orientadora, professora Marília Steinberger, pela atenção e acompanhamento, sempre desanuviando dúvidas, impedindo imprecisões, estimulando a reflexão e pelo exemplo de comprometimento com o conhecimento, o ensino e a pesquisa.

Aos professores: Mauro Del Grossi, pelo precioso tempo e valiosíssimas contribuições, exemplo de coerência entre ideia e ação; Guilherme Delgado, pelo empenho, considerações e correções necessárias; e Gláucio Marafon, pela leitura atenta e disponibilidade.

Aos colegas de mestrado, sobretudo Daniel Vera e Júlia Bittencourt, pelas preciosas considerações e comentários. À amiga Milena Araguaia, goiana *honoris causa*, cujas conversas sobre o desenvolvimento agrário no estado de Goiás elucidaram e motivaram este trabalho. A Daniel Pereira e membros do Conselho Territorial do Vale do Rio Vermelho, pela acolhida, trabalho sério e difícil, empreendido em nome da coletividade.

Ao NEAD, nas figuras de Maria Clara e Carol, sempre atenciosas pelo estímulo e disponibilização da excelente biblioteca, onde foram realizadas consultas e leituras extremamente valiosas. Aos colegas da Ascom MDA por me apoiarem na empreitada.

À UnB, por ser pública, e um ambiente onde se respira conhecimento, liberdade de pensamento e tolerância. Ao Jorge, funcionário do POSGEA, pessoa de presteza, educação e prestatividade no atendimento. Aos funcionários da Biblioteca da UnB, pela manutenção de um lugar estimulante ao estudo.

Em particular, aos professores e geógrafos Márcia Noêmia e Zé Fernando Mello, inspirações que, sem perceberem, me mostraram desde pequeno a beleza dos mapas, da Geografia e da obra de Milton Santos, e a beleza do compromisso com a educação pública e de qualidade, no duro ofício de professor.

A minha família, uma verdadeira árvore de cerrado, com profundas raízes (avós); tronco com estrutura aparentemente torta, mas com uma rigidez moral que enfrenta tempestades e queimadas (pais); copa de alegria em convívio das irmãs, tios, primos, chegados; à flor mais bela (Bianca) e ao fruto que já se anuncia: Heitor.

RESUMO

Este estudo analisa as ações do programa Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como foco principal a aplicação delas no Território Rural Vale do Rio Vermelho, em Goiás. O objetivo é compreender como tem se dado a inserção técnica dos agricultores familiares no meio rural brasileiro. A hipótese do estudo é que o Estado tem sido um indutor de técnicas nas regiões em que o mercado não proporciona o acesso a equipamentos e conhecimento tecnológico. Sob a perspectiva de técnica na acepção de Milton Santos e seu papel na compreensão do espaço geográfico como um sistema de objetos e um sistema de ações, o estudo analisa o histórico da inserção técnica no espaço agrário brasileiro. As políticas rurais são abordadas a partir da polarização entre o agronegócio e a agricultura familiar e também em seu papel na promoção de recursos e técnicas em um contexto de produção rural em que o componente tecnológico é inerente ao meio geográfico técnico-científico-informacional. Através do mapeamento dos objetos técnicos na região e da avaliação dos documentos produzidos pelo Conselho Territorial do Vale do Rio Vermelho, explicita-se as demandas dos agricultores familiares da região e os percursos do Estado para atender às solicitações e garantir a apropriação técnica dos produtores destes 16 municípios. Nas considerações finais o estudo relaciona o papel do Estado no desenvolvimento agrário, sobretudo na questão fundiária além da disputa entre agronegócio e produtores familiares na região por recursos do Estado bem como a relação e uma nova correlação de forças entre pequenas cidades e agricultores familiares.

Palavras-chave: 1. Técnica; 2. Meio Rural; 3. Meio técnico-científico-informacional; 4. Território Rural; 5 Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This study examines the actions of Territórios Rurais, a program from the Brazilian Ministry of Agrarian Development, which focuses on the application of these actions in the territory Vale do Rio Vermelho in Goiás. The goal is to understand how technique has been introduced in the production of family farmers in Brazilian countryside. The study hypothesis is that the State has been a promoter of techniques in areas where the market does not provide access to equipment and expertise. Considering technique in the meaning used by Milton Santos and the geographic space as a system of objects and a system of actions, the study examines the history of the introduction of those techniques in rural areas. Rural policies are evaluated considering the polarization between agribusiness and family farming, according to their contribution to technological development under Milton Santos's understanding of infotecnoscientific environment. Based on the mapping of technical objects in the region and the evaluation of documents produced by the Conselho Territorial do Vale do Rio Vermelho, the study reports the demands of family farmers in the region and the solution found by the State to fulfill requests and ensure technical ownership to the producers of the 16 municipalities. At the conclusion, this study links the State role on agrarian development, specially in the issues related to land regularization. The struggle for resources from the State between agribusiness and familiar farming in the region is also related and the new balance in Power dispute among family farmers and population in the small towns in Brazil.

Keywords: 1. Technique; 2. Rural Environment; 3. Infotecnoscientific environment; 4. Territórios Rurais program ; 5 Family Farmers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. AS TÉCNICAS E O MEIO RURAL: REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	24
1.1. AS TÉCNICAS NA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS.....	24
1.2. O MEIO RURAL SOB A PERSPECTIVA DAS TÉCNICAS.....	31
2. O MEIO RURAL BRASILEIRO: HISTÓRICO DAS TÉCNICAS E ASPECTOS FUNDIÁRIOS.....	39
2.1. O PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS TÉCNICAS	40
2.2. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO : A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A ASCENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	49
3. A AÇÃO DO ESTADO NO MEIO RURAL BRASILEIRO	56
3.1. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS RURAIS	56
3.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	63
3.2.1. Formulação e aplicação piloto, com foco nos setores mais organizados (1996- 1999)	65
3.2.2. Consolidação, segmentação e alcance nacional das políticas para a agricultura familiar, ainda que regionalmente desigual: 2000-2002	66
3.2.3. Massificação e diversificação das ações complementares e distribuição mais equânime no país: 2003-2006	68
3.2.4. - 2007-2010: Intensificação da técnica e territorialidade multisetorial.....	72
4. O VALE DO RIO VERMELHO	75
4.1. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	75
4.2. SISTEMAS DE OBJETOS E AÇÕES TÉCNICOS	90
5. ESTUDOS E PROPOSTAS PARA O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIO VERMELHO.....	104
5.1. DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS	104
5.1.1- Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural Oeste-Vale do Rio Vermelho	106
5.1.2 – Plano de Desenvolvimento Sustentável Vale do Rio Vermelho	114
5.1.3. Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho (GO) - 2007	117

5.2. AS DEMANDAS TÉCNICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AS RESPOSTAS DO ESTADO	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Territorialização das Políticas para Agricultura Familiar do Governo Federal	65
Tabela 2. Área, População, Densidade Demográfica - 2000-2007	80
Tabela 3. Variação da População Urbana e Rural 2000- 2007 (IBGE)	81
Tabela 4. Empregos por Setor Produtivo – Principais municípios Vale do Rio Vermelho (IPEA - 2002)	86
Tabela 5. Escolas de ensino fundamental - Localização X Natureza Jurídica INEP (2006) .	103
Tabela 6. Quadro síntese das ações previstas para 2004 por área (item 6.4.3 Estudo Propositivo)	111
Tabela 7. Entidade presentes no Território Vale do Rio Vermelho	113
Tabela 8. Principais problemas que afetam o município/região	115
Tabela 9. Nº de operações e montante do PRONAF no território, 2000/01-2006/07	119
Tabela 10. Grau de inadimplência do PRONAF, com risco do Banco	120
Tabela 11. Recursos do PRONAF e % de aumento em relação à safra 2006/07	121
Tabela 12. Proposições extraídas do Estudo Propositivo	123
Tabela 13. Metas para o Território Vale do Rio Vermelho 2006/2012	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conselho Territorial - Abril 2009 - Reunião de avaliação técnica da Cadeia do Leite no Vale do rio Vermelho	128
Figura 2 - Plantação de cana em Itaberaí	129
Figura 3 - Citricultura na região de Itaberaí.....	129
Figura 4 - Irrigação por pivô, em Itaberaí.	130
Figura 5 - Cidade de Goiás.....	130
Figura 6 - Região de Goiás relevo acidentado e solo de baixa indicação.	131
Figura 7 - Pecuária extensiva na região de Itaberaí.	131
Figura 8 - Outdoor de associação de pecuaristas, em Itaberaí.	132
Figura 9 - Loja de equipamentos agrícolas em Itaberaí.	132
Figura 10 - Silos em Itaberaí.....	133
Figura 11 - Complexo agroindustrial na região de Itaberaí.	133
Figura 12 - Venda da produção local em Itaberaí.	134
Figura 13 - Agricultores e técnicos avaliam a cadeia do leite na região.....	135
Figura 14 - Participação de representantes de associações de produtores familiares na discussão da cadeia do leite em reunião do conselho territorial do Vale do Rio Vermelho. .	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Território Rural Vale do Rio Vermelho (MDA)	76
Mapa 2. Vale do Rio Vermelho - Hidrografia	77
Mapa 3. Solos conforme potencial agrícola	79
Mapa 4. Mapa Rodoviário – Vale do Rio Vermelho	91
Mapa 5. Estocagem agropecuária, rodovias e portos - IBGE	92
Mapa 6. Produção de soja em toneladas - safra 2005 - IBGE.....	94
Mapa 7. Área de Concentração de Produção de Soja (IBGE)	95
Mapa 8. Distribuição espacial da atividade canavieira nos Biomas brasileiros – 2005 - IBGE	96
Mapa 9. Área de concentração de produção de cana-de-açúcar	97
Mapa 10. Telefones públicos instalados – Vale do Rio Vermelho	100
Mapa 11. Rádios comerciais instaladas – Vale do Rio Vermelho	101
Mapa 12. 164 Territórios Rurais (MDA)	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População Vale do Rio Vermelho 2000-2007 (IBGE)	81
Gráfico 2. Área utilizada em Estabelecimentos Agrícolas (IBGE).....	82
Gráfico 3. Vale do Rio Vermelho - Estabelecimentos Agrícolas (1996-2006) IBGE	83
Gráfico 4. Empregos Gerados por Setor Produtivo - Vale do Rio Vermelho (IPEA - 2002)..	83
Gráfico 5. PIB - Percentual por setor (IBGE/PAM 2003)	84
Gráfico 6. Estabelecimentos por Setor Produtivo - IPEA 2002.....	85
Gráfico 7. Empregos Gerados por Município - Vale do Rio Vermelho (IPEA).....	85
Gráfico 8. Concentração de Renda IBGE 2000	86
Gráfico 9. PIB - Percentual por setor (IBGE/PAM 2003)	87
Gráfico 10. PIB - Percentual por setor (IBGE/PAM 2004)	87
Gráfico 11. PIB - Percentual por setor (IBGE/PAM 2005)	87
Gráfico 12. Vale do Rio Vermelho - % de transferências governamentais no orçamento municipal (IBGE 2000).....	88
Gráfico 13. PIB per capita - IBGE/PAM	88
Gráfico 14. Vale do Rio Vermelho - Produção de Leite (mil litros).....	89
Gráfico 15. Produção de leite em 2009 por município (mil litros)	89
Gráfico 16. Soja - Área plantada (HA) - Vale do Rio Vermelho.....	93
Gráfico 17. Cana-de-açúcar - HA colhidos - Vale do Rio Vermelho	98
Gráfico 18. Consumo de Eeenergia por Município - MW	99
Gráfico 19. Número de escolas com laboratórios de informática - INEP (2006)	102
Gráfico 20. N° de escolas com laboratório de informática por localização - INEP - 2006....	102
Gráfico 21. Escolas de ensino fundamental por município e localização - INEP (2006)	103
Gráfico 22. Arranjo institucional para efetivação do PST	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

APLs - Arranjos Produtivos Locais

CAI - Complexo Agroindustrial

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CELG - Companhia Elétrica de Goiás

CIAT - Comissão de Instalação das Ações Territoriais

CMDR - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração para Aptidão ao PRONAF

DFDA/GO -.Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Goiás

Emater - Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros

GPS -Global Positioning System

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos,

PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PGPAF - Programa de Garantia de Preço da Agricultura familiar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional,

PNDRS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

Próalcool - Programa Nacional do Alcool

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROINF - PRONAF Infraestrutura

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PST - Plano Safra Territorial

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SCNR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SIT - Sistema de Informações Territoriais

SPDR - Secretaria de Políticas Desenvolvimento Regional

SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

UDR - União Democrática Rural

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

VBPA - Valor da Produção Agropecuária

INTRODUÇÃO

As atividades agrárias sempre contaram com inovações voltadas para aprimorar o trabalho dos produtores rurais. Cada vez mais agricultores e empresas agroindustriais têm buscado aumentar sua produtividade, seu valor agregado, sua eficiência e sua escala, recorrendo a métodos e insumos para incrementar seus produtos.

A cada dia, novas tecnologias, insumos e serviços são desenvolvidos por empresas para atender a esse fim. Desde o início do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra, empresas multinacionais participam ativamente desse processo no Brasil, fornecendo sementes, adubos, fertilizantes, agrotóxicos, tratores, aviões, equipamentos de telecomunicações, eletrodomésticos.

No entanto, setores que antes atuavam apenas nas grandes cidades se voltaram recentemente ao meio rural com outros olhos. Empresas de tecnologia de ponta, como as de informática, biotecnologia, robótica, telecomunicação, energia, laboratórios químicos, gestão e máquinas e equipamentos têm desenvolvido constantemente inovações para as atividades agropecuárias.

Como exemplos de avanços tecnológicos que afetam a atividade rural, pode se citar as telecomunicações e a tecnologia da informação, que chegam ao campo levando a telefonia celular, a internet, a comunicação via satélite, o *GPS* (Global Positioning System), o georreferenciamento em tempo real e supercomputadores para a análise do clima. O que há de mais moderno na biotecnologia é fornecido por grandes corporações, cujo negócio central é a venda de insumos para produtores rurais. São técnicas como a venda de sêmen de reprodutores congelado em nitrogênio, a inseminação artificial, a transgenia em alimentos, o melhoramento genético induzido em laboratório, o cruzamento de espécies e sementes alteradas com radiação gama para aumentarem sua mutação genética.

As novidades também surgem na forma de investidores financeiros, bancos de investimentos, *brokers*, e outros agentes dos mercados de capitais passaram a financiar e a oferecer crédito a atividades agropecuárias, inclusive para setores que, há pouco tempo, eram considerados apenas de subsistência. A engenharia de produção, por sua vez, é uma área considerada cada vez mais importante para fábricas e unidades em busca de produtividade. Processos como a produção *on demand* ou *ready made* passaram a reformular a linha de produção deste grupos, que buscam aprofundar o controle por meio da oferta de produtos a cada dia mais massiva e customizada. Já não basta mais produzir: é necessário investir em

técnicas de comercialização e *marketing* (segmentação e *targeting*); em vendas futuras; em outras técnicas de mercado, além de considerar inovações e mecanismos financeiros de crédito, securitização e commodities de lavouras.

Todas essas técnicas são difundidas atualmente por um significativo número de empresas e desejadas por criadores de animais e agricultores dos mais variados países. São procedimentos e equipamentos avaliados por revistas técnicas, anunciados em comerciais, em programas de rádio e televisão, por extensionistas e representantes comerciais dos mais diversos institutos de pesquisa e empresas de assistência técnica e extensão rural ao redor do planeta.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que, em geral, parece se adaptar perfeitamente à necessidade dos agroexportadores brasileiros. O agronegócio nacional tem se apropriado crescentemente destas tecnologias e, com isso, vem aumentando seu prestígio econômico e político no país e no exterior. Se comparamos o comércio mundial de *commodities*, dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) apontam que o Brasil é o terceiro maior exportador agrícola em valor (US\$ 61,4 bilhões)¹, sendo o maior vendedor de carne, frango, café, soja, açúcar, suco de laranja, tabaco e álcool do planeta. Instituições² ligadas ao setor consideram-se responsáveis por cerca de 26% do Produto Interno Bruto brasileiro de 2008 e afirmam que só o agronegócio – formado em sua maior parte por grandes propriedades, com uso de tecnologia intensiva, altos investimentos financeiros – responderia diretamente por 4,6% da riqueza do país.

Essa luta pelo melhoramento da produção através das inovações tecnológicas não parece um desejo apenas dos agroexportadores. Outros produtores, voltados para o mercado interno, produzindo em pequenas propriedades e com intenso uso de mão de obra, não ignoram o papel da inovação técnica tanto para melhorar as condições de trabalho como para comercialização da produção.

Desde a década de 1990, quando tais produtores se reuniram sobre o conceito de agricultura familiar, este segmento produz 75% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, emprega 78,8% dos trabalhadores no campo e contribui com cerca de 36% do PIB agropecuário³.

Neste novo contexto tecnológico, econômico e político, o Estado tem desempenhado um papel significativo nas relações de poder e nas transformações territoriais no meio rural brasileiro. Segundo fontes governamentais, foi disponibilizada “uma França e

¹ O Estado de São Paulo, 07/03/2010 – Brasil se torna 3º maior exportador agrícola

² Fonte: Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

³ Censo agropecuário 2006

meia (84 milhões de hectares) para a reforma agrária”⁴, foram assegurados R\$ 107 bilhões em crédito e realizadas obras de infra-estrutura e tecnologia para o campo.

É verdade que as relações econômicas e políticas entre o Estado brasileiro e a produção agrícola podem ser identificadas desde a época colonial, em diferentes momentos históricos. No entanto, recentemente, o Estado vem se apresentando no meio rural sobre dois aspectos novos aspectos: como mediador de conflitos e, sobretudo, como um promotor do desenvolvimento socioeconômico. Através de políticas públicas, elementos como a assistência técnica, o crédito e a aquisição de máquinas e equipamentos estão sendo oferecidos aos agricultores familiares para dinamizar suas atividades e para promover o desenvolvimento regional do meio rural.

De fato, as políticas para a reforma agrária e a agricultura familiar tiveram um significativo incremento por parte do Governo Federal. Desde 1999, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) passou de um orçamento de R\$ 3,28 bilhões na safra 99/2000 para R\$ 16 bilhões em 2009/2010⁵. Além de oferecer mais recursos, o Estado brasileiro vem criando uma série de leis, programas e ações para atender aos produtores familiares.

Dentre as medidas tomadas, destaca-se a criação, em 2003, do programa Territórios Rurais⁶. Esta iniciativa demarcou 168 microrregiões rurais em todo o país e destinou recursos para a instalação de equipamentos de infra-estrutura voltados para a dinamização da atividade econômica dos agricultores familiares destas microrregiões. Os equipamentos e ações a serem implementados passaram a ser decididos por colegiados territoriais compostos em 50% por agentes públicos e em 50% por representantes de entidades da agricultura familiar. Estes conselhos são responsáveis por diagnosticar as fraquezas, ameaças, potencialidades e oportunidades, e a partir delas elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesse quadro, em que setores disputam recursos e técnicas, uma nova configuração do meio rural pode ser percebida. Ao que tudo indica, as relações de trabalho, a territorialização da produção e as relações entre cidade e campo estão em franca transformação. Os desdobramentos desse processo não parecem perceptíveis em sua totalidade. Todavia, indícios e fenômenos dessa transformação territorial – proporcionada em

⁴ Dados do Inra em www.inra.gov.br

⁵ MDA in [HTTP://www.mda.gov.br/saf](http://www.mda.gov.br/saf)

⁶ Embora algumas iniciativas de territorialização podem ser já percebidas desde a criação em 2000 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), os Territórios Rurais serão considerado como cita Rafael Echeverri, como oficialmente criados em 2003.

grande parte pelo uso intensivo de tecnologias desenvolvidas para atividades econômicas, sociais e políticas no meio rural –, já estão em marcha e podem ser identificados em diferentes regiões brasileiras.

Tais mudanças se efetuam de forma diferenciada. Enquanto algumas regiões parecem contar com índices avançados de tecnologia, outras parecem relegadas a um ostracismo econômico e social. A amplitude e a diversidade da formação espacial do meio rural brasileiro – com grandes diferenças regionais, históricas e sociais – evidenciam que algumas regiões se mostram mais receptivas que outras à inserção de maquinários sofisticados, novas formas de organização social, infra-estrutura de transporte e comunicação de última geração, serviços de crédito e de capital para a produção, entre outros. A chegada desigual dessas técnicas e a diferenciação na ordem de implantação delas no meio rural brasileiro apontam para os papéis que os atores, as inovações técnicas e os diferentes territórios têm assumido nesse processo.

Dado este quadro, onde se percebe a inserção desigual de novas técnicas no meio rural brasileiro, a *questão* que se faz presente e norteia este estudo é: apenas o agronegócio tem se apropriado das inovações técnicas disponibilizadas? Como os agricultores familiares têm se apropriado das técnicas no meio rural brasileiro?

A pesquisa se justifica pela busca de uma melhor compreensão da relação entre o programa Territórios Rurais e as inovações técnicas no meio rural brasileiro, o que permitirá aprofundar a compreensão da relação entre o Estado e as transformações técnicas que se engendram nesse contexto um processo mais amplo no qual nossa análise se inscreve, sem a pretensão de esgotar o assunto.

A relevância de se estudar as transformações técnicas por meio de análise empírica das políticas públicas para a agricultura familiar é precisamente a de ampliar a compreensão da relação entre o Estado, os agricultores familiares e as transformações do modo de produção no meio rural brasileiro.

Outra justificativa para este estudo é apontar chaves para uma análise dos aspectos territoriais nas transformações do meio rural brasileiro, como contribuição para que se leve mais em conta aspectos espaciais, e não apenas setoriais, na formulação de políticas públicas. A expectativa é de que este estudo possa ser utilizado por agentes públicos, beneficiários de políticas públicas, geógrafos e estudiosos do meio rural brasileiro, servindo de estímulo para o debate.

A motivação que levou ao tema vem da atividade profissional enquanto jornalista concursado do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) cedido desde

2006 à Assessoria de Comunicação Social do MDA. Através da atividade profissional de entrevistar produtores familiares Brasil afora, gestores de políticas públicas e sobretudo da aproximação do enfoque geográfico sobre o olhar de Milton Santos, principalmente no que diz respeito ao papel da técnica na transformação espacial. Como aluno especial do curso de Geografia Política a motivação foi gradativamente ganhando corpo e se materializando no projeto de pesquisa apresentado para este programa de mestrado.

As considerações apontadas por este trabalho não devem ser percebidas como definitivas. Uma análise mais aprofundada sobre as regiões rurais brasileiras, as inovações tecnológica e as políticas públicas faz-se necessária, dada a diversidade, extensão e riqueza do meio rural brasileiro em seus muitos aspectos.

Portanto, o *objetivo geral* da dissertação é analisar como o programa Territórios Rurais tem participado na inserção técnica dos agricultores familiares relativa ao meio técnico-científico-informacional do Vale do Rio Vermelho, em Goiás.

Para tanto, pretende-se, como objetivos específicos:

- mapear as técnicas do meio técnico científico informacional na região;
- identificar as técnicas demandadas pelos agricultores familiares no programa Territórios Rurais no Vale do Rio Vermelho; e
- comparar as técnicas mapeadas na região com as solicitadas pelos agricultores familiares no programa Territórios Rurais.

A *hipótese* do estudo considera que o Estado brasileiro tem papel determinante na inserção de técnicas do meio técnico-científico-informacional nos territórios onde estas técnicas não chegam por ações mercadológicas.

Como aspecto metodológico, optou-se pela escolha da região do Vale do Rio Vermelho por dois aspectos. O primeiro é a percepção da polarização entre agronegócio e agricultura familiar na região. O segundo é de caráter didático: devido à amplitude do tema, optou-se por um recorte territorial mais delimitado, de forma a permitir uma análise mais atenta e aprofundada das questões e da hipótese presentes, através de um estudo de caso.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi a análise dos documentos públicos, relatórios e dados produzidos pelo programa Territórios Rurais na região do Vale do Rio Vermelho. Foram avaliados:, o *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio*

*Vermelho*⁷, o *Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho*, de 2007⁸, e o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território Rural Oeste Rio Vermelho⁹. A interpretação destes documentos buscou compreender as demandas por inovações técnicas apresentadas pelos agricultores. A análise se deterá em compreender os percursos do Estado para atender às solicitações técnicas dos agricultores familiares, além de demonstrar as preocupações desta política pública em garantir a apropriação de inovações técnicas por esses agricultores.

Outros métodos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a análise de mapas, dados georreferenciados e estatísticos. Na pesquisa bibliográfica, foi realizada uma revisão da literatura referente ao fenômeno técnico e suas considerações sócio-espaciais, sobretudo os desdobramentos no meio rural. Os mapas e informações georreferenciadas foram extraídos da base de dados do Sistema de Informações Territoriais, (SIT)¹⁰ e de institutos de pesquisas com séries históricas e informações sobre a microrregião goiana do Vale do Rio Vermelho e o programa Territórios Rurais. Os mapas produzidos foram gerados a partir da base de dados do sistema i3geo¹¹, disponibilizados publicamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). No levantamento de dados, foram pesquisados os aspectos morfológicos, territoriais, políticos, econômicos, sociais e culturais do Vale do Rio Vermelho e da inserção do Programa Territórios Rurais na região.

Por fim, foram realizadas visitas de campo para a melhor compreensão da região. O trabalho de campo consistiu em visitas exploratórias e de prospecção à região, para avaliar sua formação espacial.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, serão discutidos os conceitos de técnicas no âmbito do meio técnico-científico-informacional, conforme a acepção de Milton Santos, e de meio rural, sob a perspectiva das técnicas. O capítulo se encerra com a constatação de que, embora a relação entre técnica e meio rural seja sempre direcionada para um modelo da grande propriedade agroexportadora, em termos teóricos, nenhum fator indica restrições de acesso às técnicas pelas pequenas propriedades à priori.

No segundo capítulo, apresenta-se o histórico das técnicas no meio rural brasileiro sob o condicionamento da estrutura fundiária e do meio técnico-científico-informacional, destacando-se a atual consolidação do agronegócio e a ascensão da agricultura familiar. No

⁷ Em <http://sit.mda.gov.br>, publicado em junho de 2006

⁸ Em <http://sit.mda.gov.br>, publicado em 2007

⁹ Em <http://sit.mda.gov.br> publicado em 2005

¹⁰ Idem

¹¹ Em <http://mapas.mma.gov.br>

terceiro, a discussão se volta para a relação entre o Estado e as políticas públicas rurais, em especial as de fortalecimento da agricultura familiar.

O quarto capítulo apresenta aspectos socioeconômicos e estáticos sobre o recorte territorial de nossa análise: o Vale do Rio Vermelho. Em seguida, mapeia objetos e sistema de ações que denotem a presença de técnicas relativas do meio técnico-científico-informacional na região. No quinto capítulo serão analisados os três documentos destacados anteriormente para se avaliar como as demandas dos agricultores familiares dialoga com o mapeamento exposto no capítulo anterior.

Nas considerações finais, será feito um retrospecto das questões abordadas no estudo, o que nos levará ao encadeamento dos processos e das constatações e inferências possíveis.

1. AS TÉCNICAS E O MEIO RURAL: REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para compreender a questão referente à apropriação e à inserção técnica no meio rural brasileiro, é imprescindível definir o entendimento conceitual de técnicas e de meio rural. Na primeira parte deste capítulo, será discutido o termo *técnica* como um conceito chave. Nessa parte serão analisados o papel das técnicas para a compreensão dos fenômenos sócio-espaciais e as concepções de meio técnico, meio técnico-científico e meio técnico-informacional de Milton Santos.

Em seguida, será avaliada a relação entre o conceito de técnica e sua forma de vislumbrar o *meio rural*. Nesta segunda parte, teoria de Santos e a sua relação com os processos de divisão social e espacial do trabalho no meio agrário brasileiro. Ao final desta parte, a questão deste trabalho, será considerada face às concepções de técnicas e meio rural adotadas.

1.1. AS TÉCNICAS NA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS

Uma aproximação do conceito de técnicas na perspectiva de Milton Santos demanda, primeiramente, se afastar da noção corriqueira de técnica como uma prática advinda da experiência, ou como uma maneira, uma habilidade especial de se realizar alguma tarefa. Na acepção de Santos, o entendimento de técnicas se assemelha mais à ideia geral de “parte material ou o conjunto de processos de uma arte”¹². Em busca de desenvolver um sistema de idéias que seja “um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia”, Milton Santos, em *A Natureza do Espaço* (2008: 18), atribui um papel essencial à observação das técnicas, dando-lhes o *status* de categoria central ao considerá-las sobre a perspectiva do espaço. Para ele o espaço “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 2008:63) Sob esta perspectiva, a análise de qualquer relação sócio-espacial não pode prescindir de uma análise sistemática, conjunta e ampla, dos objetos e das ações presentes em determinado recorte espacial. Ao se indagar sobre as formas de se observar tais objetos e ações, Santos faz referência ao método geomorfológico, no qual se pode datar áreas através da análise de camadas geológicas, e se

¹² Definições extraídas de Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI, versão 3.0, novembro de 1999. Nova Fronteira. Rio de Janeiro

pergunta se tal procedimento também não pode ser aplicado ao se observar no espaço objetos produzidos pelos homens: “Diante das paisagens elaboradas pelo homem, será possível encontrar um método de observação que produza idêntico resultado? Pode a técnica exercer, em relação à geografia, um papel semelhante ao dos cortes geológicos e geomorfológicos?” (SANTOS, 2008: 57)

Segundo ele, é através das marcas do uso do território pelo ser humano que podem ser percebidas as manifestações de fenômenos técnicos:

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas de sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala de mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares. (SANTOS, 2008: 55)

É justamente através do estudo sistemático destes elementos técnicos em um determinado território que o autor destaca a presença da técnica como um elemento essencial para a compreensão de fenômenos sócio-espaciais. A observação destes “objetos e ações dotados de técnica” é então vista como o elo entre a observação histórica e a espacial:

O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história. (SANTOS, 2008: 48)

Santos prossegue mostrando que as observações históricas e as observações espaciais se reúnem no estudo das técnicas, que são produtos das ações humanas em um espaço específico:

Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo, o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como o traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, do outro lado, a possibilidade de qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham, então essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características da época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. (SANTOS, 2008; 54)

Tais sistemas de objetos e ações técnicos obrigam a analisar a inserção das técnicas como um todo, a fim de se entender as dinâmicas sócio-espaciais. Assim procedendo, se evita cair no erro de uma abordagem de uma técnica em si, desta forma negligenciando os usos, as interferências e as contingências destas em relação à sociedade e ao espaço de forma ampla:

A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismo e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é como um todo”.(SANTOS, 2008: 23)

A identificação das técnicas nos territórios, do estudo do uso destas técnicas pelos atores presentes, e da observação do efeito que elas têm sobre o território ao se instalarem, é, para Santos, uma rica forma de se averiguar a relação entre atores, lugares e regiões, as relações de poder através do tempo:

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância, supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequado à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo. (SANTOS, 2008:55)

È justamente através do uso das técnicas e de sua importância como marca do trabalho e da produção humana no território que a avaliação dos objetos e fazeres técnicos implica ainda em uma visão ampla da transformação sócio-espacial e, por conseguinte, do modo de produção e de territorialização em diversas escalas espaciais e em diferentes períodos históricos:

Através da produção, o “espaço” torna o “tempo” concreto. Assim a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção. O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito frequentemente citada de Marx (Capital, I, p.132, edição de M. Harnecker), ‘o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho’. Essa noção tem pois um valor histórico espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho,

resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada. (SANTOS, 2008:56)

Há para Santos, portanto, uma relação indissociável entre atores, técnicas e territórios, reunidos pelo modo de produção:

[...] é a partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica. (SANTOS, 2008:72)

Outro aspecto importante na teoria de Milton Santos é relação entre técnica e transformação espacial. Se o homem transforma seu entorno conforme suas condições históricas, ele o faz através de objetos técnicos e ações imbuídas de tecnicidade em seu tempo. É por meio dos diferentes modos do uso do espaço que se pode perceber as transformações no território. A importância desta concepção é que ela implica em uma visão dinâmica do território, em processo e em transformação, e não apenas como o depositário ou o suporte das transformações sociais.

Santos explica que, ao analisar as diferentes formas de transformações sócio-espaciais através da técnica, pode-se distinguir três períodos distintos de sistemas técnicos. O primeiro é o meio natural ou pré-técnico. O segundo é o meio técnico, e o terceiro é o meio técnico-científico-informacional.

O meio natural foi o período em que “[...] as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2008: 235). Ele é marcado pela ferramenta como símbolo deste fazer técnico, e é caracterizado pelo uso da natureza pelo homem sem grandes transformações. Santos prefere o esse termo à noção de pré-técnico, pois, em seu entendimento, os sistemas de ações como a domesticação de animais e a cultura de plantas pressupõem um saber técnico.

Por sua vez, o meio técnico representa a emergência do espaço mecanizado. As máquinas são os símbolos de um momento em que o homem enfrenta a natureza por meio de

[...] instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio e no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (SANTOS, 2008: 237)

É neste momento que as condições naturais se tornam cada vez mais insignificantes diante de uma nova lógica: a razão do comércio, capaz de produzir significativas reterritorializações sob esta nova racionalidade.

O terceiro sistema técnico surge logo após a Segunda Guerra Mundial, e se afirma gradativamente até a consolidação definitiva nos anos 1970, desta vez também nos países do chamado Terceiro Mundo. No período denominado por Santos de meio técnico-científico-informacional, se dá a união entre técnica e ciência, que “[...] vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global [...]”. (SANTOS, 2008: 238) Este período é descrito da seguinte maneira:

Já hoje, quando nos referimos a inovações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional.

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir seu substrato. (SANTOS, 2008: 238)

Trata-se então uma cientifização da paisagem. A união entre os saberes científicos e os saberes técnicos agora conta com outros saberes: os informacionais. A centralidade da informação é agora significativa na organização da produção. Desta forma, “[...] a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, deste modo, equipados para facilitar a sua circulação”. (SANTOS, 2008:239) Desta forma, o papel da informação como elemento estruturante da divisão social e territorial do trabalho se associa ao processo amplamente conhecido como globalização:

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. (SANTOS, 2008:239)

Neste processo, destaca-se ainda relação entre os atores e os objetos, ressaltando a necessidade dos sistemas atuais de objetos e de ações estabelecerem a relação direta entre os “capitais fixos”, os capitais “constantes” e a necessidade de movimento, os “fluxos” inerente a eles:

Ao mesmo tempo que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.)

aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações. (SANTOS,2008: 240)

Através da compreensão da totalidade do espaço, ou seja, do espaço como um todo indivisível, constata-se que, a medida que as técnicas vão se materializando no território, elas passam a se relacionar de forma sistêmica necessariamente, pois se encontram espacializadas. Portanto, ao se considerar a divisão em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, não se pode esquecer que as divisões não são estanques.

A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. (SANTOS, 2008: 176)

As técnicas e as ações, portanto, se materializam mas também desaparecem, e, mesmo presentes, mudam de sentido. Santos chama este processo de *evento*. Isto é: tendo-se como parâmetro a temporalidade com aspecto dinâmico do espaço, as técnicas podem ser entendidas também com marca de um determinado tempo em que se deu (ou ainda se dá) a interação com o espaço. Uma determinada região, por exemplo, pode contar com eventos que ocorrem em diferentes tempos e em diferentes localizações. Os eventos são, portanto, sistemas de ações que não ocorrem isoladamente, mas que se sucedem, às vezes sobrepostos:

A conexão existente entre os objetos é dada pelos eventos, isto é, o tempo se fazendo empírico, pra poder encontrar objetos. Os eventos são todos filhos do mundo, seus interpretes atentos, suas manifestações particulares. O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos, materiais ou não, com uma valorização diferencial dos lugares. A base mesma da geografia é que o mundo esta sempre redistribuindo-se, se regeografizando. Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade de lugares. (SANTOS, 2008:158)

Outra forma de compreensão da temporalidade no espaço é o que Santos chama de *instante*. Quando se observam os *instantes*, percebe-se que estes são momentos, como fotografias de uma determinada região. A mesma região, onde os eventos se sucedem, conta com seus instantes, isto é, conta com recortes temporais onde objetos e ações coexistem. Portanto, eventos e instantes em que objetos e ações técnicas se materializam no espaço são ferramentas consideráveis, pois:

Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências. (SANTOS, 2008:159)

Portanto, observando os eventos e instantes, pode-se atribuir às técnicas coexistências e sucessões de técnicas em qualquer escala espacial. O significado desta acepção de tempo em relação ao espaço subverte, significativamente, a noção comum de tempo linear:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi, durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se todavia, perguntar se é assim mesmo, ou, se ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (SANTOS, 2008:160)

As técnicas, no entanto, não se materializam no espaço de forma homogênea. A sua difusão é desigual tanto se considerando a difusão territorial como a difusão temporal. “[...] num mesmo pedaço do território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos proveniente de épocas diversas” (SANTOS, 2008; 42) Do ponto de vista metodológico, tal constatação aponta um interessante percurso para a observação de determinada região, localidade ou território, à medida em que:

Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir deste substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vidas possíveis naquela área. (SANTOS, 2008:42)

Outra forma de se compreender a relação tempo x espaço é relativa à noção de *rugosidade*. No decorrer do tempo, as técnicas deixam as suas marcas no espaço. Mais que isso, com o passar dos anos estas técnicas deixam de ser hegemônicas, tornam-se obsoletas.

Nem por isso elas deixam de existir. As rugosidades são, portanto, marcas de outros períodos interagindo com o presente.

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.[...]... [...] chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.[...] ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos do tipo de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais do trabalho. (SANTOS, 2008:140)

É por este motivo que, ao se observar o espaço, pode-se perceber, através da observação dos objetos e ações técnicas, marcas do passado e do presente em um mesmo território. A simultaneidade destes sistemas de objetos e sistemas técnicos sobre um novo sistema técnico permite justamente a compreensão da coexistência de sistemas em um mesmo espaço:

Os objetos preexistentes vêm-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior. Desse modo, cria-se uma tensão nos objetos do conjunto, paralela à tensão que se levanta, dentro da sociedade, entre ações hegemônicas e ações não-hegemônicas. A situação é diferente daquela do passado, onde as ações de um nível inferior eram obrigatoriamente hegemônicas. (SANTOS, 2008:222)

Portanto, a visão de espaço como sistema de objetos e ações, onde a técnica pode ser identificada, seja como objeto, seja como intencionalidade das ações, constitui um método de análise do espaço. Pretende-se agora analisar como esta teoria pode ser aplicada especificamente no meio rural; como se dá a relação do sistema de objetos e do sistema de ações técnicos quando se enfoca o espaço rural.

1.2. O MEIO RURAL SOB A PERSPECTIVA DAS TÉCNICAS

O debate acadêmico sobre a presença e as mudanças tecnológicas no meio rural brasileiro tem recebido constantes e significativas contribuições nos últimos 20 anos. Estudos das ciências agrárias, da economia rural, da sociologia rural, da antropologia rural, entre

outras áreas, têm explorado significativamente as mutações recentes no espaço agrário do Brasil, sob os mais diferentes enfoques.

Quando se considera as transformações no meio rural relativas à inserção de novas técnicas, novos métodos e à mudança da divisão social e espacial do trabalho na agricultura brasileira, é possível distinguir três grupos com preocupações e abordagens distintas, não apenas na geografia agrária, mas também em outras áreas dedicadas à questão rural.

O primeiro, com um viés mais operacional e pragmático, pode ser considerado *entusiasta* das inovações técnicas. Os trabalhos desse grupo são sobretudo os das ciências agrárias, incluso a geografia, mas também de outras áreas como a informática, a biologia, administração, engenharia de produção. De uma forma geral, esse conjunto de pesquisas se debruça sobre as possibilidades pontuais que as inovações técnicas podem trazer, realizando sobretudo estudos de casos e projetos para contribuir com a interação entre sistemas de produção agrícolas e tecnologias. São estudos do impacto da informação, de novas técnicas de transgenias, dos melhoramentos genéticos, de uso de insumos, inovações financeiras, tecnologias de controle e incremento da produtividade no campo. Avaliações de novos defensivos para controle de pragas, técnicas de irrigação, aplicação de insumo para uso do solo e outros aspectos da produção agrícola. Por valiosos que sejam, são inúmeros os estudos e se inscrevem sob uma lógica de aplicabilidades de modelos sem questionarem os aspectos históricos, sociais e territoriais fundantes deste novo paradigma produtivo no campo.

Um segundo grupo, no qual se encontra a maioria dos trabalhos de ciências humanas e filosóficas, é caracterizado por um viés crítico na análise destas inovações técnicas. São abordagens sobre os aspectos políticos, sociais e ambientais e sobre o impacto das técnicas no meio rural brasileiro. Uma parte destes estudos pode ser considerada absolutamente crítica à percepção de que as inovações tecnológicas permitem, por si só, as oportunidades de transformações estudadas pelos entusiastas, devido a aspectos históricos e estruturais da constituição do espaço agrário brasileiro. Outros signatários da visão crítica enxergam uma janela de oportunidades nas contradições acarretadas pelas inovações técnicas. A apropriação das técnicas de determinado grupo social e/ou determinando contexto pode credenciá-lo a uma inserção mais proveitosa nas novas relações produtivas de caráter global, permitindo reformulações e transformações significativas no meio rural brasileiro.

A despeito da variação de entendimentos sobre as técnicas, este grupo possui em comum com o primeiro uma *visão crítica das técnicas*, uma vez que a considera como parte do processo histórico da sociedade. No entanto, por se concentrarem justamente no processo

histórico e social da produção capitalistas, os dois compartilham de uma característica no que tange à compreensão do espaço. De acordo com José Alexandre Diniz,

O rural e o urbano continuam como formas específicas de ocupação territorial, formas específicas de paisagem, apesar da crescente penetração de valores, capitais e atividades urbanas no campo. Todavia, pesquisadores de outras áreas de conhecimento acreditam que, em face da perda de suas características de homogeneidade econômica e de divisão do trabalho, talvez as categorias como urbano e rural não sirvam mais. (DINIZ, 2002:86)

Os estudiosos do meio rural críticos às técnicas desconsideram significativamente aspectos e dinâmicas territoriais, espaciais. O foco principal de suas análises são os fenômenos sociais, considerando o território onde estas relações se desenrolam como uma arena estanque.

Dentre estes estudiosos, José Ely da Veiga (1991) analisa em perspectiva histórica o desenvolvimento agrícola brasileiro, e Ricardo Abramovay (1992) em seguida analisa a evolução em diferentes países da agricultura sob o paradigma do capitalismo. Em 1994, o Relatório FAO/Incrá, realiza o levantamento das populações rurais brasileiras, para uma série de tipologias que diferenciam a agricultura capitalista daquela operada por outros produtores do meio rural como assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, meeiros entre tantos, e suas diferentes forma de produzir. Em 1996, José Graziano passa a estudar a relação rural-urbano, desenvolvendo o conceito de *rurbano* e questionando a visão da agricultura familiar como uma atividade de mera subsistência, Graziano também introduz a noção de *pluriatividade*, apontando para uma relação mais complexa entre campo e cidade na década de 1990, ao considerar aspectos como o trabalho e a interação entre produção e a comercialização.

Nesta mesma seara, mas com ressalvas, Hughes Lamarche e Nazareth Wanderley abordam a nova forma de se produzir no meio rural, por meio de estudos comparativos em diferentes países. Percebe-se neste grupo, portanto, a preocupação de entender a evolução da técnica com o meio de produção, sobretudo nos aspectos sociais. A estes estudiosos, sobretudo os voltados para a agricultura familiar, pode-se somar ainda uma corrente que se debruça sobre o estudo do *agronegócio* e: suas relações com o capitalismo financeiro, as grandes corporações, as indústrias químicas, farmacêuticas, de biotecnologia, mecânica, centros de pesquisas e a produção agrícola; as crescentes imbricações entre a grande agricultura exportadora brasileira, o mercado financeiro, o poder político; a relação entre o agronegócio e o Estado entre outros.

Por fim, uma terceira maneira de se compreender a inserção técnica no meio rural brasileiro considera as mudanças tecnológicas como parte de uma reestruturação profunda da divisão do trabalho, dedicando-se também a seus aspectos nas mudanças sociais, de modo especial às questões relativas ao espaço. São trabalhos que consideram os aspectos sociais, mas que enfocam sobretudo as *transformações espaciais em relação às técnicas*.

A institucionalização da geografia agrária é relativa a meados do século XX (SUZUKI, 2007:21), embora o meio rural já suscitasse interesse no campo da geografia. A bem da verdade, a participação dos geógrafos nas discussões sobre o tema, embora consistente, vem obtendo uma repercussão tímida se comparada à projeção e à influência que a abordagem das demais áreas tem alcançado. No entanto, a geografia agrária no Brasil, motivou a produção de 1965 publicações acadêmicas entre 1930 e meados da década de 1990. (FERREIRA, 2002:49).

No caso específico da produção teórica de Milton Santos, em diferentes momentos, pode-se encontrar conceitualizações que interferem sobre o entendimento de meio rural em três momentos distintos (SANTOS, 1978, 1988 e 2008) Todavia, quando se analisa sua proposição relativa às técnicas, não se pode dizer que há uma distinção explícita entre espaço urbano e rural. Ao contrário, este pensamento conflui precisamente para analisar aspectos urbanos e rurais em um momento em que estas distinções já não se fazem mais tão antagônicas, como quando, em 1978, ele analisou o fenômeno da urbanização nos países de Terceiro Mundo.

Para o autor, o espaço assume influências de novos instrumentos e técnicas, baseados na ciência e na informação, que, por sua vez, são ferramentas voltadas para a construção e fortalecimento do modo de produção capitalista. Ao se considerar que a preocupação central de Santos é relativa aos sistemas de produção e espacialização, não há nada de incoerente quando ele próprio relativiza o binômio cidade-campo, como em constante mutação, se reordenando e retorializando em função, sobretudo do sistema produtivo vigente.

Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização. (SANTOS, 2001, 21)

Como elementos da compreensão do rural em Milton Santos, destaca-se, quando o autor cita a mudança de meio natural para meio técnico, como as técnicas do período natural interagem, seja nas cidades desta época, seja no campo.

[...] as motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudessem ser crescentes. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza.(...) Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso a “conservação” da natureza: para que ela possa ser outra vez, utilizada. Esses sistemas técnicos de objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir. (SANTOS, 2008, 236)

É na ascensão do período técnico, ao qual Santos classifica como o período da revolução industrial, que a distinção entre cidade e campo se acentua. Não que não houvesse a distinção. Porém, como estas mudanças e inovações até então se localizavam sobretudo nas cidades, a distinção entre campo e cidade se acirrou. Haja vista o processo de urbanização, como o próprio Santos estudou.

A partir do momento em que o meio técnico-científico-informacional se impõe como sistema de objetos e ações dominante, esta divisão passa a se fazer sobre outras bases, e não mais na divisão clássica de então:

Quanto mais artificial é o meio, maior a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade. Mas esses imperativos da vida urbana estão cada vez mais invadido o campo modernizado, onde as conseqüências da globalização impõem práticas estritamente ritmadas. A racionalidade que estamos testemunhando no mundo atual não é apenas social e econômica, ela reside, também, no território.(SANTOS, 2008; 187)

Ainda sobre o a relação entre campo e cidade, importante contribuição é dada ao se apontar, sob o sistema de ações do meio técnico-científico-informacional, a informatização e a creditização dos espaços:

A importância da informatização e da creditização do território, o novo papel dos bancos e dos diversos meios de transmissão de mensagens, a crescente necessidade de regulação de qualquer tipo de intercâmbio (inclusive as trocas de natureza social e cultural) pelo Estado, mas também por outras instituições e organizações em diversos níveis, o imperativo de estar sempre

se adaptando às condições, em permanente mudança, da economia internacional, a necessidade de reconversão das economias regionais e urbanas são alguns dos elementos a levar em conta para a construção de um quadro de reflexão. (SANTOS, 1992;10)

Estes elementos pressupõem cada vez mais a interação entre atores e as instituições que se voltam para o meio rural. Deve-se considerar, cada vez mais, a existência, no modo de produzir da agricultura, de atores que participam e interferem na produção agropecuária mesmo não estando presentes fisicamente. Segundo Santos, novos atores, como empresas transnacionais, capital financeiro, ONGs, empresas de insumos, passam a marcar presença e a disputar influência, poder e outras questões diretamente no meio rural brasileiro. Há de se observar neste processo a multiplicidade de origens e a variedade destes atores e suas diferentes escalas de atuação (internacionais, nacionais, regionais, locais). Nesta perspectiva, o uso da técnica ultrapassa o urbano e se direciona à produção rural de forma central, retomando a ideia de “fixos” e “fluxos”.

Por esta perspectiva, pode-se então entender que convivem, no meio rural brasileiro, tecnologias mais recentes e técnicas de produção rurais coloniais e tradicionais. Estes convívios são marcadores, mas também marcam as relações sócio-político-econômicas ocorridas ou em curso em uma determinada região. Esta proposição relativa às técnicas e o território como um método de análise pode ser transposta para o meio rural, sistema de objetos e sistema de ações próprio diferente do urbano. No entanto, mesmo sendo uma parte do espaço, o meio rural pode ser compreendido pela análise das técnicas, pois o levantamento de técnicas em determinado território torna-se demarcador destes processos de formação do espaço.

Para relacionar técnica e espaço, há de se considerar o território como categoria chave. Não território como um objeto de análise, mas o território como meio, território usado, como ressalta Santos:

Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2005, 255)

Sobre o conceito *território usado*, Milton Santos já havia identificado, em 1994¹³, o retorno do conceito de território aos debates acadêmicos e, sobretudo, às ações dos agentes de mercado e dos estados, assim como as preocupações deles com a reprodução do capital. Neste processo, Santos já apontava para uma reformulação do conceito de território:

[...] antes, era o estado, afinal, que definia os lugares –de Colbert a Golbery– dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do território ao estado. o território era a base, o fundamento do estado-nação que, ao mesmo tempo, o moldava. hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 2005, 255)

Desta forma, a abordagem de qualquer território não poderia prescindir desta análise sistemática de objetos e ações presentes que se manifestam como técnicas, marcas do uso do território pelo ser humano. Para Santos, tal avaliação é o elemento chave para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos espaciais:

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência interna e externa. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismo e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é como um todo. (SANTOS, 2008; 23)

Portanto, já se pode retomar a questão desta dissertação, sobre a apropriação e a inserção técnica no meio rural brasileiro. Como foi visto, as técnicas são compreendidas como objetos e ações que, em conjunto e de forma sistemática, são elementos constitutivos do espaço. Por sua vez, o meio rural representa uma parte do espaço e, justamente por isso, também um sistema de objetos e um sistema de ações.

Há, de fato, no meio técnico-científico-informacional, uma predisposição a atender às necessidades do grande capital e de seus agentes, como, no caso do meio rural, os produtores que se utilizam dos insumos e mercados internacionais, beneficiando-se deste ciclo de produção. Todavia, mesmo que o sistema técnico atual tenda a beneficiar esses agentes, nas escalas locais este poder pode ser relativizado.

¹³ In *Territorio, Globalização e Fragmentação* (São Paulo: Hucitec, 1994)

Desta forma, a apropriação técnica vai depender dos usos dados, e estes usos, mais verticalizados ou horizontalizados, vão interferir nas transformações espaciais, sobretudo na escala local. Segundo Santos:

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é, em seu próprio benefício. É a união vertical [...]

Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo a partir de ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. (SANTOS, 2008: 287)

Uma ressalva importante deve ser feita: as técnicas não são consideradas nem sobre a perspectiva evolucionária e nem como promotoras das revoluções por si. Pelo contrário, enquanto produção do ser humano, ela é parte do processo de transformação da sociedade e seus usos e transformações vão depender da resultante de intenções e interações em determinado contexto socioeconômico e político-espacial.

Portanto, foi definido ao longo deste capítulo o entendimento conceitual de técnica que será utilizada nesta dissertação, ou seja, aquele capaz de identificar objetos e ações humanas materializadas no território usado. Também foram apresentados os entendimentos referentes ao meio técnico-científico-informacional e a sua relação com o meio rural e com as transformações no binômio cidade-campo de uma forma geral. Da análise desta relação, constatou-se que a apropriação da técnica, apesar de favorecer o capital, permite, através dos usos das técnicas na escala local, uma forma horizontalizada de inserção no meio técnico-científico-informacional. Cabe-nos agora investigar como este processo se realizou no meio rural brasileiro.

2. O MEIO RURAL BRASILEIRO: HISTÓRICO DAS TÉCNICAS E ASPECTOS FUNDIÁRIOS

No capítulo anterior, chegou-se à definição do espaço geográfico como um sistema de objetos e sistemas de ações. A compreensão passou pelo estudo do espaço através das técnicas, que se manifestam e se materializam no território, segundo a definição de Milton Santos. Foi visto também que o meio rural, mesmo com suas categorias próprias e peculiaridades, pode ser entendido como uma parte do espaço, em que o fenômeno técnico pode ser igualmente estudado. Desta visão do meio rural, constatou-se que, a despeito de a tendência da apropriação da técnica favorecer ao capital, ela pode se dar de forma horizontalizada na escala local.

Este capítulo investiga, em uma perspectiva histórica, como a inserção das técnicas se desenrolou no meio rural brasileiro. Na primeira parte, será apresentado um retrospecto do processo histórico de inserção das técnicas até meados do século XX. Na segunda parte, será avaliada a inserção contemporânea do meio técnico-científico-informacional, ou seja, os desdobramentos deste atual meio geográfico e sua presença no meio rural brasileiro. No terceiro segmento, o assunto é a consolidação da idéia de agricultura familiar, em contraponto à de agronegócio, e como se chegou a esta polarização.

Esta análise corrobora a visão de que “a história do território brasileiro é, ao mesmo tempo, uma e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias e de suas regiões”(SANTOS & SILVEIRA, 2008; 23). Ao se examinar os sistemas de objetos e ações técnicas, se faz mais interessante entender o sistema de *eventos* que estabelecer cortes rígidos. Para isto serão considerados *períodos* “como pedaços de tempo” em que se podem observar “a organização e reprodução ordenada das características gerais” de um território, como proposto por Milton Santos e Maria Laura Silveira. (SANTOS e SILVEIRA, 2008:23). Diferentemente dos autores mencionados, que estudaram o território brasileiro como um todo, este trabalho pretende recortar especificamente o meio rural brasileiro, de modo a identificar estes períodos, sem a pretensão de esgotá-los.

Dito isto, pode-se concordar com a constatação de que, também no meio rural brasileiro, uma vez que é parte do território nacional, “a conquista da terra por atividades econômicas modernas, por meio dos chamados ciclos da economia, mostra a escolha, em cada momento, de áreas diversas de implantação” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 249).

O presente capítulo deste trabalho segue de perto a afirmação destes autores que, ao destacara dificuldade de se periodizar o uso do território brasileiro afirmam:

“Assim, ao longo a história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, *grosso modo*, ser identificados: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.” (SANTOS e SILVEIRA, 2008: 27)

A esta observação se acrescenta que, durante toda esta periodização histórica, a questão fundiária se faz presente, pois, como se verá, o acesso ou não à terra determina significativamente a apropriação das técnicas.

2.1. O PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS TÉCNICAS

Para entender as transformações técnicas no meio rural brasileiro sob a lógica de sistemas de objetos e ações, é necessário considerar a questão da posse da terra. A estrutura fundiária é um elemento fundamental para se compreender a posse da terra como parte do modelo técnico rural brasileiro, assim como a sua relação com as inovações tecnológicas que se deram no espaço rural através dos tempos.

Em uma perspectiva histórica, a posse e o uso da terra no Brasil parecem pender entre dois polos. De um lado, o poder político estatal, e, de outro, o poder técnico de produção agrícola, formando dois vetores que se alternam por vezes se complementam e às vezes se confrontam. Em determinados momentos, a outorga do Estado prevalece na demarcação fundiária. Em outros, o usufruto predomina, impulsionado seja por novos atores, seja por uso de novas técnicas voltadas à produção capitalista. Este binômio entre a terra como patrimônio e como meio de produção sempre se faz presente ao analisar a formação histórico-econômica e espacial do meio rural brasileiro.

A doação de sesmarias, em 1530, foi o momento inicial da relação entre Estado e propriedade. Neste primeiro momento, a apropriação da terra se deu através de mecanismos políticos estatais como a nobreza, proximidade ao rei e os recursos para obter os títulos de direito de uso desta terra. Aos poucos, as sesmarias mostraram-se de difícil viabilidade econômica, seja pela ausência de minério, seja pela distância ou falta de recursos para iniciar a atividade agrícola voltada aos interesse da metrópole. (SILVA, 1996)

Os limites impostos pela Coroa Portuguesa começaram a ser gradativamente desrespeitados por desbravadores em busca de especiarias, minerais e recursos vegetais, o que conduziu ao primeiro ciclo de ocupação das terras brasileiras pelo uso da posse. As terras, que primeiramente foram apropriadas por delegação do poder político, passaram a ser apropriadas pela força e pelo usufruto dos bandeirantes, comerciantes, missionários e colonos, que se utilizavam da terra com os mais diversos fins, como mineração, extração vegetal, e criando, sobretudo a partir de São Paulo, um importante vetor de interiorização e ocupação. Como presenças e marcas deste período, cita-se a fundação das cidades do ciclo do ouro:

Concorrem em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo predador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso).(PRADO JR, 2003,37)

As invasões estrangeiras, sobretudo a holandesa, pareceram realçar esse momento de descompasso entre a posse da terra na mão de um grupo alinhado aos interesses do poder político e e aquela à disposição dos produtores agrícolas, desejosos em ampliar a produção açucareira e com recursos para tal. A iniciativa dos Países Baixos no Nordeste brasileiro pode ser entendida de forma bem interessante ao se avaliar que os banqueiros flamengos já haviam desenvolvido novas técnicas de produção e comercialização e estavam interessados em dinamizar a produção brasileira para atender às demandas crescentes por açúcar. Entretanto, eles esbarraram nas dificuldades impostas pelos donos de terra e o poder político de Lisboa.

A implantação da monocultura de exportação não se deu da mesma maneira em todo o litoral brasileiro. As fazendas e *plantations* prosperaram em algumas capitanias, com intenso uso de mão de obra escrava de origem africana e, eventualmente, indígena. O sistema de objetos e de ações da região nordestina produtora de açúcar são ainda visíveis como *rugosidades* de um tempo e assíncronos ao atual contexto, mas que ainda hoje se reproduz.

Já outras regiões sem a atenção e primazia da cana-de-açúcar foram, em um primeiro momento, relegadas ao ostracismo. Aliada a esta despreocupação com a posse, surgiram interessados em produzir, mesmo que sem a autorização política, para sobretudo a pecuária e agricultura de subsistência ao que se chamou de áreas de projeção da economia açucareira (FURTADO, 2003: 64) Nestas capitanias, a presença de um produtor de menor porte, com menos recursos, mas com o domínio de técnicas para a produção, começa a subsistir. Nestes espaços desprovidos de técnicas do engenho e produção do açúcar, o sistema

de objetos e ações colonial se expandia através de atividades secundárias e de apoio à cana, que se caracterizavam pelo baixo volume de investimentos exigidos, como a pecuária. A pecuária foi se interiorizando e ocupando o sertão, expulsando indígenas e dando impulso à criação de povoados e vilas. Tal sistema social ainda é presente em grande parte do Brasil, desde que tropeiros e vaqueiros criaram rotas para o transporte dos animais.

Ao fim do período colonial, a sociedade era predominantemente rural, formada por escravos na base e donos de terra com relações com a metrópole no topo. No entanto, começaram a se formar, se não cidades no sentido que se costuma dar à dinâmica urbana, ao menos povoados, vilas, entrepostos de comercialização e de viagem, pequenos portos, caminhos e rotas, trechos de navegação de cabotagem e fluviais. Neste meio, circulavam mineradores, bandeirantes, tropeiros, mascates. Na produção agrícola, começou a aumentar o número de pequenos arrendatários, parceiros, meeiros e outros tantos que, sem a posse da terra, se deslocavam (e ainda se deslocam) pelo meio rural a medida que estabelecem contratos, muitas vezes verbais, de exploração da terra em sociedade com um proprietário que, em muitos casos, apenas cede o terreno.

A presença de todos estes objetos técnicos e dos personagens mencionados acima indica uma visão um pouco mais complexa do meio rural colonial brasileiro. Claramente, a posição hegemônica dos latifundiários devia-se em grande parte a suas origens ligadas à corte portuguesa. Não obstante, conforme foi visto no primeiro capítulo, a técnica hegemônica não era a única. Como exemplos de técnicas que subsistiram e ainda estão presentes, mesmo que ordenadas sob um novo sistema técnico, pode-se citar o cultivo da mandioca e da batata-doce, entre outras culturas indígenas.

Tal processo de ocupação é, decerto, merecedor de maior reflexão e pesquisa, e é aqui sucintamente analisado para demonstrar que a ocupação do espaço agrário é, sem dúvida, desigual, e a conseqüente “impregnação” deste espaço por técnicas relacionadas ao modelo colonial criou dois efeitos na estrutura social e na divisão do trabalho do meio rural brasileiro. O primeiro foi o aproveitamento da terra por uma série de empreendedores agrários que, dotados de técnicas de cultivo, de comercialização, não possuíam a propriedade da terra outorgadas pelo poder da corte portuguesa, o Estado da época. Este grupo, que circulava e produzia à sombra da relação direta com as atividades hegemônicas, apesar de pequeno, gradativamente se firmou e, com suas técnicas, transformou seu entorno conforme seus interesses.

Outro desdobramento deste processo de ocupação se relaciona com a posse e a forma de usufruir a terra. Criou-se entre os herdeiros e proprietários de terra um mercado

onde não era exigido deles a produção agrícola e sim a terra como um bem meramente imobiliário, posto que, mantendo a posse e a cedendo temporariamente para produtores, cobrando deles parte da produção, estes proprietários conseguiam se manter sem se preocuparem com questões relativas ao aprimoramento da produção agrícola. Esta forma de se conceber a posse da terra, como um bem simplesmente, gerou profundos reflexos sobre a produção agrícola brasileira e a relação patrimonialista com a terra. (SILVA, 1996)

O ciclo da mineração no Sudeste é outro fator responsável por introduzir novos trabalhos e inserir novos ciclos econômicos em regiões até então subocupadas. A ocupação de Ouro Preto e os recursos advindos do ouro levaram o governo colonial a priorizar a atividade mineira, deslocando recursos humanos para a fiscalização e recursos financeiros do Estado para melhoria de estradas e portos, além de controle e circulação do metal precioso. Estas necessidades permitiram o crescimento do Rio de Janeiro como porto.

No século XVII, surgiram as primeiras crises e revoltas contra o sistema colonial. As revoltas partiam tanto de agroexportadores descontentes com preços, como de escravos em condições degradantes e humilhantes, colonos e trabalhadores rurais sem acesso a terra e setores da nascente classe trabalhadora urbana. Nesta mesma época, chegaram ao Brasil as idéias liberais, inovações como a imprensa e modismos das universidades portuguesas e francesas, trazidas de modo incipiente pela elite mineira e pelos filhos abastados dos senhores de engenho. Este processo já demarcava, de uma forma geral, a ascensão do meio técnico: as inovações na redivisão do trabalho e a ascensão dos industriais ingleses provocaram transformações profundas no continente europeu, com reflexos significativos no meio rural brasileiro.

Esgotado o ciclo do ouro, em virtude das guerras napoleônicas, em 1808, o poder político se transferiu de Salvador para o Rio de Janeiro, ressaltando a importância econômica e política que a última alcançou. Este deslocamento do eixo de poder se deu pela mudança da divisão territorial do trabalho, uma vez que o Nordeste brasileiro havia perdido a centralidade do comércio de açúcar mundial para as Antilhas, Caribe e Cuba, e a mineração, bem como a crescente lavoura de café, se deslocou para a região sudeste.

No começo do império, em 1822, o poder monarquista, com ideais liberais e mecanismos absolutistas centralizados no Rio de Janeiro, entrou em conflito com a oligarquia agrária, cada vez mais em ascensão e base da representação parlamentar e do poder regional. No aspecto agrário e da posse da terra, este momento representou um impasse. (SILVA, 1996) De um lado, estavam o Estado monárquico, seus cortesãos da cidade e mercadores europeus, e os produtores sem título que pediam a regularização de suas propriedades por usufruto. De

outro, a aristocracia rural, que gradativamente passou a se desentender sobre a posse definitiva da terra. Os conflitos e a dificuldade de ocupação do território garantiram certa margem de manobra para que os posseiros permanecessem em suas terras com o beneplácito da monarquia, como ressaltou a decisão 76 de José Bonifácio de Andrada e Silva.(SILVA, 1996)

Em 1850, o fim do tráfico negreiro, estabelecido pela Lei Eusébio de Queirós, e a perspectiva do fim da escravidão foram seguidos pela promulgação da Lei de Terras (SILVA, 1996). Ao contrário do processo ocorrido nos Estados Unidos, que buscava a expansão territorial e o uso da terra com objetivos econômicos (Homestead Act, 1862¹⁴), a Lei de Terras impediu a posse da terra por usucapião (*utis possidetis*), definitivamente banida do sistema agrário brasileiro. Como consequência, o poder de cessão de terras se concentrou no Estado e a propriedade só se tornou possível através de compra em dinheiro, restando impedida a titulação por posse ou usufruto.

Um dos efeitos mais significativos da Lei de Terras foi proporcionar aos grandes proprietários brasileiros uma ampla reserva de mercado no Segundo Império, para a cessão temporária aos meeiros, posseiros e demais setores ligados às técnicas de produção. A aristocracia agrária passou a se valer da criação de um comércio de títulos de venda de terras, relegando a produção a um segundo plano.

Como efeito, a Lei de Terras é apontada como o mecanismo jurídico que garantiu a concentração fundiária e de poder, moldando a estrutura agrária brasileira, uma das mais concentradas no mundo até hoje¹⁵. Mesmo com o fim da escravidão e o início dos fluxos migratórios provenientes da Europa, de 1870 a 1950, as alterações na malha fundiária brasileira são mínimas se comparadas às de qualquer outro país das Américas. (MARTINS; 1979)

Sem perspectiva de ocupação de terras, colonos e ex-escravos tornaram-se ou trabalhadores rurais vinculados aos grandes proprietários, ou empreendedores especializados em produzir em terras alheias. Outros foram para as vilas, povoados e cidades, em busca de oportunidades. Um dos efeitos da constante negativa à posse da terra foi o crescimento dos centros urbanos. Este aumento de tamanho, mesmo que relacionado a atividades complementares à produção agrária, conduziu ao surgimento, mesmo que de forma precária,

¹⁴ “The Homestead Act was one of several United States federal laws that gave an applicant freehold title to up to 160 acres (1/4 section, 65 hectares) of undeveloped federal land outside the original 13 colonies. The law required three steps: file an application, improve the land, and file for deed of title. Anyone who had never taken up arms against the U.S. government, including freed slaves, could file an application and evidence of improvements to a federal land office.” Wikipédia - http://en.wikipedia.org/wiki/Homestead_Act”

¹⁵

de uma parcela da população voltada ao atendimento dos moradores da cidade em atividades como barbearia, alfaiataria, sapataria. Como reflexo, começou a surgir uma classe trabalhadora urbana sem vínculo direto com os grandes fazendeiros, em uma dissociação gradual de certos setores com a monocultura exportadora, o que contribuiu para a urbanização e o inchaço dos centros urbanos brasileiros.

Exceção a este cenário encontrado no Nordeste e no Sudeste foi a ocupação da Região Sul do país. Esta região, apesar da ocupação já significativa por açorianos no litoral e das estâncias dos pampas gaúchos, foi o destino de milhares de imigrantes de origem europeias, sobretudo italianos, alemães, poloneses, ucranianos. A ocupação “patrocinada” pelo governo brasileiro, a partir de 1870, marcou o interior do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, composto de minifúndios. A relativa proximidade dos fatores climáticos da Região Sul com a Europa marcou profundamente esta região como um processo a parte de ocupação da terra. Os migrantes introduziram uma série de técnicas e conhecimentos relativos à agricultura de seus países de origem, como a rotação de culturas, a policultura, o uso de fertilizantes naturais e o trabalho em mutirões. Há de se notar a preferência do governo pelos produtores europeus, considerados na época “mais aptos”. (FURTADO, 2003, 129)

A consolidação do poder econômico e político no Sudeste tem relação direta com a consolidação dos produtores de café. Já em 1850, este era o principal item de exportação (PRADO JR, 2003; 85). As transformações sociais, econômicas, territoriais e políticas provocadas pelo café já podiam ser sentidas. Inicialmente plantado pelos barões no Vale do Paraíba, com trabalho escravo, foi no estado de São Paulo que a produção cafeeira, com mão de obra assalariada e altos investimentos de capitais estrangeiros, alcançou maior dinamismo, proporcionou uma urbanização e uma relativa industrialização, transformando significativamente o espaço rural brasileiro no final do século XIX e início do século XX.

A riqueza do café, além de enriquecer os barões e suas fazendas, levou às províncias e comarcas a figura cada vez mais recorrente do mascate, para atender aos senhores e coronéis, mas também a novos clientes: trabalhadores rurais assalariados, oriundos da escravidão ou da imigração. O capital excedente da economia do café foi utilizado na importação de maquinários ingleses. Recursos foram empregados em novas técnicas para abertura de ferrovias, estradas, mas também teatros, bibliotecas, escolas e, sobretudo, fábricas. Nos centros urbanos, foram realizados investimentos em infraestrutura, como bondes e rede elétrica. As primeiras indústrias, voltadas para atender à demanda de um nascente consumo de massa, proporcionaram o surgimento das primeiras instituições financeiras, que investiram na indústria naval e em outros setores. Visconde de Mauá é o exemplo do uso por parte da

burguesia de capitais para estas inovações financeiras, no transporte e nas comunicações. Foi neste período de expansão do café, apoiado por ferrovias e maquinário para estocagem e escoamento da produção, que técnicas foram se consolidando, tais como as curvas de nível no Vale do Paraíba e a inserção da mão de obra assalariada em substituição aos escravos, inaugurando um novo ciclo econômico. Gradativamente, inovações advindas da burguesia internacional e de sua revolução industrial, iniciada na Inglaterra, foram introduzidas. Barcos a vapor, ferrovias, engenhos e caldeiras movidos a vapor permitiam, mesmo que de forma primária, o beneficiamento mais aprimorado de produtos do Nordeste. Neste, se pôde perceber uma ligeira industrialização em atividades ligadas à cana-de-açúcar e ao beneficiamento do algodão em um primeiro tecido. Mas foram, sobretudo, o café e as condições encontradas no Sudeste os elementos chave do processo que inaugurou as transformações do século XX, no qual as cidades e seus modos de viver e produzir ganharam importância econômica e política.

No que tange à inovação técnica no meio rural, pode-se notar neste momento duas vertentes entre os agroexportadores. De um lado, os monarquistas, ligados à produção com trabalho escravo e relutantes a novidades na forma de se produzir e comercializar. De outro, os republicanos, mais ligados aos produtores paulistas entusiastas das tecnologias.

Pode-se identificar uma complementaridade entre este setor agrícola adepto das inovações técnicas e a ascendente burguesia urbana industrial (parte dela oriunda da aristocracia rural), uma vez que os negócios e investimentos eram necessários para a expansão da lavoura cafeeira em São Paulo. A utilização do excedente do café na industrialização era acompanhada pelos investimentos de industriais tanto na tentativa de modernizar a lavoura cafeeira, como no objetivo de comercializar artigos para a mão de obra assalariada e artigos de luxo para a elite agrária.

No Norte e Nordeste, a borracha e o algodão, respectivamente, proporcionaram o fortalecimento das elites agrárias destas regiões no início do século XX. Também para escoar a produção sempre voltada ao mercado internacional, foram criadas estradas de ferro, portos, telégrafos. A importância destes produtos para o Estado brasileiro, desde então, levou os governos republicanos a estimularem a produção e a facilitarem a exportação. A ideia, por parte das elites agrárias, era facilitar o acesso aos portos. Para o Estado, o objetivo era dinamizar a economia e gerar divisas. Mas também, como ressaltava a diplomacia internacional na época do Barão do Rio Branco, mantida na República Velha, havia a preocupação de ocupar o território para se evitar a perda deste e para se buscar uma unidade territorial menos precária.

Ainda no início do século passado, a influência estadunidense e a expansão econômica trouxeram uma nova forma de produzir no meio rural. À medida que este paradigma técnico se consolidava, empresas de capitais, sobretudo norte-americanas e europeias, se internacionalizaram e se instalaram em território brasileiro, sobretudo nos grandes centros, muitas vezes com parcerias com representantes da burguesia nacional para atender às crescentes demandas destes agroexportadores. Já nesta época, empresas estadunidenses e inglesas conquistaram a preferência dos produtores de café para a compra de seus produtos. As novidades que chegavam dos Estados Unidos apresentavam novas técnicas de plantio, de adubação e também de insumos da indústria química, os agrotóxicos. A mecanização e os insumos químicos para correção de solos e eliminação de predadores impactaram profundamente o espaço rural brasileiro. Esta forma de produzir conduziu à criação gradativa de centros de ensinos. A questão educacional, bem como a necessidade de ampliar a produção e a produtividade através do conhecimento científico, foram as marcas do começo da extensão rural e da assistência técnica no país.

A partir da década de 1920, as mudanças “modernistas”, sobretudo a partir de São Paulo e Minas Gerais, levaram autores como Monteiro Lobato a defenderem rasgadamente o pacote tecnológico advindo dos EUA, muitas vezes sem considerarem contrastes dessas técnicas com aspectos da agricultura tropical brasileira e, sobretudo, com os saberes tradicionais e empíricos dos trabalhadores rurais da época. Esta resistência às inovações técnicas, desta vez por parte dos trabalhadores rurais, foi caricaturada pelo autor em personagens como os Jecas Tatus. (LOBATO: 1982). A ideia de progresso, modernidade, sobretudo através das técnicas oriundas do conhecimento científico, se tornou uma meta a ser alcançada pelos esforços conjuntos dos produtores agrícolas, da ascendente burguesia nacional e do Estado, lema que ainda hoje pode ser percebido na Bandeira Nacional, ainda que não fosse claro como se daria essa busca das técnicas.

A nova onda de expansão de técnicas, de consolidação das cidades e da industrialização voltada para a substituição de importações culminou, em 1930, com a tomada do Estado pela ascendente burguesia nacional. (FURTADO, 2003) Este novo grupo, de início ligado ao poder da aristocracia rural, intensificou as disputas entre o poder da cidade e o poder do campo, sobretudo na disputa por recursos do Estado, o que conduziu ao impasse de 1930 (FAUSTO, 1997). A eleição de Getúlio Vargas, representante de interesses da Região Sul e do Nordeste do país e de outros interesses urbanos do Rio de Janeiro, deu fim ao equilíbrio de poder entre Minas Gerais e São Paulo, à polarização vigente durante toda a República Velha, conhecida como Política do Café com Leite.

Na década de 1940, as inovações técnicas voltadas para a agricultura, gestadas nos EUA, se implantaram definitivamente como um paradigma de agricultura moderna e eficiente no mundo. Conhecida como Revolução Verde, a produção intensiva, com uso de maquinários, fertilizantes químicos, agrotóxicos para o controle de pragas, com metodologias e procedimentos de culturas, se espalha no meio rural brasileiro, em sobreposição a técnicas como a queimada a produção extensiva. Apesar do desejo de inovação, tal modelo pressupunha uso intensivo também de capital, que, em muitas regiões, não estava disponível e, quando existia, era providenciado em sua maior parte através do Estado. Ao se observar os principais polos de inovação tecnológica desta época, as faculdades de agronomia sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, percebe-se a relação entre estes centros e as regiões em que primeiro se deu a inserção destas práticas.

Como mudanças significativas trazidas por esta nova divisão territorial do trabalho agropecuário no Brasil, estavam: o aprofundamento da concentração fundiária e a expansão das culturas para regiões onde até então a agricultura não havia se consolidado, fosse por impedimentos técnicos, como a qualidade do solo, fosse por impedimentos econômicos. Esta nova maneira de se produzir no meio rural, mecanizada e com uso dos insumos, aumentou ainda mais o contingente de trabalhadores rurais sem condições de se manterem, ampliando a migração interna rumo aos grandes centros. Tais centros, que ganharam maior importância política e centralidade tecnológica, absorveram este excedente e apresentaram a estas pessoas uma nova forma de se relacionar com o trabalho e com o campo, mesmo que tenha também incorporado em parte as técnicas tradicionais trazidas por estes migrantes.

Nas décadas de 1950 e 1960, este modelo apresentou seus primeiros sinais de dificuldade no contexto brasileiro, sobretudo em relação às dificuldades de adaptação ao clima tropical. Apesar disso, ele se consolidou, aumentando significativamente o processo de concentração fundiária. Os excluídos deste processo tomaram dois caminhos basicamente: uma parte foi para as cidades, em franca expansão e receptivas à absorção deste contingente. Outra parcela se revoltou e passou a lutar por terra e condições de trabalho e subsistência no meio rural. Como exemplos mais famosos, podem se citar as Ligas Camponesas. Estudiosos dedicados a esse período histórico investigam hoje levantes e revoltas da época, cada vez mais estudadas.¹⁶

¹⁶ Ver sobre o assunto Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962- 1985 Camponeses torturados

A aliança entre o capital urbano e os agroexportadores, mesmo que tempestuosa em determinados momentos, não deu sinais de conflito. De toda forma, do início do século XX até o fim da ditadura militar, em 1984, o poder de uma parcela mínima de grandes proprietários permaneceu hegemônico. (FAUSTO, 1997)

2.2. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO : A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A ASCENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma das facetas mais significativas da presença das técnicas no meio rural é a manifestação de seus desdobramentos no modo de produção capitalista e no território. David Harvey identifica uma mudança na forma de reprodução do capital no atual momento histórico, no qual a tecnologia possui papel central na organização da produção sócio-espacial: a acumulação flexível.. A tecnologia passou a ser inerente ao processo produtivo em escala global, criando novas conexões entre regiões até então estanques, reenquadrando o espaço e reordenando o território. David Harvey aponta de que maneira o capital financeiro desempenha papel central neste novo ciclo produtivo: ampliando a área de alcance da reprodução do capital, e expandindo e englobando os territórios sob a lógica deste sistema produtivo, muitas vezes a despeito da vontade de agentes locais. (HARVEY, 2006)

De acordo com o autor, a crise do petróleo e a ascensão do neoliberalismo, entre outros fatores, levaram a uma importante reestruturação no modo de produção capitalista. Este processo teve suas sementes lançadas no Pós-Guerra, juntamente com surgimento do que, como foi visto, Milton Santos denomina de meio técnico- científico- informacional. Os dois autores – cada um tratando este momento por nomes distintos e o examinando por aspectos diferentes – concordam na ascensão de um nova etapa na orientação do capital, iniciada nos anos 1950 e consolidada nos anos 1970. Entre as mudanças significativas, estão: a nova relação entre regiões centrais e periféricas do sistema capitalista; a intensificação e ampliação do processo de transnacionalização de empresas, agentes financeiros e do capital em geral; a redefinição do papel dos Estados nacionais, tanto dos centrais como dos periféricos.

No Brasil, estas transformações têm sido especialmente intensas no meio rural, dado o alto grau de internacionalização da economia e também a forte dependência do agronegócio em relação aos países centrais. Embora as relações capitalistas no meio rural brasileiro sejam anteriores, nas duas últimas décadas elas parecem ter se consolidado

definitivamente. Empresas como Sadia, Aracruz, Monsanto, Cargil já não podem ser consideradas estritamente agroindustriais. Elas simbolizam o surgimento no espaço agrário brasileiro de uma nova forma de produção, que, conforme Graziano (1996), passou do complexo rural ao complexo agroindustrial.

É neste contexto que pode-se perceber, desde a década de 1970, que o processo conhecido como modernização conservadora (DELGADO, 1985) tem imposto uma nova forma de produção no meio rural brasileiro, com o uso de técnicas como modificações genéticas, monitoramento por satélite, informática e forte subvenção estatal. Tal modelo é formatado nos Estados Unidos e sua propagação se dá a partir de lá, para as regiões onde há mais disponibilidades de capital.

No Brasil pós-crise do petróleo, cujas bases econômicas sustentavam o regime militar, o bordão “exportar é o que importa” orientou a política econômica para exportação como medida para contrabalancear a dependência do petróleo na balança de pagamentos. (DELGADO, 1985) ressalta a atenção do Estado ao setor agroexportador e seu crescente prestígio político, o que representou ainda a consolidação da expansão da fronteira agrícola para o Cerrado.

A década de 1980 foi marcada ainda pela hiperinflação, que desarticulou os agricultores que não tinham sua produção verticalizada, resultando em dificuldades de acesso a mercados, equipamentos e financiamentos. Em muitos casos, a dificuldade de honrar os empréstimos tomados a elevados juros, bem como as dificuldades de comercialização e com atravessadores, fragilizou financeiramente a agricultura voltada para o mercado interno, o que resultou em um significativo aumento da perda de terras e do fluxo migratório.

No aspecto político, a redemocratização permitiu a reorganização dos movimentos sociais ligados ao meio rural brasileiro. Em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) organizou seu primeiro congresso em Cascavel (PR), com substancial apoio de sindicalistas e de setores da Igreja Católica, via Comissão Pastoral da Terra. Os sindicalistas, ligados aos trabalhadores urbanos, passaram a encampar a bandeira da reforma agrária como reivindicação de desenvolvimento social, influenciando não só na cidade, mas também no campo.

Em 1985, como tentativa de aplacar os anseios por reforma agrária, o Governo Federal criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) – que, embora tenha elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, não chegou sequer a executá-lo. Se, de um lado, o Mirad atendeu a demandas de setores organizados da sociedade civil, ciosa por reformas no meio rural, do outro lado, grandes proprietários de terras e

empresas do emergente agronegócio passaram a se organizar e defender seus interesses, sobretudo no Congresso Nacional, emblematicamente com a criação da União Democrática Rural (UDR) e na bancada chamada de ruralista. Na Assembleia Constituinte, os dois grupos travaram profundos debates sobre a propriedade e a função social da terra. O resultado no texto da nova Constituição foi a defesa pelos ruralistas *a priori* do direito à propriedade, uma vitória dos grandes proprietários de terra, mas, como se verá no terceiro capítulo, com uma concessão mantida do Estatuto da Terra de 1964: a função social da terra.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, a abertura econômica sob os preceitos do neoliberalismo provocou mais uma profunda alteração no meio rural brasileiro. Apesar de forte exportador de produtos agrícolas como café, cana, açúcar, soja e carne, o Brasil passou a ser um grande importador de arroz, milho e leite, entre outros produtos voltados para consumo interno. Neste período, grandes grupos econômicos estrangeiros se instalaram no país e houve uma concentração econômica das agroindústrias, como o fechamento de tradicionais cooperativas regionais voltadas para o mercado interno, sobretudo de laticínios, em grande parte adquiridas por empresas multinacionais.

Nesta nova etapa, percebeu-se, através da análise da expansão da soja e de outras culturas, uma expansão da fronteira agrícola a regiões onde antes não se identificava condições técnicas para a sua aplicabilidade. O cerrado passou a ser aproveitado para as lavouras de soja e de açúcar, além de outros produtos como laranja e milho. A produção no meio agrário não só de alimentos, mas também de celulose e de álcool combustível, alterou significativamente os esforços e processos relacionados ao cultivo.

O desenvolvimento técnico e a grande ênfase dada à pesquisa para a produção agrícola também proporcionaram, na Região Sul, a inserção dos pequenos produtores em grandes empresas exportadoras de aves, suínos e carne (Sadia, Perdigão etc.). Grandes pecuaristas se reuniram em um consórcio e grupo econômico, sob a holding JSB, hoje considerada a maior cadeia de produção de carne bovina no mundo.

Este modelo exige ainda mais investimentos de capital, sobretudo em pesquisa. O uso de mão de obra por área produzida, por sua vez, é ainda menor se comparado ao paradigma da Revolução Verde. A migração campo-cidade, já intensa desde o começo do século XX, aumentou exponencialmente na década de 1980 devido à descapitalização dos produtores voltados ao mercado interno, mas também em decorrência desta mecanização.

Nesse período do meio técnico-científico-informacional, pode-se perceber a reorganização produtiva dos grandes latifúndios em complexos agroexportadores:

Na década de 80, à agricultura coube a tarefa de gerar superávits comerciais, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, agravado pela crise da dívida externa e pelos mal sucedidos planos de combate à inflação. A economia brasileira passou a ser submetida a políticas macro, que buscavam a queda nos índices gerais de preços e o ajuste do setor externo. Para consecução do objetivo de ajuste externo foram efetivadas, no âmbito da política cambial, maxidesvalorizações, e as políticas fiscal e monetária tornaram-se fortemente contracionistas com vistas a reduzir o déficit público e o crédito doméstico. Nesse contexto de agravamento das contas públicas, houve a deterioração do sistema de crédito rural. Ainda assim foi mantida uma trajetória de crescimento no setor agropecuário, porém com enfraquecimento do modelo extensivo de crescimento baseado na expansão de área, e fortalecimento de outro em que a produtividade passou a ser a principal tônica de aumento da produção. Durante a década de 80, a agricultura foi o único setor responsável por saldos positivos nas exportações. (BRAUM e SHIKIDA)

São visíveis os desequilíbrios que o avanço da agricultura de exportação causou ao período, levando ao aumento do preço da terra e à diminuição do crédito rural público, sobretudo para lavouras destinadas ao mercado interno:

Em resposta à relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica do governo militar, coordenada pelo ministro Delfim Neto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Estes estão ancorados basicamente na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que se expandem pela nova fronteira agrícola da região Centro-Oeste. Os saldos comerciais externos, que praticamente haviam desaparecido da nossa balança comercial no período da liquidez internacional folgada, comparecem agora como variável chave do ajustamento externo. (DELGADO, 1985)

A reterritorialização causada pelas novas técnicas aponta para um novo momento do binômio Urbano x Rural (VEIGA, 2007). Outras formulações, como o “rurbano” (GRAZIANO, 1996), estão entre os conceitos que se baseiam na tese de que novas redes de comercialização alternativas vêm transformando a produção agrícola, tornando a diferença entre rural e urbano tênue e imprecisa. Esta proposição aponta para a perspectiva de que agricultores devem investir em técnicas de produção para atender à segmentação e às exigências do consumo urbano. Tais exigências estão baseadas no consumo consciente, no *fair trade*, na produção agroecológica, no ambientalismo e nos preceitos do desenvolvimento sustentável, que prescindem de um aparato regulatório complexo e de uma comercialização muitas vezes dissociada do local de produção.

Se, no Brasil, o agronegócio se consolidou de forma significativa, há, sobretudo na Europa e países capitalistas centrais, a valorização de uma forma de produção rural de alto valor agregado e com uso de técnicas e de comercialização baseados na pequena propriedade.

A partir do fenômeno rural europeu, duas perspectivas são variantes: a primeira é referente aos estudos que se voltaram à capacidade de os produtores, sobretudo franceses, defenderem seus interesses. Outra vertente, sobretudo os estudos da relação entre os pequenos produtores do centro-norte italiano, a Terceira Itália, se aprofundam na capacidade organizativa e de associativismo entre esses produtores, configurando arranjos produtivos locais. Ambas as vertentes analisam a capacidade destas experiências em resistirem a teses clássicas da sociologia rural, sobretudo a de Karl Kautsky, tais como a de tendência ao avanço da agricultura capitalista, provocando concentração fundiária e aumento do êxodo rural.

Neste cenário, nota-se alguns elementos fundamentais para a ocorrência, na década de 1990, de uma revisão significativa de conceitos e categorias dos estudos agrários no Brasil. A reorganização produtiva dos grandes latifúndios agroexportadores, por um lado, levou os estudiosos a se debruçarem sobre o conceito do agronegócio e suas implicações sócio-espaciais. A ascensão de movimentos sociais de reivindicação da terra, o protagonismo de diferentes categorias de populações rurais, como indígenas e quilombolas, passaram a ser pontos cada vez mais presentes em estudos das ciências sociais. O papel do Estado na agricultura e no meio rural também tornou-se motivo de preocupação de economistas e sociólogos. As análises vão desde o debate sobre função social da terra na Assembléia Constituinte até o questionamento sobre o crédito rural estatal e o papel dos governos na modernização conservadora do meio rural brasileiro.

Neste contexto, a contradição entre uma agricultura capitalista exportadora cada vez mais forte e uma agricultura do trabalho e da subsistência se tornou objeto de análise de acadêmicos, sobretudo da economia e da sociologia rural. Em 1991, José Eli da Veiga publicou , obra em que ressaltou a ligação entre a produção familiar no meio rural e o desenvolvimento do capitalismo avançado. No ano seguinte, Ricardo Abramovay lançou *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, em que considerou que a moderna agricultura capitalista nos países desenvolvidos estaria mais baseada no trabalho familiar que nas grandes empresas, contrariando inclusive teóricos clássicos dos estudos agrários como Kautsky.

Em 1994, Carlos Guanzirolí *et Alli* realizaram, no Relatório FAO/Incra, um levantamento das populações rurais brasileiras e apontaram uma série de tipologias que diferenciavam a agricultura comercial daquela de uma série de produtores do meio rural como assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, meeiros, demonstrando ainda suas diferentes formas de cultivo e criação.

Em 1996, José Graziano e os estudiosos do Rurbano questionaram a visão da agricultura familiar como uma atividade de mera subsistência, e introduziram a noção de pluriatividade econômica, apontando para uma relação mais complexa entre campo e cidade ao considerarem aspectos como o trabalho e a interação entre produção e a comercialização.

Entre 1996 e 1999, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) apresentaram o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), com orientação de Eli da Veiga, que apontou dois aspectos interessantes. O primeiro:

A agricultura familiar é o principal agente propulsor do desenvolvimento econômico nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. É estratégico para a ampliação de empregos, para a distribuição de renda e para a garantia da soberania alimentar do País.

A construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, deve necessariamente priorizar políticas para a agricultura familiar e enfatizar a reforma agrária como uma forma de incluir novos agricultores.¹⁷

Logo em seguida, um diagnóstico que, é comum a outros estudos:

Está ocorrendo uma crescente combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior das unidades familiares. Isto se chama “pluriatividade”. Cerca de 20% da população rural ocupada desenvolve outras atividades, como serviços, indústria, comércio, construção, transporte e outros.¹⁸

Nesta mesma seara, mas com ressalvas, Hughes Lamarche e Nazareth Wanderley se debruçaram sobre a nova categorização em estudos comparativos em diferentes países:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 2001: 21)

Uma característica comum a todos esses autores pode ser identificada: a relevância de trabalho familiar no meio rural, a despeito das diferentes tipologias de atores identificados. Portanto, a nomenclatura “agricultura familiar” passou a abarcar, em uma só categoria, um setor produtivo do meio rural. Apesar de amplo, ele reúne muitas diferenças

¹⁷ CUT/CONTAG. Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil. São Paulo. 1999

¹⁸ Idem

entre as categorias e poucas afinidades, por vezes até desconsiderando divergências históricas entre colonos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, assentados, camponeses, sem terras, meeiros, posseiros, extrativistas, populações tradicionais, pequenos produtores, minifundistas.

Mas, além da predominância do trabalho baseado nas relações familiares, outro ponto que une a todas estas categorias é a oposição ao agronegócio e a seu trabalho com alto índice de tecnicização, baixo uso de mão-de-obra, grande extensões de terras, venda para o mercado externo, uso intensivo de capital e insumos. Há de se perceber, no atual contexto político, o interesse de determinados grupos, dentre eles parte do Estado e dos setores da sociedade, sobretudo urbana, em conceituar os diferentes dentro da noção comum de agricultor familiar como oposição ao agronegócio.

Após a análise da luta pela posse e uso do território no meio rural, é possível identificar dois vetores de transformação relativos às técnicas. Um está associado à resistência e à manutenção do *status quo* fundiário, com a manutenção de sua hegemonia econômica e política. Outro reúne setores e forças produtivas, dominadores de técnicas ou de pequenas terras, interessados em atividades agrícolas, seja para a subsistência, seja com a perspectiva do lucro. Estes dois grupos buscam o domínio das técnicas para, a partir dela, imporem ao território suas necessidades.

No espaço agrário brasileiro, as inovações são trazidas, em determinados momentos, pelo capital. Quando estas inovações não são oferecidas pelos circuitos do comércio internacional, o Estado brasileiro se mobiliza para atender às reivindicações, quase sempre buscando nessas inovações para o meio rural a solução ou mediação diante da pressão de setores agroexportadores, de grupos contrários a esses setores ou até de setores urbanos. . O resultado da disputa parece sempre pender para a resultante do confronto entre os vetores conservadores de inovações técnicas e os vetores entusiastas.

Neste sentido, ao se observar o embate entre agronegócio e agricultura familiar, pode-se perceber disputas internas dentro destes dois grupos. Há, de cada lado, os resistentes e os favoráveis às inovações técnicas. Como se viu no final deste capítulo, e seguindo o pensamento de Milton Santos, estes atores têm lançado mão de vários instrumentos de pressão pública para a conquista de recursos do Estado brasileiro, para tê-lo como o investidor em saberes de um grau de tecnologia complexa e também para cooptá-lo como o financiador de um montante de recursos em aparelhos técnicos sem precedente no meio rural brasileiro. Através da análise das políticas públicas rurais, o próximo ponto deste estudo é demonstrar como se deu parte desta inserção técnica, sobretudo aquela voltada aos agricultores familiares.

3. A AÇÃO DO ESTADO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Após constatar no capítulo anterior que o apoio do Estado brasileiro para garantir as inovações técnicas é disputado tanto por agricultores familiares quanto pelo agronegócio, este capítulo avalia as ações do Estado, através do histórico de suas políticas públicas para atender as reivindicações por inovações técnicas no meio rural.

Na primeira parte, será levantado um sucinto histórico geral das políticas públicas para o meio rural com foco nas inovações técnicas. Na segunda parte se analisa com mais atenção a ascensão da agricultura familiar como um setor a ser atendido pelo estado e como se deu a compreensão de inovações técnicas na implantação destas políticas públicas.

3.1. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS RURAIS

Apesar de poder considerar que a ação do Estado era possível no período colonial, através do Governo Português, uma análise de fato das ações do estado brasileiro só pode ser feita a partir da independência do Brasil, em 1822. Mesmo que a Invasão Holandesa e as iniciativas do governo de Nassau na região tenham se utilizados de empréstimos para a compra de escravos, máquinas e ferramentas, não se pode dizer que tal iniciativa constituía uma política pública. (NOBREGA, 1985; 37)

Considerando portanto a independência formal do Brasil em 1822, e ao se observar em retrospectiva as políticas públicas agrárias desenvolvidas desde aquela época.

O primeiro dele é o Império, época em que, ainda não havia um direcionamento do estado para o desenvolvimento das atividades econômicas. Neste período, entre 1822 e 1889, é difícil identificar políticas públicas para o meio rural na acepção que se dá hoje ao termo, entendido como um conjunto de medidas ações para atender a um determinado setor ou região.

No Primeiro Reinado e período regencial. No entanto, a análise aponta, como se viu anteriormente, para, predominantemente, o apoio político aos agroexportadores, criando medidas de facilitação do tráfico negreiro, fundamental para as lavouras de açúcar, café e algodão do período. Como exceção digna de nota destaca-se, a já mencionada resolução 75 de Eusébio de Queirós em que se garantia a posse de terra.

Desconsiderando-se o primeiro reinado e suas conturbações relativas ainda as dificuldades políticas e a relativa estagnação econômica, pode-se falar de uma atuação do Estado para o meio rural apenas no segundo reinado, mesmo assim, indiretamente, pois apesar de não haver uma política pública setorial:

[...] o setor agrário-exportador conseguiu fazer com que o Estado interviesse para eliminar engarrafamentos e facilitar seu crescimento. Nos 20 anos que antecederam à queda do Império, esses engarrafamentos constituíam-se principalmente na falta de mão de obra, nas deficiências da rede de transporte e na escassez de recursos financeiros, cuja redução ou eliminação dependeu fundamentalmente da atuação do Estado. (MUELLER: 1983: 50)

Cabe ressaltar no entanto que, em 1887, o Imperador Pedro II criou o Instituto Agrônomo de Campinas, região central das lavouras de café na época. A instituição, exemplo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, era mais uma reunião de intelectuais (no caso os produtores de café) que uma faculdade ou centro de ensino.

É portanto na República que esta análise pode se situar como de fato início. O primeiro período a se analisar está situado entre 1889 e 1914. Destaca-se as políticas de defesa do café. A preocupação dos cafeicultores paulistas em manter os preços internacionais do café, devido a superprodução e a crises nos países compradores e os reúne no Convênio de Taubaté, em que o Estado garantiria a compra o excedente do café, mediante empréstimos no Exterior. A diferença seria amortizada por um imposto cobrado por saca exportada e o controle da produção, para evitar outra superprodução seria feita em cada estado da república. (FURTADO)

Evidentemente os produtores não foram controlados e essa política se prolongou com significativo endividamento internacional do Estado até 1930. Nota-se aqui já a relação entre o capital financeiro internacional e o setor agroexportador e como este conseguem, de certa maneira, impor suas condições ao Estado brasileiro.

Para a agricultura de mercado interno, não houve tamanha atenção, no entanto: “[...] com o objetivo de reduzir as importações, a partir do início do século [XX] adotou-se uma política de proteção alfandegária à produção nacional de alimentos e outros produtos, a qual foi, relativamente bem sucedida.” (MUELLER: 1983; 113)

Medida relacionada sobretudo ao excedente de mão de obra disponíveis nos períodos de baixa do café e a disponibilidade de terras exauridas para a cafeicultura mas próprias para lavouras temporárias. Para não dizer que não havia de crédito agrícola o

governo disponibilizava recursos esta finalidade a bancos privados sem no entanto controlar a execução.

Desde a proclamação da República, o modelo estadunidense, com destaque às figuras do agrônomo e do técnico agrícola, foi saudado e acolhido pelo Brasil e tido como paradigma a ser alcançado. Mesmo que ainda pouco presente no meio rural onde a predominância do café é avassaladora, é esta ideia que gera, gradativamente nos setores voltados tanto para a agricultura de exportação como para o consumo interno um crescente de reivindicações por crédito para o custeio da produção advindos do Estado:

Se por um lado o café tinha seus mecanismos de preço créditos internacionais para financiar as lavouras eram acessíveis, na agricultura para o mercado interno havia apenas a possibilidade de recursos através de hipotecas e penhores, situação em que:

[...] em períodos de crise, aqueles que lançavam mão do crédito hipotecário e cultivavam produtos não apoiados oficialmente – quase todos, com exceção do café –, eram frequentemente forçados a vender ou a entregar as suas fazendas em liquidação da hipoteca. As diversas sugestões para a criação de um sistema de caixas rurais, cooperativas, bancos estaduais e federais nunca foram concretizadas. (MUELLER, 1983: 179)

Apesar da importância do Estado nas medidas de defesa do café, pode-se perceber que a preocupação do estado era quase sempre reticente e as demandas eram quase todas provenientes dos organizados produtores de café, com considerável força política. Parte destes esforços dos grandes proprietários de terras brasileiros – aqui considerando aqueles cientes na importância da inovação técnica do campo – parece ter reforçado a relação entre a elite agrária e o capital estrangeiro. Ao que tudo indica, a inserção das novas técnicas foi realizada em parte pelos próprios investidores e suas perspectivas de lucro. Um exemplo nesta necessidade por inovações técnicas e o apoio do estado de forma relutante é a criação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros (ESALQ), em Piracicaba, em 1901, quase 8 anos depois da lei de sua criação.

Em outras iniciativas é notório o papel do Estado brasileiro no direcionamento da adoção do modelo estadunidense de produção agrícola.. No Rio de Janeiro, o Governo Central fundou por lei, em 1910, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em 1928, também pelo Governo Federal, foi criada explicitamente com base nos “*Land Grant Colleges*” estadunidenses a Universidade de Viçosa, em Minas Gerais. Na década de 1940, foram criadas as primeiras Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Esta última de

inspiração profundamente rockfelliana, e já definitivamente ligado aos padrões norte-americanos de produção agrícola.

É a partir dos anos 30 que se pode perceber uma política de fato voltada para a produção agrícola, tanto para a exportação como para o mercado interno. A crise liberal de 1929 vai marcar profundamente o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, com reflexos na agricultura.

A importância da agricultura de exportação continuava central para o estado, mas, desde Vargas, o objetivo é a acumulação de divisas para o desenvolvimento e diversificação produtiva, ou seja, o foco deste período e a aliança entre os agroexportadores e o Estado e o incentivo a nascente burguesia industrial. É desta época a criação de organismos ligados ao Ministério da Agricultura com o objetivo de dinamizar a produção mas também planejar a produção das lavouras de exportação e apoiá-los com recursos. A este período, a solicitação por recursos do Estado e a forma de atendê-las, fenômeno até hoje recorrente, não cessaram:

Vimos as incessantes reivindicações da cafeicultura, da agroindústria açucareira-canavieira e dos cotonicultores por mais crédito, mais prazo e condições mais adequadas de financiamento. **Nem sempre essas demandas eram atendidas de forma satisfatória; a boa vontade do governo dependia da profundidade das crises que atingiam àqueles setores e da capacidade que eles tinham de persuadir 'eminências' com influência no governo central. Os outros ramos da agricultura tendiam a ser virtualmente ignorados**" [grifo nosso] (MUELLER, 1983: 309)

É em 1937 que o governo cria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, primeira organização brasileira para o financiamento de longo prazo, com fundos para várias origens. Entre 1938 e 1945 o CREAI aumentou em 1208% o crédito agrícola, tornando-se, neste ano responsável por 62% de todo crédito agrícola do Banco do Brasil, já então principal agente de crédito para o meio rural. (MUELLER: 1983: 312). Em 1943 foi criada política de preços mínimos através da Comissão de Financiamento da Produção. Mesmo que tenha sido desativada já em 1951, sua experiência será a base para as políticas de preço na agricultura, um importante mecanismo de regulação de mercado. Neste período a agricultura para o mercado interno, capitalista ou vinculada ao trabalho ganha significativa importância, dada a crescente urbanização, a desorganização da produção dos países centrais, destruídos ou voltados para a economia de guerra, e a política de substituições de importações.

O pós-guerra foi palco de uma nova etapa na produção agrícola, protagonizada por uma versão ainda mais radical do modelo estadunidense, a Revolução Verde. Ela se espalhou pelos países, transformando significativamente a produção no meio rural em todo o mundo, sobretudo em países periféricos. As novas técnicas de produção aliaram-se à indústria química (fertilizantes e agrotóxicos), à automotiva (tratores e implementos) e à financeira (bancos), chegando a vastas áreas, com volumes expressivos de capital.

Neste contexto, é perceptível um terceiro momento da relação entre o poder estatal e a tecnologia voltada para o meio rural no Brasil. Com as inovações advindas da Revolução Verde e a demanda internacional por *commodities* agrícolas no período, percebe-se, a partir da década de 1950 uma volta significativa do setor agroexportador, marcado e crises de abastecimento.

A proposta de uso intensivo de tecnologia na agricultura, apesar de todo seu avanço, não foi mais consenso na sociedade brasileira, nem mesmo dentro do Estado, como fora anteriormente. A ascensão da classe média urbana vê com preocupação o crescente poder político dos setores agroexportadores. (Falar disso como uma excessão 1952- Reestruturação do CFP)

Neste contexto, aliado a um novo realinhamento entre agroexportadores e a burguesia nacional, as tentativas de reformas de base do governo João Goulart no meio rural, quando se criou a Superintendência de Reforma Agrária com apoio de setores urbanos, e extrema desconfiança dos agroexportadores e de representantes do capital estrangeiro.

A crise política e econômica do modelo do nacional desenvolvimentista do Estado Novo que perdurava, sustentado pela aliança política entre setores urbanos (trabalhadores e burguesia) e líderes políticos regionais, culmina, no golpe militar de 1964. É neste período que, aparentemente preocupado com a conturbada situação política e dos movimentos rurais que, é editado Estatuto da Terra. Com um viés militar e sob o princípio chave da Soberania Nacional, foi estimulada a colonização das fronteiras, através de projetos desenvolvimentistas com forte participação do Estado.

A iniciativa do governo visava aplacar as reivindicações por reforma agrária e promover a modernização a da agricultura. Com um sentido antagônico às demandas anteriores por distribuição de renda e de terras às classes menos favorecidas, o projeto criou a figura jurídica da empresa rural e conseqüentemente, do trabalhador rural.

Na verdade o estatuto da terra cria as condições para um atender a um novo ciclo de expansão da agricultura que é marcado pela ascensão do agronegócio. Na década de 1970, a confluência de interesse entre militares, e setores agroexportadores, delinearam novos

horizontes para o meio rural brasileiro, sobretudo do ponto de vista da geopolítica, da segurança energética e alimentar e de uma visão, geopolítica, ainda que profundamente militarista do uso do território, sobretudo do meio rural.

Foi nesta época que o Estado assumiu para si a tarefa da Reforma Agrária, criando os órgãos que vieram a formar atualmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹⁹, bem da verdade com um viés mais para a ocupação do solo e defesa das fronteiras que com o objetivo de alterar a estrutura fundiária. Em 1965, as mudanças ensejadas para a nova agricultura desejadas, reformulam a políticas de crédito agrícola, criando, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SCNR). No ano seguinte é decretado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel.

É neste período também que o Estado se incumbiu de desenvolver tecnologias voltadas para a produção agrária, criando em 1973 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As inovações levaram o Estado a ser desenvolvedor de tecnologias diretamente voltadas ao meio rural brasileiro, como no caso do Próalcool, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da extinta Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), além de implementar políticas de crédito agrícola subsidiado por bancos estatais.

Todas essas normatizações e mudanças prepararam um novo momento em que se estimula a produção e as inovações técnicas sem se alterar a estrutura fundiária, no que se denominou modernização conservadora:

[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. (GUIMARÃES: 1979, 3 in PIRES E RAMOS: 2009)

A despeito das diferentes leituras contemporâneas do termo há consenso no papel da manutenção da estrutura fundiária e do uso intensivo de capitais na agricultura. Esse novo arranjo produtivo já não pode ser considerado apenas como agrícola, ao passo que as análises aponta para a formação de um Complexo Agroindustrial (CAI):

¹⁹ Ver

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado.(DELGADO, 1985: 41)

A reunião do desenvolvimento do sistema de crédito, da consolidação do CAI, dos conglomerados na agricultura e a relação do mercado de terras com um mercado de títulos apontam para a centralidade do capital financeiro (DELGADO, 1985, 112) neste período.

É na década de 1980 que este processo de desenvolvimento agrícola será o alvo central da estratégia do Estado para tentar superar as crises de capitais advindas da primeira e da segunda crise do petróleo (1974 e 1979), como foi visto no capítulo anterior. A despeito deste processo a moratória e a ausência de recursos desarticula consideravelmente o crédito rural. Em comparação como em outros momentos históricos, quando eram cortados primeiramente o crédito da agricultura voltada para o mercado interno desta vez o fenômeno se aplica, mas aos produtores do mercado interno excluídos do Complexo Agroindustrial mencionados anteriormente.

Com a redemocratização, o governo José Sarney, em 1985, organizou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que, a despeito de sua formatação, não foi executado. A força política dos grandes proprietários de terra no Congresso impediu inclusive avanços na Constituição Federal de 1988, que, apesar de garantir a função social da terra, não prevê limites de propriedade, nem mecanismo de desconcentração de terras.

Nesta mesma época, a crise econômica do período acirrou as disparidades de renda no meio rural e dificultou a produção para o mercado interno, aumentando a concentração de renda e o êxodo rural em direção aos centros urbanos. As cidades não conseguiam mais absorver o excedente de trabalhadores. Neste contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O começo da década de 1990, a implantação do projeto neoliberal confrontou-se com a ascensão dos movimentos rurais surgidos do acirramento desses conflitos agrários. O preceito de Estado mínimo extinguiu empresas públicas e órgãos (Embrater, Inca, temporariamente), retirando de vez o papel do Estado como indutor econômico, relegando tais tarefas ao capital.

A este quadro, marcado ainda pela ausência de condições para a produção por mais de 10 anos para os pequenos produtores cresce a pressão política dos movimentos

sociais por Reforma Agrária no final dos anos 1980 e toda a década 1990. O Estado então recua nas propostas neoliberais e passou a criar políticas e programas que não fossem exclusividade da agricultura de exportação vinculada ao capital.

3.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Dado o contexto dos anos 80 e metade do ano 90 e o entendimento do termo agricultura familiar, é em 1994 que o governo Itamar Franco, sob forte pressões relativas ao 1º Grito da Terra, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Apesar de algumas experiências anteriores, sobretudo de crédito rural, terem chegado residualmente a pequenos produtores, é de se notar o uso da nomenclatura “pequena produção” como indício de que o conceito de agricultor familiar não havia ainda sido apropriado pelo Estado.

Neste momento percebe-se um esforço significativo do Estado Brasileiro e organismos internacionais para a identificação deste público. Papel de destaque nesse papel de formulação do governo para o setor é o já mencionado relatório FAO/Incra, organizado por Guanzioli. Este documento que conclui que, “[...] para que alcance um desenvolvimento sustentável é muito provável que a sociedade brasileira venha a optar pelo fortalecimento e expansão de sua agricultura familiar.”

Foi em 1995 que o Governo Fernando Henrique Cardoso criou a primeira política pública explicitamente sob o signo deste novo conceito. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) consolida definitivamente o conceito no âmbito do Governo Federal.

Em 1996, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltado para atender as reivindicações de trabalhadores rurais, agricultores familiares e Sem Terra. A criação do órgão representou, a divisão do Estado para atender, de um lado, os interesse do agronegócio, e, de outro, reivindicações de setores organizados. Dessas concessões, visando diminuir a pressão por reforma agrária, surgiram, sobre forte supervisão e recomendação de organismos internacionais, políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Banco da Terra, que buscaram garantir crédito fundiário, investimento e custeio, mesmo que de maneira incipiente à demanda.

De 2003 a 2009, o Estado aumentou sua participação na formulação de políticas de fomento e no apoio ao uso de tecnologias para o aumento de produção, tanto do

agronegócio quanto da agricultura familiar. O Pronaf foi reformulado e estimulado. Dentre as novas diretrizes do programa, estava uma reestruturação baseada nos preceitos de desenvolvimento local e sustentável. Sob esta orientação, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o programa Territórios Rurais. Originário do Pronaf Infraestrutura, o programa, inicialmente voltado para agricultores familiares em municípios, passou se chamar Pronaf Territorial, com o entendimento de que projetos de infraestrutura teriam alcance regional. O programa Territórios Rurais, inicialmente voltado para agricultores de determinada região, se ampliou em 2008. Como decorrência dele, surgiram os Territórios da Cidadania.

As mudanças e adaptações que as políticas para a agricultura familiar, sobretudo o Pronaf, sofreram desde a sua criação são significativas, como apontam OLIVEIRA (2004) e OLALDE (2007), e podem ser periodicizadas. OLALDE (2007) aponta três períodos significativos: 1996 a 1999, 2000 a 2002 e 2003 a 2006. Para a autora os períodos representaram respectivamente:

- atendimento à região com maior presença de agricultores familiares organizados;
- a nacionalização do programa, ainda com predominância dos mais estabelecidos;
- a consolidação nas demais regiões e maior distribuição dos recursos.

Aos três momentos pode se acrescentar outro: de 2007 a 2010. Para esta análise focada nas técnicas e seu impacto no meio rural brasileiro, o primeiro período, entre 1996 e 1999, pode ser considerado de formulação e aplicação do programa com foco nos setores mais organizados. O segundo, entre 2000 e 2002 representa a consolidação, a segmentação e o alcance nacional mesmo que regionalmente desigual. No terceiro período, entre 2003 e 2006 identifica-se a massificação e diversificação das ações complementares, além de distribuição mais equânime no país. A quarta, de 2007 a 2010, a intensificação técnica da agricultura familiar e por uma maior incidência regional destas políticas e uma busca pela territorialidade explícita.

A esta divisão pode-se ainda perceber dois momentos distintos relativos à territorialização: o primeiro, de 1996 a 2002; onde não há uma preocupação explícita com o território; e o segundo, de 2003 a 2010, onde esta questão se torna explícita e que pode ser sintetizada no seguinte quadro:

Tabela 1. Territorialização das Políticas para Agricultura Familiar do Governo Federal

Período	Características centrais	Territorialização
1996/1999	formulação e aplicação do programa com foco nos setores mais organizados	Implícita
2000/2002	consolidação, segmentação e alcance nacional, com desigualdades regionais	
2003/2006	Massificação, diversificação de ações complementares e distribuição mais uniforme	Explícita
2007/2010	intensificação técnica e territorialidade multi-setorial	

Fonte: MELLO e STEINBERGER. Políticas públicas para a Agricultura Familiar: cronologia de uma territorialização. Prelo

3.2.1. Formulação e aplicação piloto, com foco nos setores mais organizados (1996-1999)

O decreto de criação do Pronaf definiu assim o objetivo principal do programa²⁰:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o **desenvolvimento sustentável** do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. [grifo nosso]

Constata-se que o Pronaf traz em sua criação um aspecto central que vai nortear a sua implantação: o preceito do desenvolvimento sustentável. Analisando mais atentamente o artigo 2, são estabelecidas nove diretrizes para o fortalecimento da agricultura familiar. Nessas, quatro eixos perpassam a formulação e a execução da política pública além do preceito do desenvolvimento rural sustentado:

1. a busca pela produtividade;
2. a regionalização, através da descentralização,
3. a participação da sociedade civil e
4. a incumbência do estado em garantir recursos, tecnologias e infraestrutura para os agricultores familiares.

O preceito do desenvolvimento sustentável e esses outros quatro eixos presentes nas diretrizes do PRONAF se mostraram fundamentais nas formulações, na execução e na divisão de competências de todas as ações do Governo Federal relativas a agricultura familiar.

²⁰ **DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996 - Art. 1º**

Em sua criação o Pronaf já previa atuações de escala nacional, estaduais e municipais. A diminuição dos juros e a incorporação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ao PRONAF foram medidas importantes do período e podem ser vistas por dois ângulos. De um lado, a consolidação do conceito da agricultura familiar como capaz de abarcar as diferentes concepções de trabalhadores rurais, e por outro, uma preocupação de atender a este grupo, que se mostra devidamente organizado.

A divisão dos financiamentos para atender as diferenças de renda foi outro aspecto importante na implantação do PRONAF. Foram criadas, segundo entendimento deste trabalho, cinco modalidades: microcrédito, custeio, investimentos, coletivo (para cooperativas e associações) e Infraestrutura e Serviços Municipais. Este último destinado para municípios, a fundo perdido. As gradações apontam para as diferenças de renda entre os agricultores familiares. Essa diferença será sentida também nas diferentes linhas criadas: A (assentados); B (microcrédito – até R\$ 4 mil de renda bruta anual); C (custeio e investimento entre R\$ 4 e R\$ 18 mil); D (custeio e investimento entre R\$ 18 e R\$ 50 mil); e E (custeio e investimento entre R\$ 50 e R\$ 110 mil).

Dois outros aspectos interessantes são a forte demanda por recursos do PRONAF na Região Sul, onde os agricultores familiares estavam de fato mais organizados, e a prevalência de culturas de agroindústrias consolidadas, como milho, soja e fumo, esta última, inclusive, vetada posteriormente pelo uso dos recursos públicos pelas empresas da indústria do tabaco como capital de giro (ABRAMOVAY, VEIGA 1999).

3.2.2. Consolidação, segmentação e alcance nacional das políticas para a agricultura familiar, ainda que regionalmente desigual: 2000-2002

Entre 2000 e 2002, o Programa se consolidou através de um importante mecanismo para que os recursos, com juros abaixo do mercado, não fossem utilizados por grandes empresários do meio rural. Em 2000, foi estipulada a Declaração para Aptidão ao PRONAF (DAP), documento necessário para o agricultor acessar os financiamentos estatais em condições mais favoráveis que a do crédito rural.

A DAP representou um marco fundamental na regulamentação do conceito de agricultor familiar, apesar de não promover nenhuma mudança significativa nas linhas de crédito e, aparentemente, ser apenas uma medida administrativa e de controle. Ela assim definiu o beneficiário do PRONAF:

- a) sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária;
- b) residem na propriedade ou em local próximo;
- c) detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, ou 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar;
- d) no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento.²¹

Pode-se perceber uma preocupação de impedir que os recursos subsidiados do Pronaf não fossem utilizados por grandes proprietários ou ainda propriedades que não tivessem a atividade agropecuária como suas atividades econômicas principais.

Outra linha, o Pronaf Assistência Financeira a Projetos de Infraestrutura e Serviços Municipais, também sofreu reformulações significativas.

A linha destinou recursos a fundo perdido para municípios que garantissem projetos de infraestrutura para agricultores familiares de suas comarcas. Em 2001, preocupado com a utilização indevida dos recursos por prefeituras claramente urbanas, com determinadas filiações partidárias e com ligações ao agronegócio, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), através da Resolução 27, estabeleceu parâmetros para evitar que os projetos fossem desviados de sua finalidade. Tal mudança recebeu o seguinte comentário no Relatório Anual de Avaliação PPA 2000-2003:

Na ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, o critério para seleção de municípios foi progressivamente sofisticado, permitindo o melhor atendimento das demandas e aumentando o nível de inclusão do programa na medida em que permitiu beneficiar os municípios com características rurais mais definidas e os mais necessitados.²²

Dentre esses parâmetros, estão: população rural maior que a urbana, ocupação fundiária com maioria de propriedades até 4 hectares; PIB predominantemente agrícola; IDH baixo. Há de se perceber o uso de critérios fundiários, econômicos e socioespaciais como população e ruralidade direcionando o uso desse recurso. Outras duas peculiaridades importantes desta linha específica do Pronaf é ser a única a fundo perdido e destinar-se a prefeituras e não a produtores individuais ou coletivos em cooperativas, associações ou empresas, privilegiando órgão público e não o agricultor diretamente.

²¹ SAF

²² BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/default.htm> 04/01/2011

Em 2001, outra mudança o CNDRS foi incumbido de desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), ação nacional que visa orientar estados e municípios na criação de seus planos. Embora sob o prisma do desenvolvimento sustentável, os planos nacional, estaduais e municipais proporcionaram uma reflexão dos agentes públicos e agricultores familiares sobre suas condições socioespaciais.

Em 2002, foi criado o Garantia-Safra, espécie de seguro destinado aos agricultores do semiárido brasileiro, inaugurando a primeira ação de securitização para a agricultura familiar e servindo de projeto piloto para as ações de apoio ao Pronaf que já se anunciam. Com um recorte territorial para atender as demandas específicas dos produtores do semiárido, a iniciativa se volta a diferenciação dos agricultores de acordo com suas necessidades.

3.2.3. Massificação e diversificação das ações complementares e distribuição mais equânime no país: 2003-2006

Com o primeiro Governo Lula, em 2003, uma ação conjunta entre o MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) procurou resolver dois problemas: de um lado, o abastecimento de alimentos, especialmente os *in natura*, para populações em situação de insegurança alimentar; de outro, a dificuldade de comercialização dos agricultores familiares. A ação em questão foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que buscou aproximar fornecedores e consumidores. Com quatro modalidades, a iniciativa representa, analisando o comércio e sua capacidade de interferência no espaço, uma significativa mudança de escala para o produtor familiar que, em sua maioria, comercializava sua produção na cidade mais próxima ou vendia para atravessadores. O programa passou a permitir que ele vendesse sua produção para armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para escolas, asilos, creches e hospitais, reterritorializando significativamente o alcance do produtor e dando a ele maior poder de negociação com atores externos, como empresas de transporte, armazéns e grandes compradores.

Em 2003 foi criada ainda a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com o objetivo de assegurar que o Estado atendesse não apenas os grandes produtores, mas também os agricultores familiares. A política reuniu as empresas de assistência técnica e extensão rural estaduais e vinculou o repasse de recursos do Governo Federal ao atendimento direto das associações aos agricultores familiares, através de protocolos de intenções e compromissos destas entidades em atender agricultores familiares.

A PNATER surgiu de dois vetores: de um lado das reivindicações de movimentos sociais, como Movimento dos Sem Terra e Associações de Trabalhadores Rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de outro o desejo do Estado de dinamizar a produção dos produtores rurais. Apesar de não representar um aspecto territorial diretamente, a política foi um reconhecimento do trabalho que extensionistas rurais podem proporcionar às comunidades rurais, com benefícios em produtividade e a oferta de melhores condições. de trabalho que extensionistas rurais podem proporcionar às comunidades rurais.

Em 2004, outra ação incluída no Pronaf foi a extensão das securitizações, antes circunscritas ao semiárido nordestino, com o Garantia Safra. A partir desse ano, todo o Brasil passou a contar com o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que cobre perdas por acidentes climáticos. Não se pode ignorar que o SEAF tem o Zoneamento Agrícola e Monitoramento Climático do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como base para suas análises de prêmio e sinistros o Zoneamento Agrícola e Monitoramento Climático do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Até 2010, as culturas atendidas subiram de oito para 25.

Em 2006, duas ações apontavam para os desafios mercadológicos que se anunciavam para o período 2007-2010. Nesse período foi instituído, através de ação conjunta com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura familiar (PGPAF). A iniciativa buscou preservar os produtores familiares de distorções de mercado e permitir estabilidade à produção, minimizando ações especulativas de grandes grupos agroeconômicos. As preocupações centrais do programa eram garantir a previsibilidade aos agricultores familiares e permitir que eles comercializarem com o apoio do estado.

A outra ação foi o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), que pretendeu permitir a inspeção fitossanitária fosse realizada por estados e municípios, e não só pelo Governo Federal – uma medida que proporcionaria alcance nacional e certificação, eliminando barreiras sanitárias e comerciais interestaduais. A intenção dessa medida foi claramente a de ampliar a capacidade de comercialização.

Por último, mas fundamental é preciso voltar para 2003, quando o CNDRS – agora renomeado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) – implementou mais uma importante mudança no *approach* da política pública, cada vez menos setorial e cada vez mais territorial.

Se até 2002 o enfoque das ações para infraestrutura se circunscrevia ao município, a partir de 2003 ficou determinado que essas ações deveriam ser realizadas em um espectro

maior, envolvendo um consórcio de municípios. Foram mantidos os critérios anteriores sobre presença de agricultores familiares, baixo IDH, população rural maior que urbana e predominância das atividades econômicas rurais. Mas agora os recursos para infraestrutura mudavam de escala, atender não apenas um município, mas a um consórcio de municípios. O Decreto 4.854 do Condraf denominou este novo arranjo microrregional *Território Rural*. Se por um lado a medida buscava minimizar os problemas das relações entre Governo Federal e Prefeituras, por outro representa uma significativa mudança na compreensão da territorialização dos agricultores familiares.

A partir de agora parte das políticas públicas consideravam o Território rural que por sua vez é definido por ser:

[...] um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais relativamente distintos que se interrelacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento.²³

A criação do conceito de Território Rural traz em seu bojo mudanças estruturais no MDA, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), cujas atribuições principais são “[...] articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário”.²⁴

Segundo a SDT, esse novo órgão do MDA, de fato uma das mudanças significativas na passagem dos governos FHC para os governos Lula, a divisão em Território Rurais tem como objetivo “[...] garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados à redes de apoio e cooperação solidária”.²⁵

Outra influência que se pode identificar a partir de 2003 nas políticas para a agricultura familiar é a das confluências com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada, no mesmo ano, pela Secretaria de Políticas Desenvolvimento Regional (SPDR), do Ministério da Integração Nacional, com “[...] o duplo propósito de

²³ <http://www.mda.gov.br/sdt>

²⁴ idem

²⁵ ibidem

reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras [...].”²⁶

Nela, os objetivos são “a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território”²⁷. Temas como desenvolvimento regional e sustentável e Arranjos Produtivos Locais (APLs) são preocupações recorrentes. É interessante observar a consonância da PNDR com a missão da SDT/MDA, cujas iniciativas:

buscam incentivar as capacidades humanas e da autogestão dos territórios rurais, contribuindo desse modo para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional.²⁸

Em 2003 foram criados os primeiros 60 recortes. Em 2004 mais 60 foram criados. Nesta nova divisão, os recursos agora eram geridos pelos Conselhos de Territoriais com a inovação da paridade entre membros do governo e sociedade civil (ONGs, sindicatos, movimentos etc). Esta entidade é responsável pela elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e para que uma determinada região fosse beneficiada com os recursos era necessária a elaboração do PTDRS, explicando a motivação, os recursos, a justificativa. A medida representou a curto prazo uma maior execução orçamentária, devido a forma documentada de ordenação dos recursos e o fim de repasses a prefeituras, problema constante apontado em relatórios do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.

Mas, além disso, representou uma mudança conceitual e de concepção para elaborar a execução. Como demonstração, está a tradução pela SDT/MDA da publicação Desenvolvimento Sustentável Microrregional – Métodos para o planejamento Local, do chileno Sergio Sepúlveda, no qual a apresentação aponta:

Além da qualidade da obra, principal razão para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) promover, juntamente como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), sua tradução e edição no Brasil, a SDT pretende contribuir para ampliar o acervo de conhecimentos que viabilizem a expansão e a qualificação de iniciativas em desenvolvimento territorial.²⁹

²⁶ <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/index.asp#apresentacao>

²⁷ idem

²⁸ <http://www.mda.gov.br/sdt>

²⁹ SEPULVEDA, Sergio. Desenvolvimento Microrregional Sustentável: Métodos para o planejamento local . Brasília. IICA, 2005. Pg 19

Observação importante é a orientação dessa publicação sob o preceito do desenvolvimento regional sustentável. Nesta institucionalização, cada território passa a contar com um articulador territorial, contratado pela SDT e responsável por promover as reuniões, secretariá-las para a elaboração das propostas do Conselho territorial em propostas para os PTRDRS. Estes atores, a despeito da dificuldade de continuidade, apontam para uma criação de um grupo intermediário entre os atores da região e o estado, com um papel central na concepção do território rural. Por último, em 2006 pode-se observar o decreto de criação do Programa de Fortalecimento Territorial (PRONAT), mesmo que se tenha mantido o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais.

Pode-se notar, no caso dos recursos vinculados a SDT, é o aprofundamento dos conceitos de territorialização trazidos pelas discussões do CONDRAF e pela institucionalização da SDT. Se antes o foco era apenas em infraestrutura, agora, parte dos recursos foi direcionada para capacitação, treinamentos, serviços, ampliando a finalidade do recurso.

3.2.4. - 2007-2010: Intensificação da técnica e territorialidade multisetorial

Neste período, surgiram duas ações principais: a linha Mais Alimentos do Pronaf e o Programa Territórios da Cidadania. O Mais Alimentos foi criado em 2008, em virtude da especulação em *commodities* agrícolas por empresas ligadas ao agronegócio. Naquele cenário de elevação de preços de *commodities* e insumos, o objetivo inicial era aumentar as linhas de crédito para investimentos do Pronaf. A novidade, porém, era o estímulo para o agricultor aumentar a produtividade através da modernização e aquisição de tratores, implementos, máquinas de beneficiamento, técnicas de correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, ordenhadeiras automáticas, irrigação, estufas, armazéns etc.

O aumento do crédito com juros a 2% ao ano representou a possibilidade de produtos de agricultores familiares se tornarem diretamente competitivos com os da agroindústria empresarial. Além disso, com investimento em máquinas e outros insumos, o programa buscou aumentar a produtividade, e também o acesso por agricultores familiares a bens de capitais e insumos tecnológico, estimulando-os a se inserirem sob a lógica de produção comercial.

A ação atendeu, por um lado, aos agricultores familiares já organizados e que haviam “atingido o teto” do PRONAF mas não tinham condições de acessar o crédito rural.

Ela representou, em muitas comunidades, uma mudança de agentes de crédito e representantes comerciais de empresa de insumos agrícolas na forma de ver o agricultor familiar, que, agora, já contava com trator, vacas, enfim, uma certa renda e patrimônio; um cliente cada vez mais interessante.

Como exemplo deste processo pode-se citar a importância do Mais Alimentos, em 2009, para a indústria de veículos agrícola durante a crise internacional de crédito. O Mais Alimentos abriu a perspectiva para um novo mercado de bens de capitais no meio rural, como conta a reportagem da Folha de São Paulo de 07/07/2009 intitulada “Tratores ‘populares’ salvam mecanização”, na qual:

Os programas oficiais de incentivo à aquisição de máquinas agrícolas por pequenas propriedades evitaram um desempenho ainda mais sombrio do setor na primeira metade deste ano. No balanço divulgado ontem pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), as vendas de janeiro a junho no mercado interno somaram 23.056 unidades, 9,2% menos que em igual período de 2008.

Os negócios com colheitadeiras, máquinas de grande porte, diminuiram 34,4%, para 1.372 unidades. No segmento de tratores de rodas, a queda foi mais modesta, de 5,8%, puxada pelo recuo de 37% dos modelos com mais de 75 cavalos --baixa parcialmente compensada pela alta de 55% nas vendas de unidades de até 75 cavalos.³⁰

Outra ação fundamental neste período foi o programa Territórios da Cidadania, criado em 2008 e que significou uma adaptação dos Territórios Rurais. A idéia do Territórios da Cidadania era de unificar as ações de 22 ministérios do Governo Federal em um único programa. Desta forma, ações diversas de órgãos como Saúde, Educação, Cultura, entre outros, eram unidas com a proposta de “[...] promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.³¹

Uma das mudanças entre a concepção dos territórios rurais para os territórios da cidadania é o foco não apenas nos aspectos econômicos e de infraestrutura dos agricultores familiares, mas agora, sobretudo em ações voltadas para públicos rurais e também urbanos circunscritos nas subdivisões do programa. As ações buscam em linhas gerais: a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; a universalização de programas básicos de cidadania; o planejamento e integração de políticas públicas e a ampliação da participação

³⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u591683.shtml>

³¹ <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

social. Para alcançar estes objetivos as ações foram subdividas em três eixos estruturantes: 1. apoio a atividades produtivas; 2 - cidadania e direitos e 3- infraestrutura.³²

Portanto, apresentados os históricos das políticas públicas rurais brasileira e particularmente das políticas públicas as voltadas para a agricultura familiar, pode-se constatar que o Estado brasileiro, através do tempo atendeu a diferentes setores da sociedade e a medida que os interesses mudavam sua inserção no meio rural brasileiro também se alterou. Pode-se constatar o interesse do estado em promover a produção agrícola, sobretudo a agroexportadora como uma linha mestra desde o começo das políticas públicas. Esta prioridade, no entanto, não significa, que em determinados momento não interesse ao Estado a inserção de outros atores. Do ponto de vista da inserção técnica pode-se constatar que, esta se condiciona aos interesses prioritários do Estado, mas não são antagônicas ao interesse do capital, haja a vista que a produção agrícola é vista pelo aspecto produtivista muitas vezes pelo estado e pela “contribuição” que esta gera ao Estado , sobretudo na captação de divisas. Não obstante, cada vez mais setores da sociedade, tanto do campo como da cidade tem se mostrado aptos a disputarem os recursos do Estado conforme seus interesses.

Cabe então a este trabalho se voltar para a relação entre a inserção técnica e a agricultura familiar em um estudo de caso para compreender melhor a questão da inserção técnica e se, o Estado é, de fato, indutor destas técnicas onde o mercado não as insere.

³² idem

4. O VALE DO RIO VERMELHO

No capítulo anterior, foi apresentado um retrospecto das políticas rurais brasileiras e, em particular, das voltadas à agricultura familiar no país. Do ponto de vista da inserção técnica, pode-se constatar que essa se dá, sobretudo, quando os interesses prioritários do Estado não são antagônicos ao do capital. A produção agrícola é vista pelo aspecto produtivista e pela “contribuição” que gera na captação de divisas e ao desenvolvimento. Não obstante, cada vez mais setores da sociedade, tanto do campo como da cidade, têm se mostrado aptos a disputar os recursos do Estado conforme seus interesses.

A partir deste capítulo, será estudado o caso do programa Território Rural Vale do Rio Vermelho, em Goiás. O objetivo desta parte é avaliar a inserção das técnicas para os agricultores familiares em uma região específica. Para isso, a análise divide-se em dois momentos. Neste capítulo, se fará uma aproximação da região e de seus aspectos e, no seguinte, serão analisados documentos produzidos pelo programa.

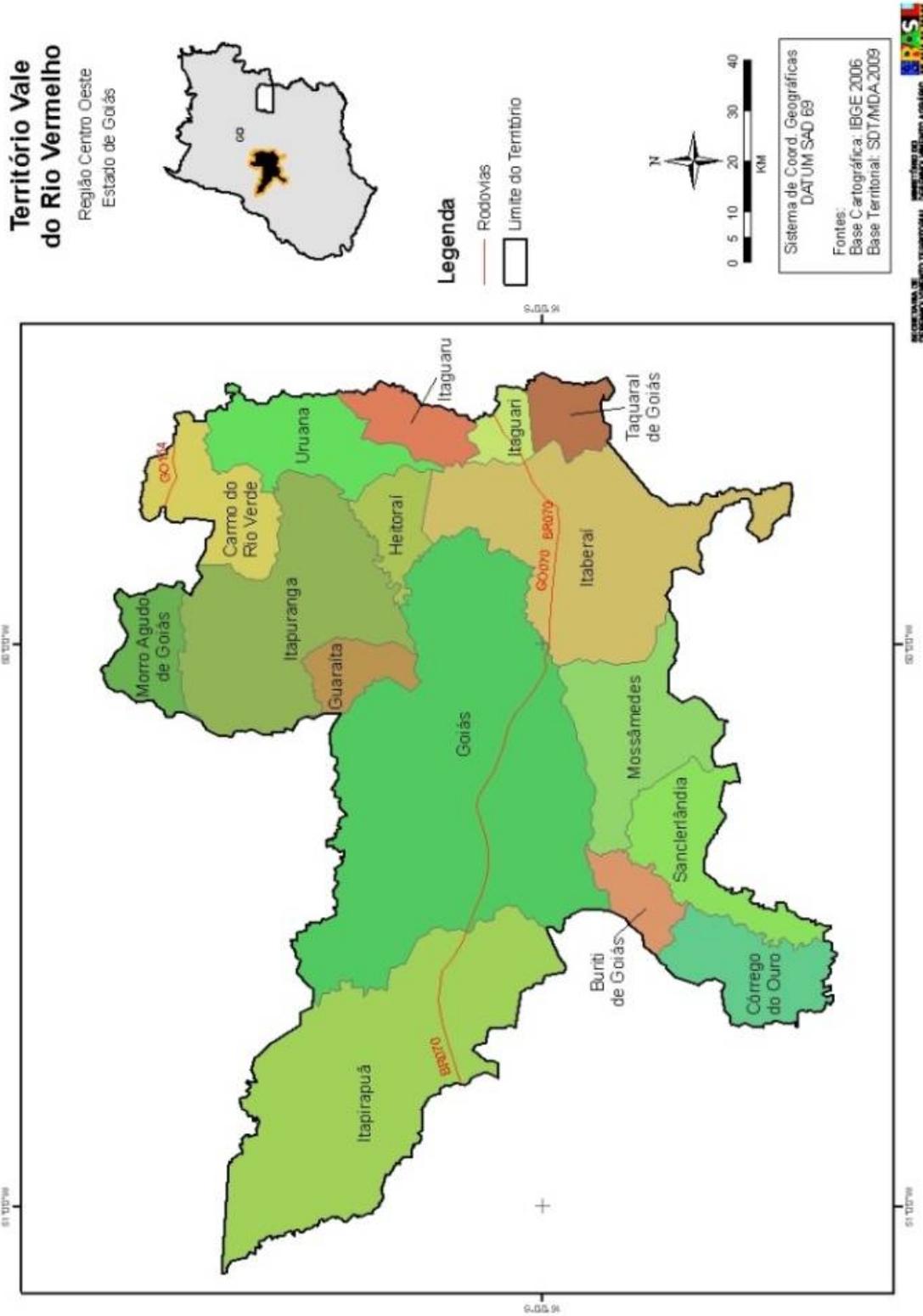
A abordagem deste presente capítulo será em duas partes: a primeira exibirá um levantamento de dados socioeconômicos e fundiários. Na segunda, será realizado um mapeamento dos objetos e sistemas de ações presentes na região.

4.1. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Localizado no estado de Goiás, o Território Rural Vale do Rio Vermelho compreende 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Rio do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitorai; Itaberaí, Itaguari; Itaguaru; Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana. (Mapa 1)

O nome Vale do Rio Vermelho se deve ao rio que corta a Cidade de Goiás. A referência provavelmente se baseou na microrregião de mesmo nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda que a divisão do IBGE seja diferente. Os rios são em sua maioria afluentes do Araguaia e do Tocantins, e a região conta com quantidade de água variável durante o ano. (Mapa 2)

Mapa 1. Território Rural Vale do Rio Vermelho (MDA)



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT): <http://sit.mda.gov.br>

Localizada no centro do estado, a região possui solos considerados de condição “regular a restrita” na maior parte. Cerca de 60% do município de Goiás é considerado “desaconselhável”. As exceções são boa parte de Carmo do Rio Verde, Uruana, Itaguaru e Itapirapuã, cujos solos são considerados regulares para a prática da agricultura (Mapa 3):

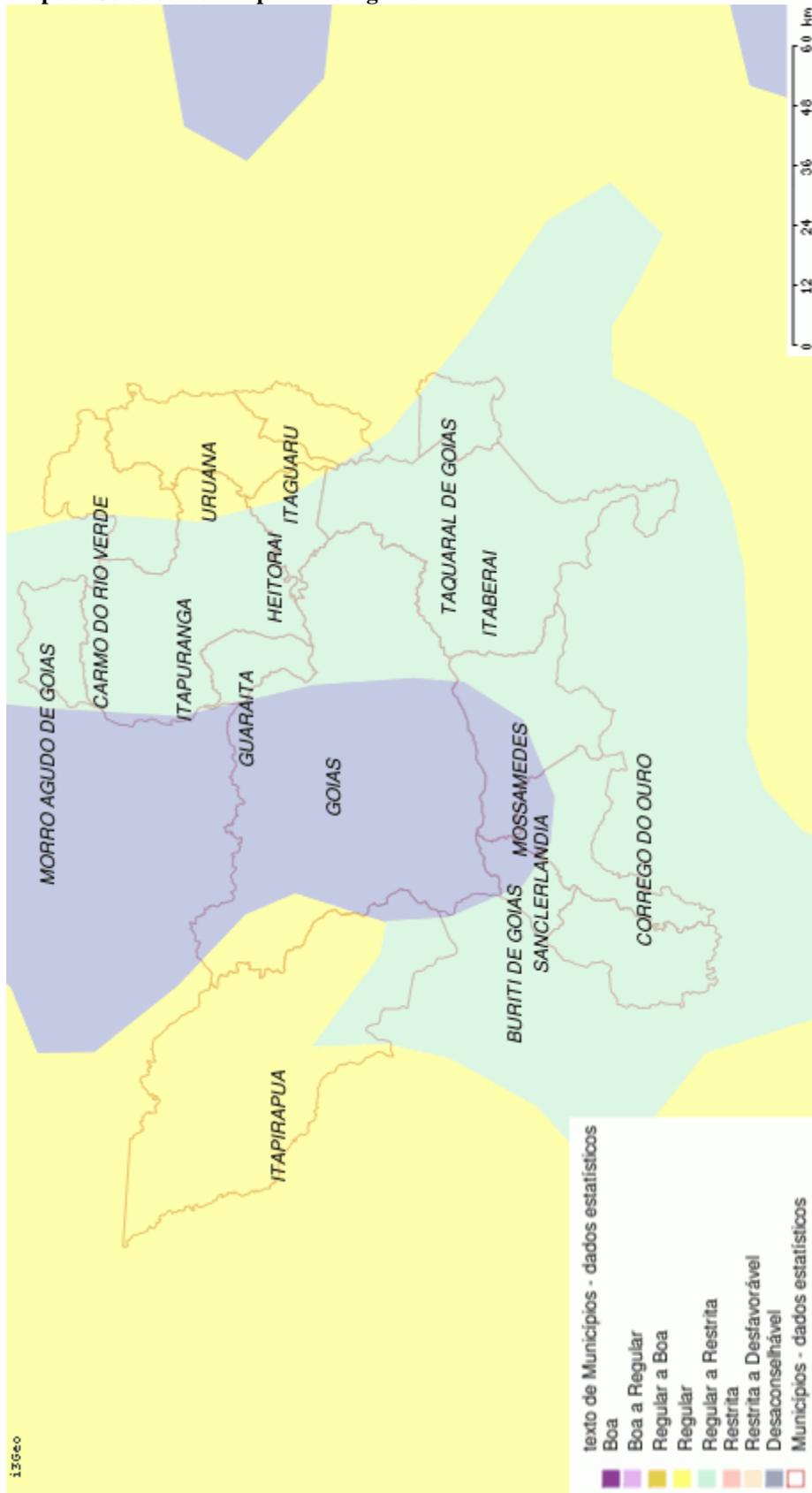
Um breve registro histórico sobre a ocupação da região identifica três processos. Um primeiro é relativo à centralidade do município de Goiás, primeira ocupação da área. A região foi fundada em 1792 por bandeirantes e sagrou-se como um importante centro de passagem na época da colônia, além de ser ponto de referência para mineradores e desbravadores. Após o fim do ciclo do ouro, a cidade continuou seu processo de crescimento, por ter sido sede do estado. Nesta época, sua condição de capital fez com que parte significativa dos recursos advindos da expansão da pecuária no século XIX se direcionassem para a cidade e seu entorno, apesar de não ser um centro produtor.

Em 1937, a região conheceu um intenso período de estagnação econômica, graças à transferência da capital do estado para a recém-criada Goiânia. Em compensação, as iniciativas da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), autarquia criadas na década de 1940 pelo Governo Vargas, e outras ações de colonização levaram a dinâmica econômica para o nordeste da região. Nas terras férteis do Vale do São Patrício, foi fundado o município de Ceres, e um ciclo de desenvolvimento da agricultura intensiva no estado de Goiás pode ser percebido nesta época, com a adoção de medidas modernizantes pelo estado dentro dos princípios da Revolução Verde. Os municípios de Carmo do Rio Verde, Uruana, Morro Agudo de Goiás e Itapuranga se aproveitaram da proximidade com Ceres.

Já os demais municípios apresentavam a pecuária extensiva como atividade principal até meados da década de 1950, assim como uma agricultura de subsistência. Desde a década de 1970, a pavimentação de estradas na região e a expansão de lavouras de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, que se tornaram viáveis no Centro-Oeste, impulsionaram o atual momento de desenvolvimento da região.

Neste novo ciclo, porém, evidencia-se um novo polo: Itaberaí, cidade favorecida pelo entroncamento entre três rodovias (BR-070, GO-070, GO156) e pelo início de um ramal (GO-522). Pela proximidade com Goiânia em relação aos demais municípios, o município se estabelece como principal entreposto da região.

Mapa 3. Solos conforme potencial agrícola



Fonte: in I3Geo – <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=41>

A importância logística da cidade pode ser constatada pelo crescente número de empresas de fornecimento de insumos para atividades agroindustriais que lá têm se instalado. A esta dinâmica, pode-se acrescentar, desde os anos 1980, o surgimento no município de Goiás da indústria do turismo, que, apesar de ainda incipiente, tem gerado receitas e alterado a divisão do trabalho. A agricultura não é mais a principal fonte de receitas da cidade.

Os aspectos populacionais dos municípios da região (Tabela 2) evidenciam que a população das cidades mais a oeste do Vale do Rio Vermelho apresentam a maior queda populacional de 2000 a 2007. Carmo do Rio Verde, em sua proximidade a Ceres e à rodovia Belém-Brasília, bem como Itaberaí, próxima de Goiânia e de vários entroncamentos rodoviários, apresentam, entretanto, crescimento próximo a 10%. De fato, dados preliminares do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mantêm esta tendência e apontam para uma população de 35.412 habitantes em Itaberaí, em contraponto aos 27.879 de 2000, e de 8.939 em Carmo do Rio Verde, em contraste com os 7.941 de 2000. A população de Itapirapuã, no mesmo intervalo, diminuiu para de 10.856 para 7.851 moradores.

Tabela 2. Área, População, Densidade Demográfica - 2000-2007

Município	Área	População 2000	População 2007	Varição	Densidade Demográfica 2007
Buriti de Goiás	200	2659	2230	-16,13%	11,15
Carmo do Rio Verde	457,5	7941	8859	11,56%	19,36
Córrego do Ouro	463,9	2973	2623	-11,77%	5,65
Goiás	3118,8	27120	24163	-10,90%	7,75
Guaraíta	206	2794	2391	-14,42%	11,61
Heitoraí	230,5	3445	3556	3,22%	15,43
Itaberaí	1476,3	27879	30184	8,27%	20,45
Itaguari	127	4385	4244	-3,22%	33,42
Itaguaru	240,8	5696	5466	-4,04%	22,7
Itapirapuã	2050,9	10856	7957	-26,70%	3,88
Itapuranga	1281,6	26740	24706	-7,61%	19,28
Morro Agudo de Goiás	266,8	2489	2338	-6,07%	8,76
Mossâmedes	686,8	5798	4942	-14,76%	7,2
Sanclerlândia	498,5	7530	7621	1,21%	15,29
Taquaral de Goiás	211,1	3587	3396	-5,32%	16,09
Uruana	524	13938	13632	-2,20%	26,02
TOTAL	12040,5	155830	148308	-4,83%	12,32

Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

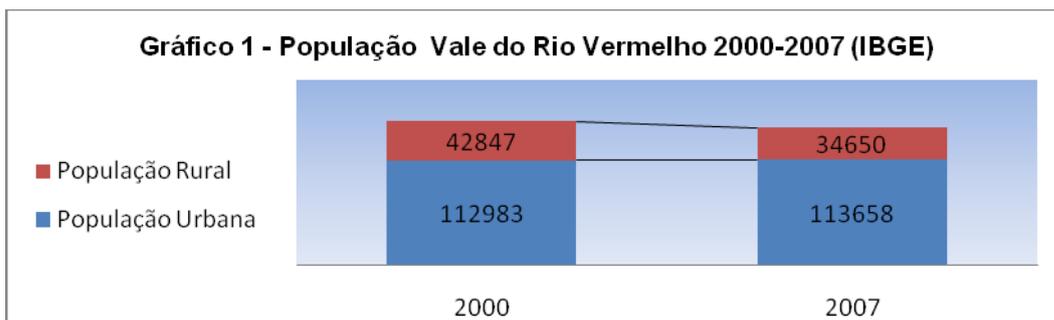
Outro importante processo é a proporção entre população rural e população urbana. Na maior parte dos municípios da região, a população rural diminuiu ao longo da última década. Pode-se perceber um crescimento pequeno, de 4,80%, em Itaguaru, e uma diminuição expressiva de 42,79% em Taquaral de Goiás. Já a população urbana é perceptível justamente nos municípios com aumento populacional.

Tabela 3. Variação da População Urbana e Rural 2000- 2007 (IBGE)

Município	População Urbana 2000	População Urbana 2007	Variação População Urbana (2000-2007)	População Rural (IBGE 2000)	População Rural (IBGE 2007)	Variação População Rural (2000-2007)
Buriti de Goiás	1698	1483	-12,66%	961	747	-22,27%
Carmo do Rio Verde	5182	6745	30,16%	2759	2114	-23,38%
Córrego do Ouro	1609	1565	-2,73%	1364	1058	-22,43%
Goiás	19801	17353	-12,36%	7319	6810	-6,95%
Guaraíta	1479	1475	-0,27%	1315	916	-30,34%
Heitorai	2289	2468	7,82%	1156	1088	-5,88%
Itaberaí	21249	25113	18,18%	6630	5071	-23,51%
Itaguaru	3508	3645	3,91%	877	599	-31,70%
Itaguaru	4571	4287	-6,21%	1125	1179	4,80%
Itapirapuã	7462	5581	-25,21%	3394	2376	-29,99%
Itapuranga	19905	18965	-4,72%	6835	5741	-16,01%
Morro Agudo de Goiás	1584	1566	-1,14%	905	772	-14,70%
Mossâmedes	3595	3462	-3,70%	2203	1480	-32,82%
Sanclerlândia	5765	6012	4,28%	1765	1609	-8,84%
Taquaral de Goiás	2367	2698	13,98%	1220	698	-42,79%
Uruana	10919	11240	2,94%	3019	2392	-20,77%
TOTAL	112983	113658	0,60%	42847	34650	-19,13%

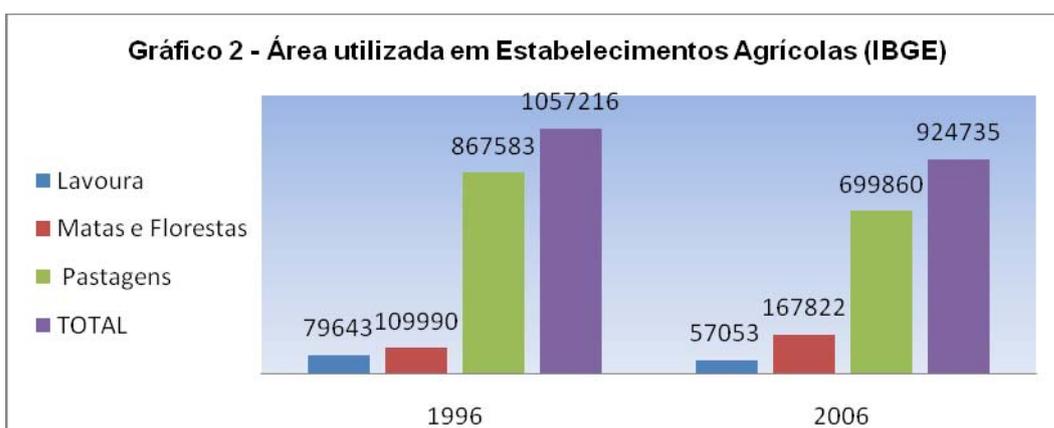
Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Como tendência, observa-se na região uma manutenção da população urbana e uma diminuição da população rural. Esta última pode ser considerada a componente principal do contingente responsável pela diminuição populacional na região. No Gráfico 1, ao se comparar a variação da população total com a variação das populações urbanas e rurais entre 2000 e 2007, evidencia-se uma determinada estabilidade da população urbana (+0,60%) e uma diminuição acentuada da população rural, de quase um quinto (-19,13%) .



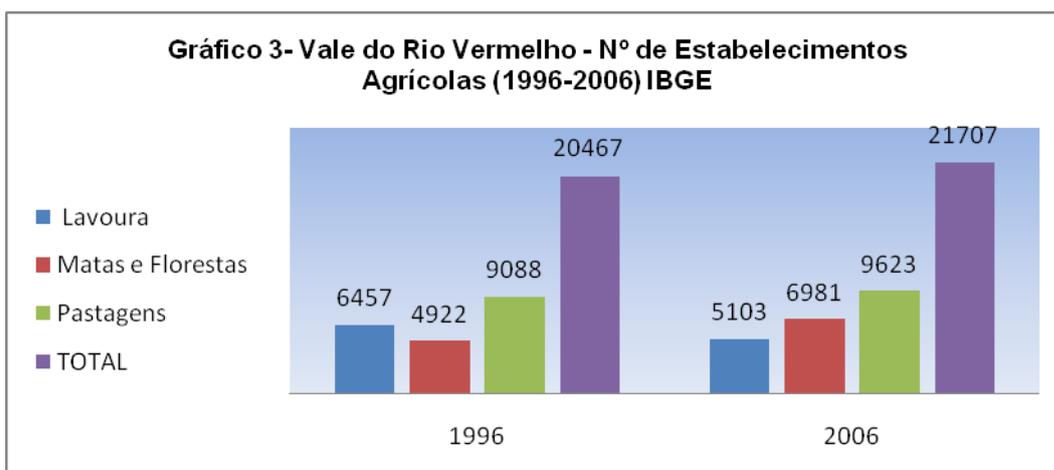
Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Esta transformação da população parece estar relacionada à dinâmica econômica da região. Ao se avaliar a área utilizada para pastagens, lavouras e matas e florestas, pode-se observar uma diminuição das áreas para lavoura e das pastagens, assim como o aumento das áreas de matas e florestas. (Gráfico 2)



Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

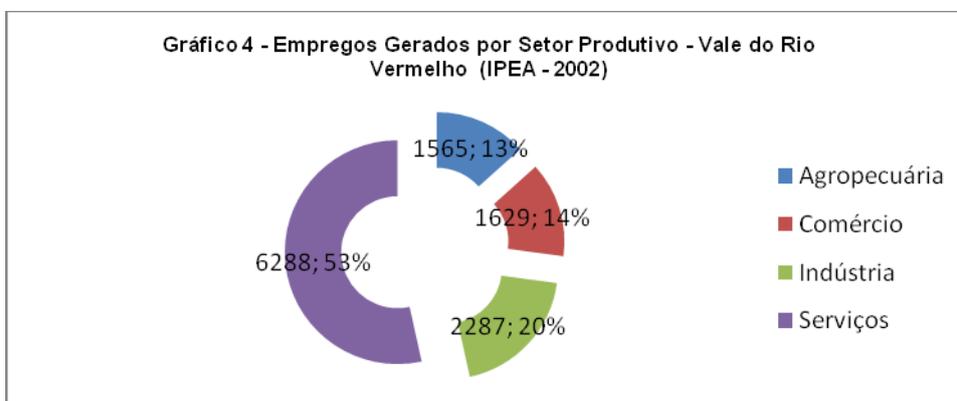
Já ao se observar o número de estabelecimentos com lavouras, pastagens e matas e florestas, confirma-se a diminuição das lavouras, o aumento das matas e florestas, mas verifica-se o aumento do número de estabelecimentos com pastagens, o que pode indicar uma pecuária mais intensiva. Tal constatação não vai contra o crescimento de cooperativas de leite, apontado pelos agricultores familiares como uma vocação da região, como se verá no próximo capítulo.



Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Interessante comparar esta redução de espaço da agricultura e pecuária com o levantamento sobre empregos na região. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Gráfico 5) apontam que apenas 13% dos empregos formais se devem à atividade pecuária (número absoluto de 1.565 postos). Em uma região com 120 mil habitantes, tal dado apenas demonstra a dificuldade de se compreender a relação entre a atividade agrícola e agropecuária e a formalização do trabalho, sobretudo na agricultura familiar, em que o trabalhador ora é visto com autônomo, ora como terceirizado.

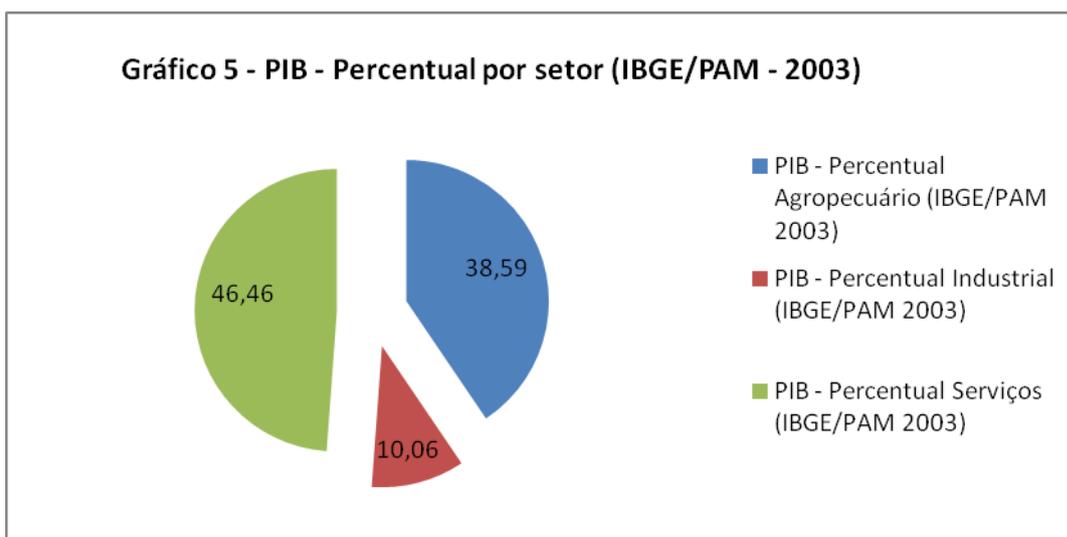
De qualquer modo, pode-se inferir que 87% dos empregos formais pesquisados pelo IPEA estão nos setores de serviço, comércio e indústria. Tal constatação aponta para a dificuldade de formalização e mensuração da agricultura familiar como atividade econômica e, conseqüentemente, o desafio de se identificar a real parcela deste setor na dinâmica regional.



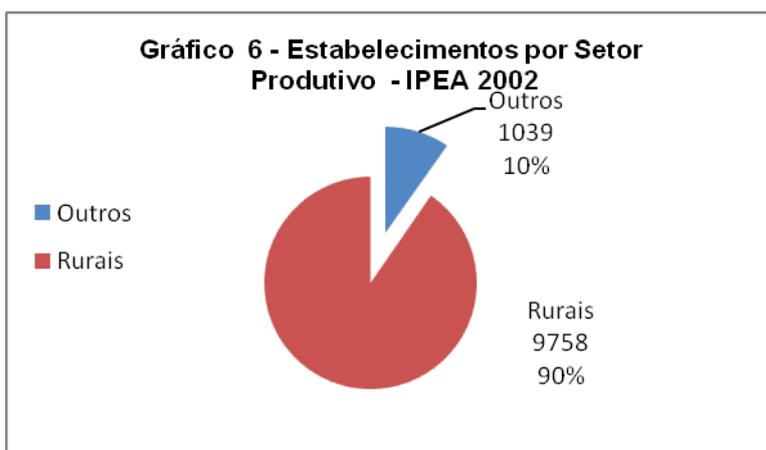
Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Ao se examinar a distribuição dos empregos por município, destaca-se a parcela dedicada ao setor de serviços em Goiás (1.693 postos de trabalho, quantitativo maior que o da agropecuária em toda a região); Itapuranga (934) e Itaberaí (881). No caso de Goiás, a relação do setor com o turismo é uma possibilidade plausível. Tal situação não deve se repetir em Itaberaí ou em Itapuranga. No primeiro caso, acredita-se que parte significativa dos empregos esteja relacionada a atividades relacionadas às empresas de insumos agropecuários e à relação de trabalho em que contratos de terceirização são estabelecidos. No segundo, é possível que os cooperativados da cooperativa de leite sejam enquadrados da mesma forma. Em todo caso, faz-se necessária uma maior investigação sobre o setor de serviços em si e sua classificação, nem sempre satisfatória, a fim de se esclarecerem as atividades e a natureza do trabalho.

A relação pode ainda ser questionada quando se verifica que o IBGE, por sua vez, considera a participação do setor agropecuário em 38,59% do total da região (Gráfico 5).

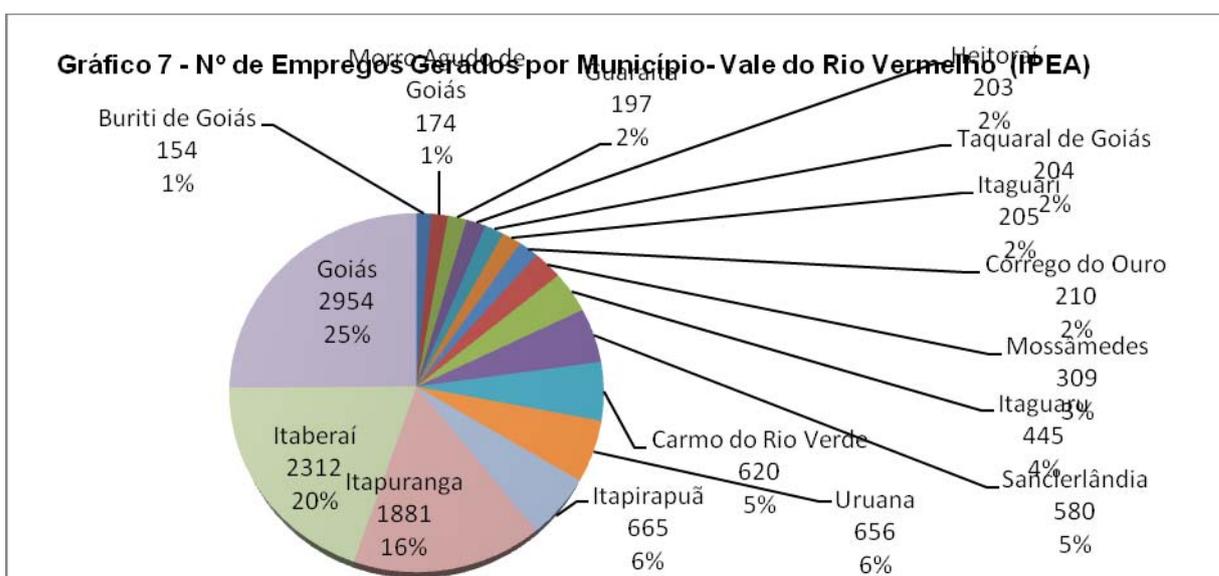


Tal entendimento é corroborado quando se confronta dados do próprio IPEA relativos aos estabelecimentos conforme sua atividade principal. Se o número de propriedades produtivas na região chega a quase 10 mil (Gráfico 6), o total de empregos em todo o território pesquisado pelo IPEA em 2002 mostra-se ainda mais questionável.



Baseado em dados do Sistema de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Apesar desse aspecto, percebe-se a atratividade que a concentração dos empregos formais oferece a determinados municípios (Gráfico 7). Os três pólos nesse sentido são o município de Goiás, por conta do turismo, Itaberaí, por conta de empresas de equipamentos agrícolas, e Itapuranga, por conta de possíveis contratos na relação entre pequenos produtores e cooperativas, na figura dos associados. Juntas, estas cidades concentram 65,72% dos empregos formais. De fato, o levantamento já conta com mais de oito anos. Todavia, pode-se perceber a tendência destas cidades em reunirem condições de se tornarem referências regionais, sobretudo Itaberaí.



Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Ao se observar a distribuição dos empregos nos maiores municípios (Tabela 4), pode-se perceber que a maioria dos empregos formais estão de fato na indústria e no

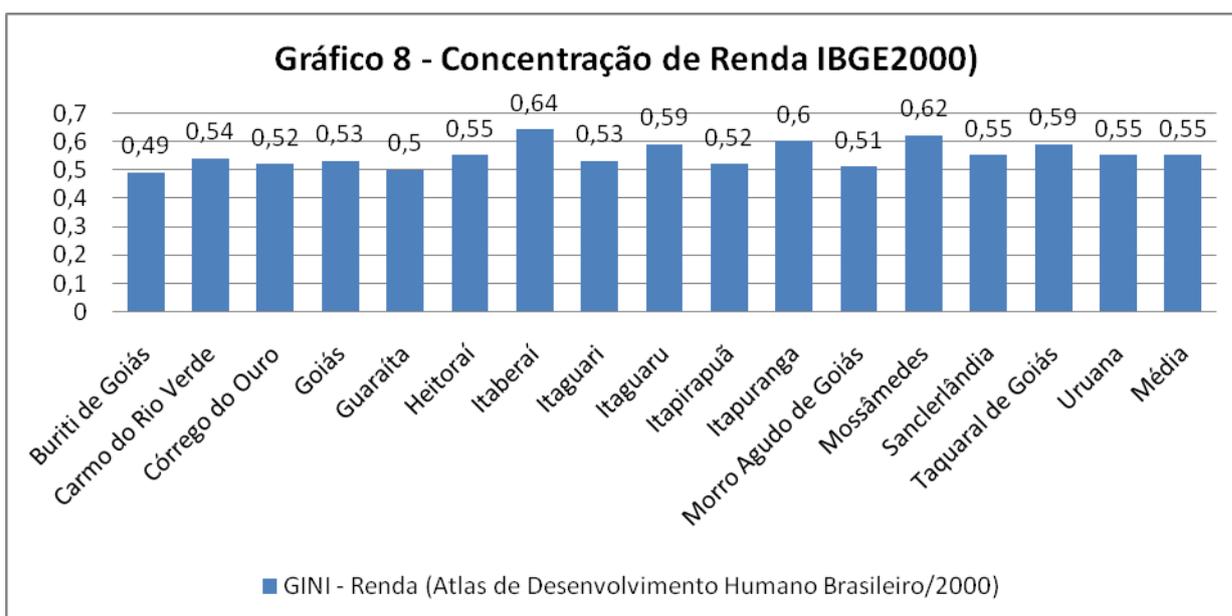
comércio, o que evidencia a dificuldade do setor agropecuário em lidar com o legislação trabalhista.

Tabela 4. Empregos por Setor Produtivo – Principais municípios Vale do Rio Vermelho (IPEA - 2002)

Município	Agropecuária (IPEA 2002)	Comércio (IPEA 2002)	Indústria (IPEA 2002)	Serviços (IPEA 2002)	TOTAL
Goiás	359	489	413	1693	2954
Itaberaí	447	421	563	881	2312
Itapuranga	170	324	453	934	1881
Itapirapuã	225	44	41	355	665
Uruana	47	112	184	313	656
Carmo do Rio Verde	29	44	245	302	620

Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

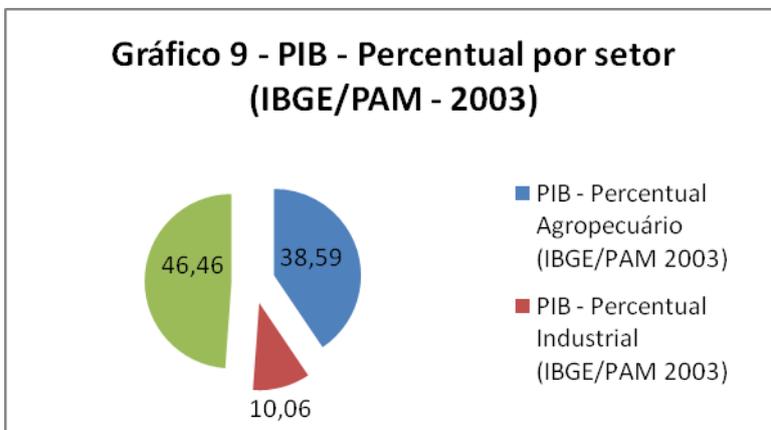
Outro aspecto importante é a concentração de renda, tendo-se como referência o índice de Gini (Gráfico 8). Apesar de os municípios contarem com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em torno de 0,70% (IBGE 2000), a concentração de renda varia entre 0,46%, em Morro Agudo de Goiás, e 0,64% em Itaberaí. Há portanto evidências de que, apesar do crescimento e da centralidade de Itaberaí, o modelo adotado é um dos mais concentradores da renda.



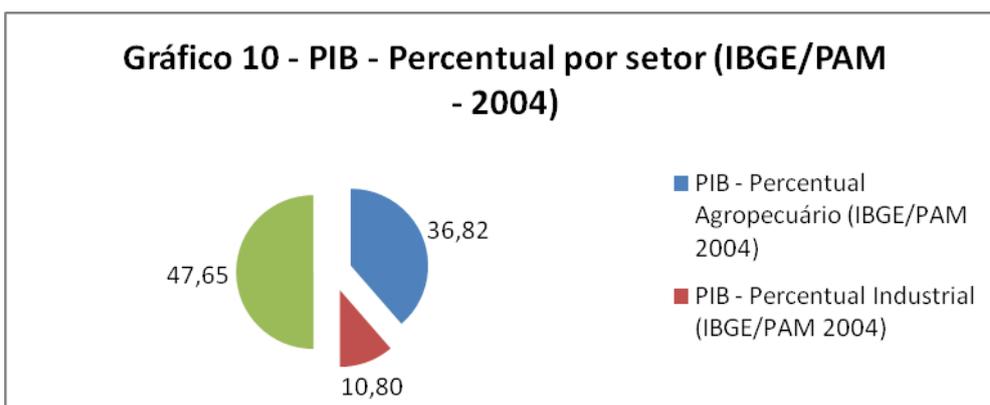
Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Ao se avaliar a participação dos setores na evolução do PIB (Gráficos 9, 10 e 11), pode-se perceber a evolução da participação do setor de serviços e da indústria na região,

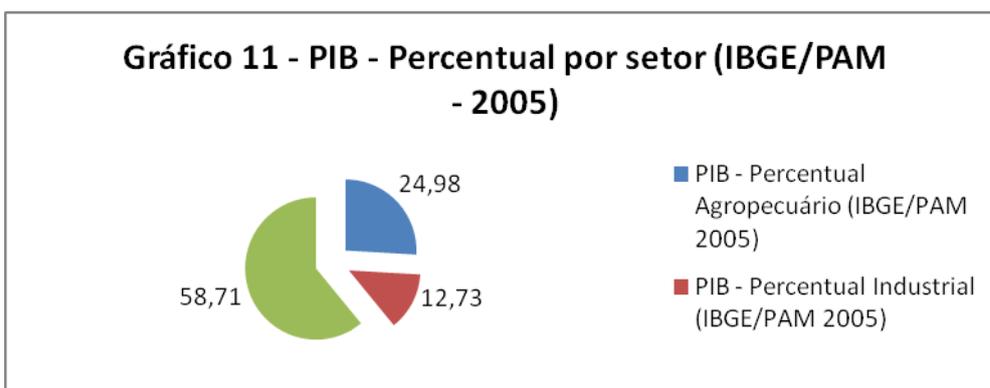
passando respectivamente de 46% para 58% e 10% para 12,73% entre 2003 e 2005. O percentual da contribuição agropecuária, por sua vez oscilou de 38% para 24%:



Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

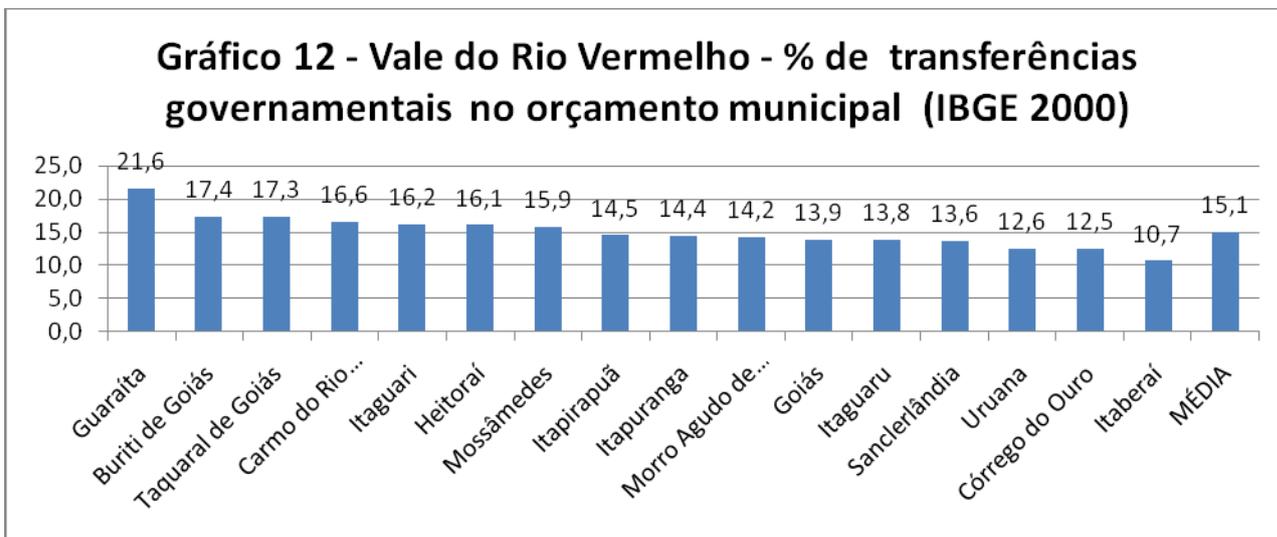


Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

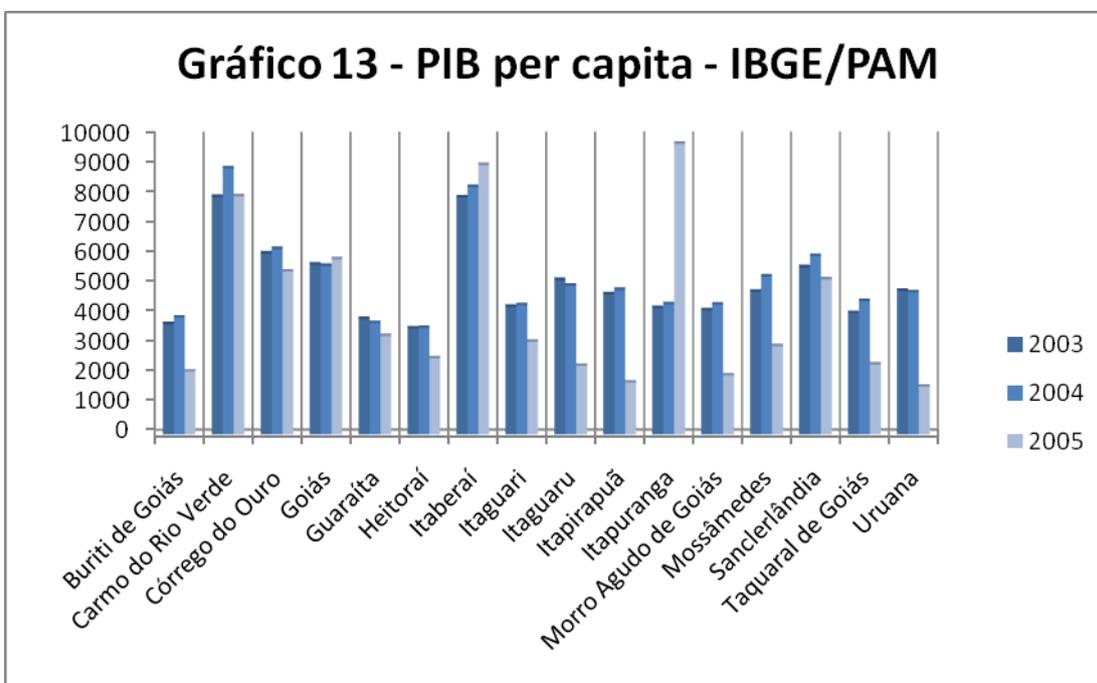


Fonte: Sistemas de Informações Territoriais - ,SIT – <http://sit.mda.gov.br>

Todavia, não se pode ignorar que as prefeituras, sobretudo as menores, contam com uma parcela significativa de repasses de recursos da União (Gráfico 12). A diferença de tamanho entre os municípios representa, para os menores, uma dificuldade significativa para realizar investimentos.

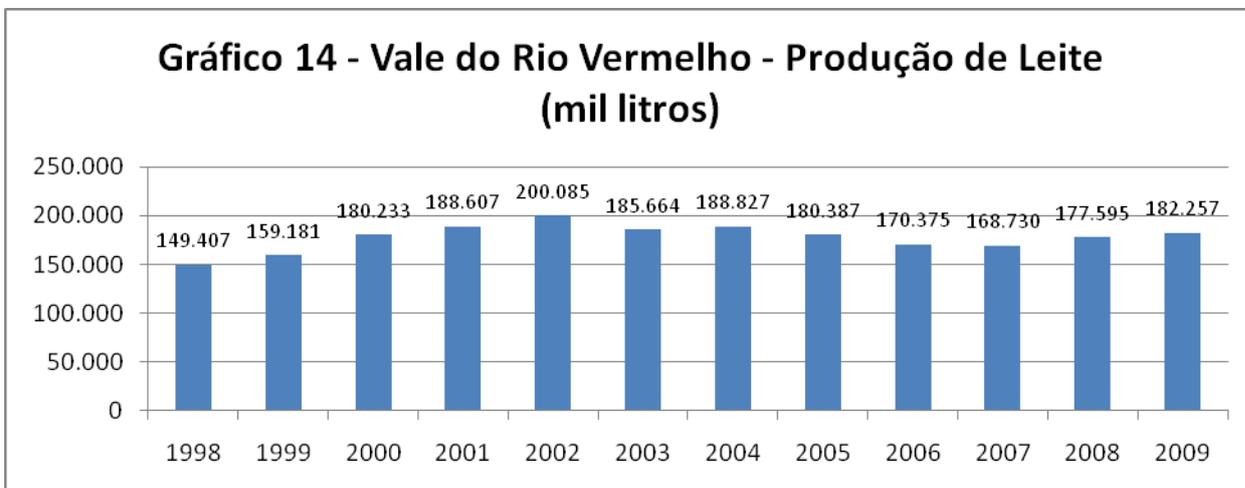


Ao se observar a evolução do PIB per capita em cada município (Gráfico 13), pode-se perceber dois aspectos. O primeiro é a proximidade de valores entre Itaberaí e Carmo do Rio Verde. Outro aspecto é representado pelo PIB de Itapuranga de 2005. A renda média dobra, sem nenhuma tendência anterior. Não foi possível identificar as causas.

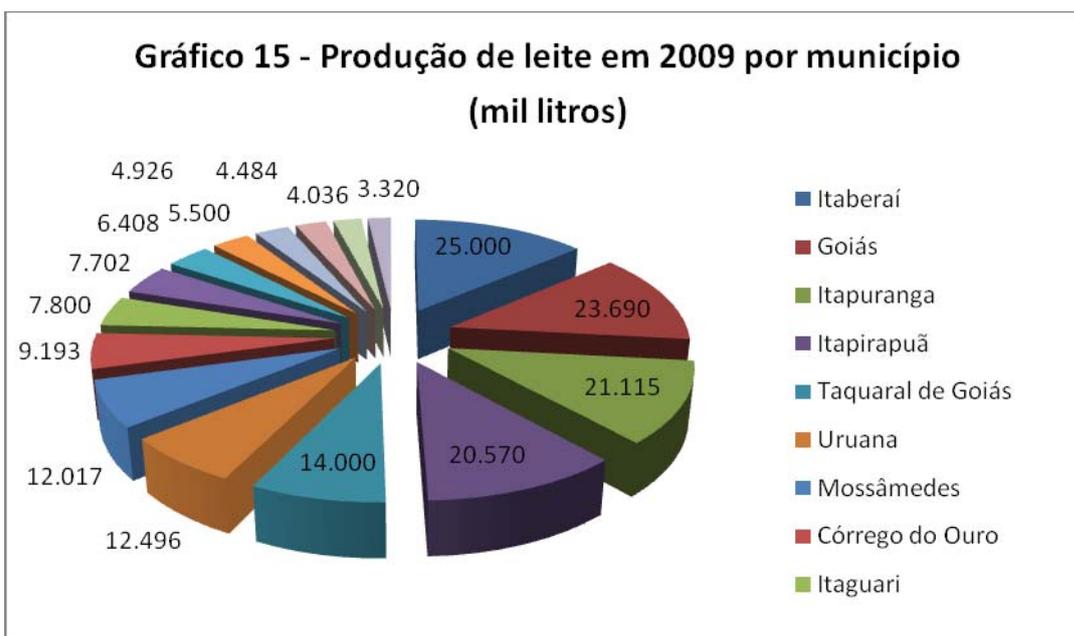


Houve, de 1998 a 2009, certa estabilidade no volume de leite produzido (Gráfico 14). Pode-se perceber ainda que a produção, diferente das outras atividades, é distribuída proporcionalmente ao tamanho dos municípios e ao seu número de habitantes (Gráfico 15).

Portanto, se considerando a média nacional de 148 litros³³ de leite por habitante/ano, há um significativo espaço para o avanço da produção local.



Fonte: Sepin/SEPLAN GO



Fonte: Sepin/SEPLAN GO

Portanto, considerando-se as condições socioeconômicas da Região do Vale do Rio Vermelho, pode-se identificar três municípios polos: Goiás, Itaberaí e Itapuranga. Constata-se ainda que a região apresenta um dinamismo econômico crescente e, ao que tudo indica, oscila entre um polo modernizador ligado a uma produção rural extremamente tecnicizada e com baixa utilização de mão de obra (Itaberaí) e outro, também com muitos

³³In <http://qualidadedoleite.com.br/noticias/ler/21/> - Revista Leite Integral Brasileiro consome em média 148 litros de leite por ano

recursos técnicos, mas voltado a uma produção cooperativada em pequenas propriedades (Itapuranga). Cabe investigar agora, através do levantamento dos objetos e ações, como se configura a disposição dos recursos técnicos em meio a esta polarização.

4.2. SISTEMAS DE OBJETOS E AÇÕES TÉCNICOS

A região do Território Rural Vale do Rio Vermelho pode ser considerada bem servida por estradas (Mapa 4). É cortada por rodovias federais e estaduais, que têm se apresentado como importantes vetores de desenvolvimento econômico e social. Como foi destacado no item anterior, a centralidade de Itaberaí como importante entroncamento rodoviário pode ser uma das explicações para seu rápido crescimento.

As principais unidades de armazenamento de grãos e abatedouros estão próximas às estradas principais. São duas as unidades de armazenagens, uma em Uruana e outra em Itaberaí, havendo outras unidades para estoque em cidades próximas como Ceres, Jussara, Araguapaz e Montes de Goiás. Há um abatedouro na região, em Itaberaí, havendo outros ainda no entorno de Goiânia e em Jussara.

Devido à localização da região, são duas as rotas possíveis para os agroexportadores: uma via portos do sudeste, e outra, (Mapa 5), através do Rio Araguaia, por meio de um porto fluvial em Aruanã. No dois casos, as distâncias para os principais portos contam como um fator considerável na logística dos agroexportadores. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), há um armazém público em Ituporanga com capacidade de armazenagem de 2.399 toneladas.

Portanto, os abatedouros e os armazéns presentes indicam ser de empresas privadas, concentradas em Itaberaí. A este dado, pode-se relacionar a expansão da lavoura da soja na região. Nota-se uma evolução da área plantada entre 200 e 2009 (Gráfico 16), com um pico de produção em 2004, uma diminuição significativa em 2008 e, a seguir, uma forte retomada em 2009.

Mapa 4. Mapa Rodoviário – Vale do Rio Vermelho

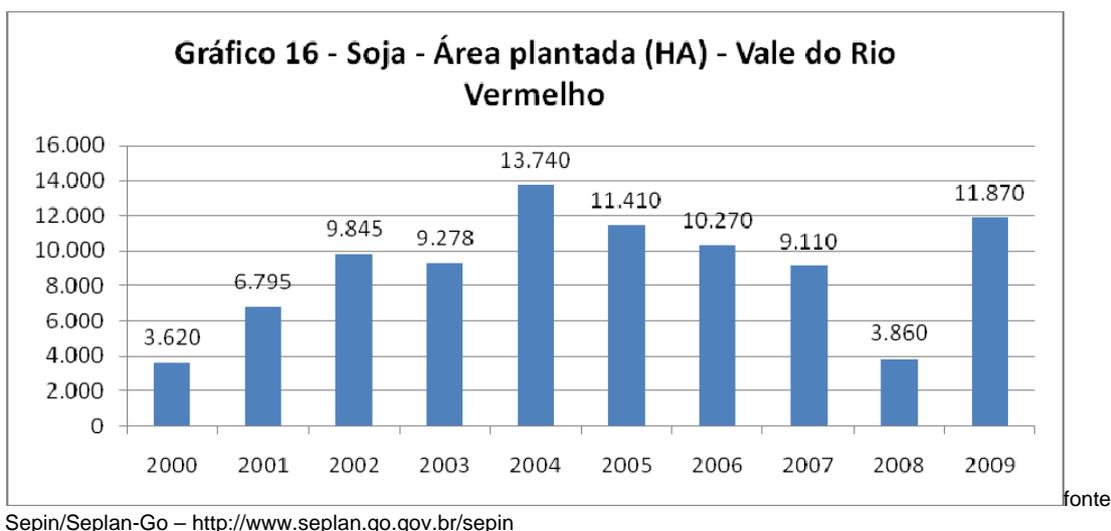


Fonte: in I3Geo – <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=41>

Mapa 5. Estocagem agropecuária, rodovias e portos - IBGE



Fonte: IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

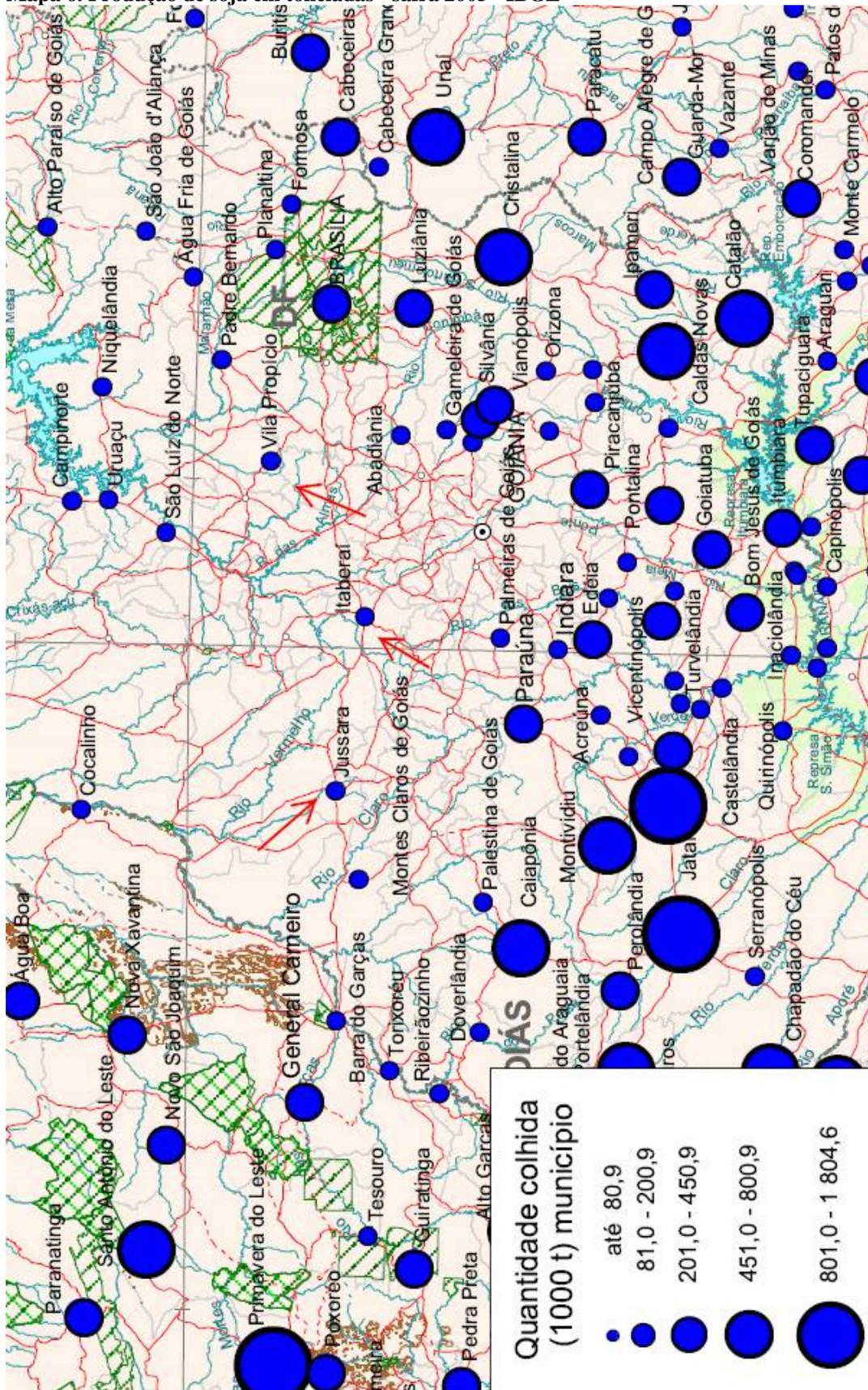


O crescimento, se comparado com o seu entorno mostra, que a Região do Vale do Rio Vermelho é uma exceção em relação ao cultivo da soja. Com exceção de Itaberaí, a região não pode ser considerada uma grande produtora em comparação ao sudeste goiano. No entanto, pode-se perceber a chegada da soja em municípios como Jussara e Vila Propício e uma tendência de integração do oeste mineiro com o leste do Mato Grosso e o Vale do Araguaia.

O Vale do Rio Vermelho pode ser visto sobre dois aspectos: ou uma nova fronteira da soja, por onde a expansão tem se dado via Itaberaí, ou uma região na qual os produtores de soja estão passando ao largo dessa cultura devido as dificuldades do solo, sobretudo no município de Goiás.

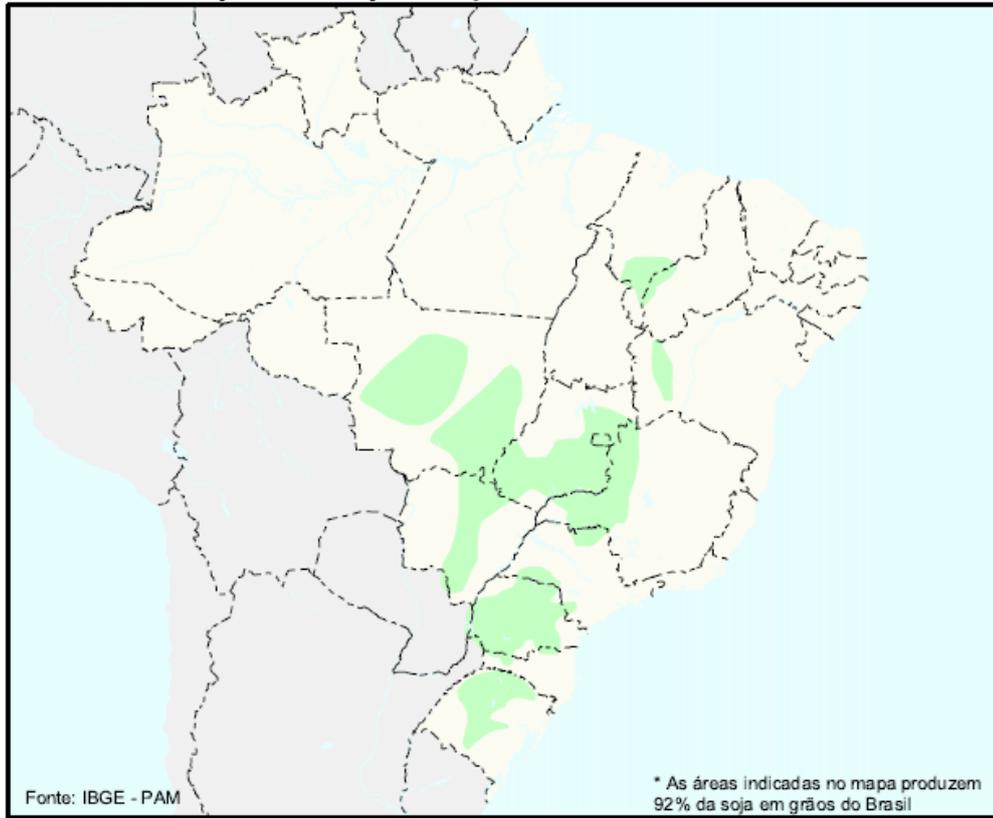
Outro caso que chama atenção é o da expansão da cana-de-açúcar. Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Uruana estão ente as regiões que tiveram grande expansão da lavoura entre 1990 e 2005 (Mapa 8). Há uma usina de produção de álcool no município de Goianésia e há relatos de agricultores familiares que recebem propostas de parceria e produção associada, não só desta como de outras usinas próximas a Goianésia.

Mapa 6. Produção de soja em toneladas - safra 2005 - IBGE



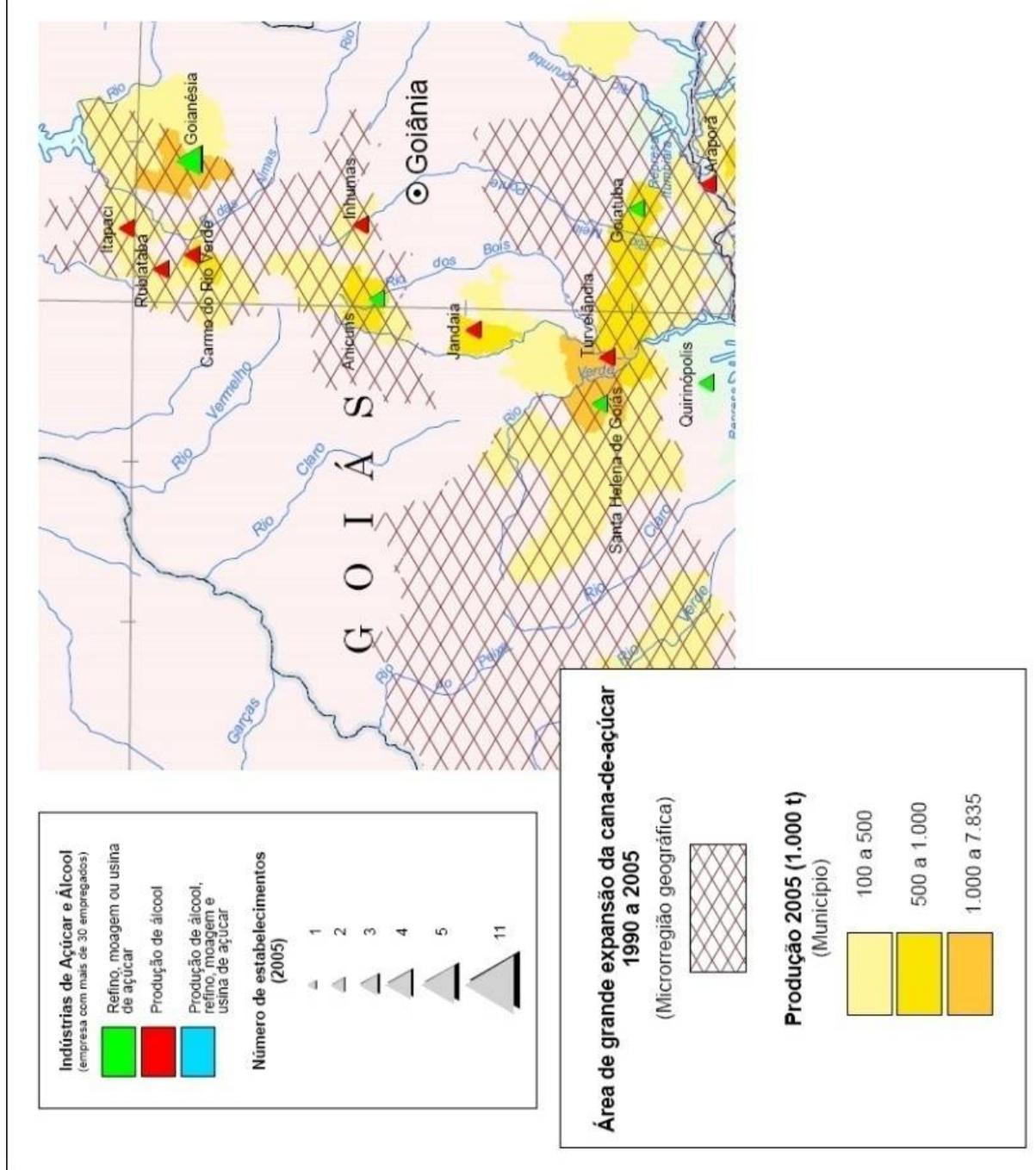
Fonte: IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Mapa 7. Área de Concentração de Produção de Soja (IBGE)



Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

Mapa 8. Distribuição espacial da atividade canieira nos Biomas brasileiros – 2005 - IBGE



Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

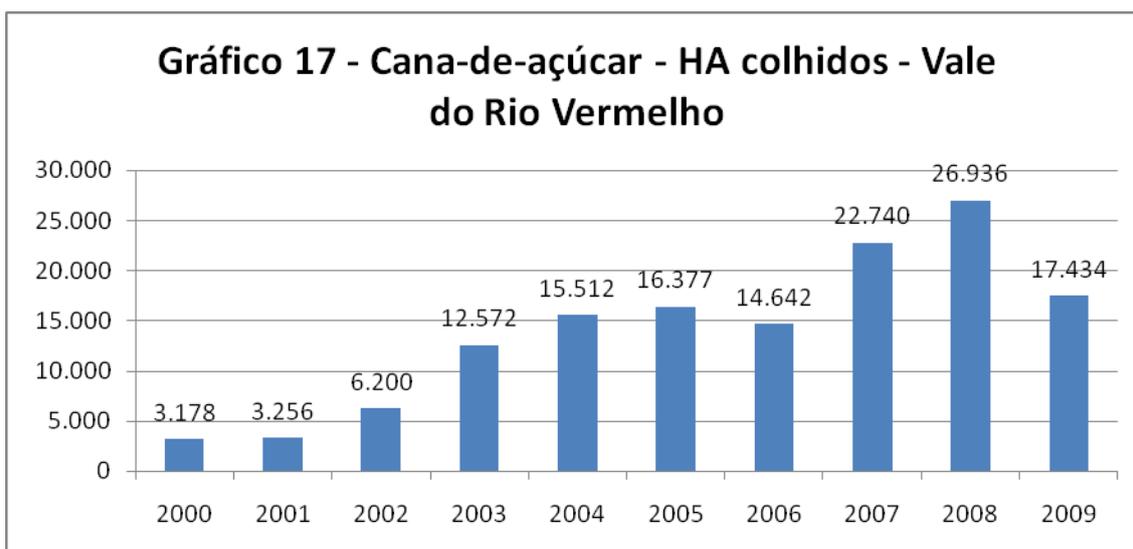
Diferentemente do caso da soja, a região se insere de forma significativa na produção de cana-de-açúcar do país, compondo uma área responsável por 93% da produção nacional (Mapa 9).

Mapa 9. Área de concentração de produção de cana-de-açúcar



Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

Ao que tudo indica, uma parte considerável da expansão dessa cultura se volta para o cerrado. Ao se avaliar a produção na região, constata-se uma evolução crescente, com pico de área colhida em 2008. Mesmo com a queda acentuada no ano seguinte, manteve-se o viés de expansão. (Gráfico 17).

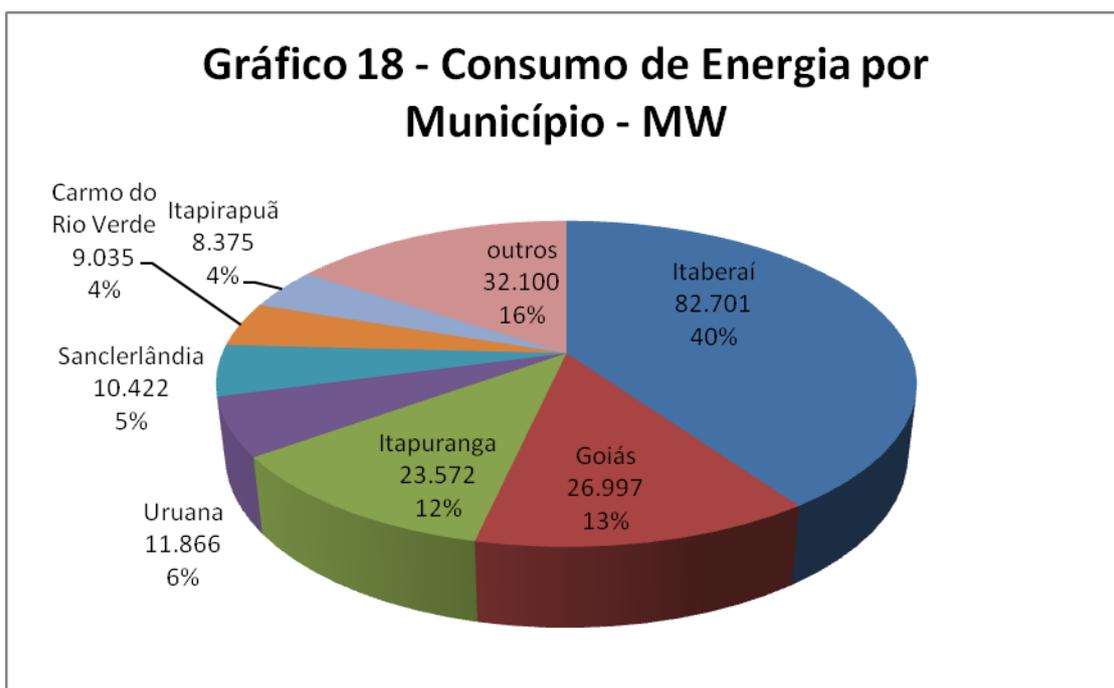


Fonte: Sepin/SEPLAN GO

Há de se notar, nestas duas culturas, o apoio dado por parte significativa do Governo Federal, sobretudo no caso da monocultura da cana, como lavouras chave na produção de biocombustíveis. Há, principalmente no caso da cana, a necessidade de intensa mão de obra barata e de trabalhadores temporários. Não é possível precisar como tem sido a absorção dos trabalhadores na cana na região. Todavia, a atividade preocupa os produtores familiares, sobretudo os ligados à produção cooperativada do leite em Itapuranga.

Percebe-se ainda a importância que a produção de energia tem na região e a centralidade de Itaberaí no processo. Lá está instalada uma termoelétrica, outra linha de transmissão está sendo construída entre Inhumas e Itaberaí, pela Companhia Elétrica de Goiás (CELG).

A cidade, além de importante centro viário, está despontando como importante centro distribuidor de serviços e de infraestrutura. A demanda por energia na cidade configura verdadeiro ponto luminoso (Santos, 2008) e a discrepância entre o consumo de energia em Itaberaí e o das demais cidades é significativo (Gráfico 18).



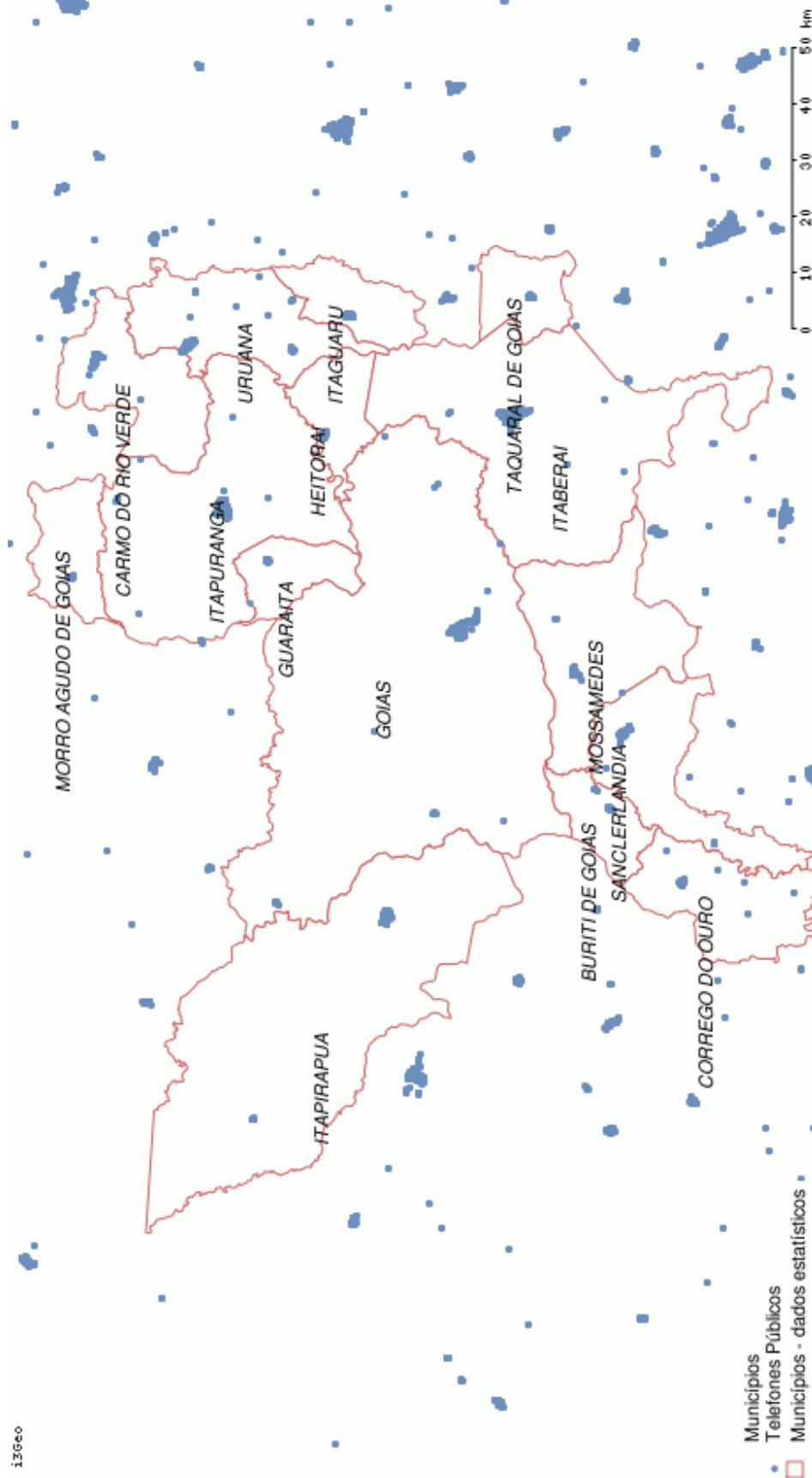
Fonte: Sepin/SEPLAN GO

Há ainda unidades geradoras de energia em Itapuranga e duas em Carmo do Rio Verde. (Mapa 10). Por serem de pequeno porte, as três remetem sua capacidade a usinas ligadas ao setor sucroalcooleiro da região, enquanto que a termoelétrica se volta para empresas com uso intensivo de energia.

Quanto às telecomunicações e serviços como internet, pode-se perceber, no número de telefones públicos presentes, uma concentração da infraestrutura de telecomunicações nos centros urbanos (Mapa 10).

O contingente de rádios comerciais e comunitárias também se concentra nas áreas urbanizadas. O importante das emissoras de rádio é mostrar a sua relação com a dinâmica regional de produção de conhecimento e informação. O número de estações de rádio é relativamente pequeno (Mapa 11).

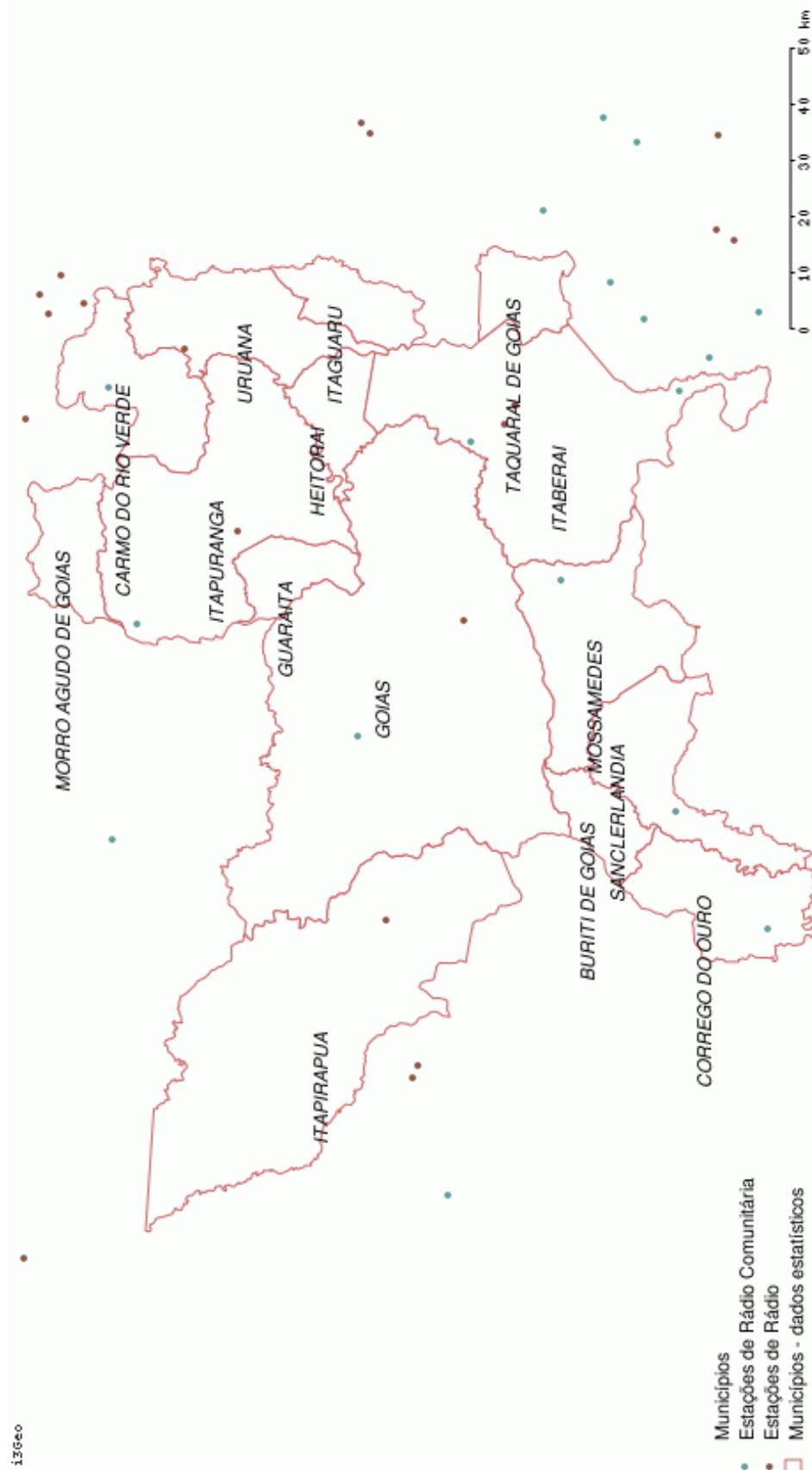
Mapa 10. Telefones públicos instalados – Vale do Rio Vermelho



I3Geo

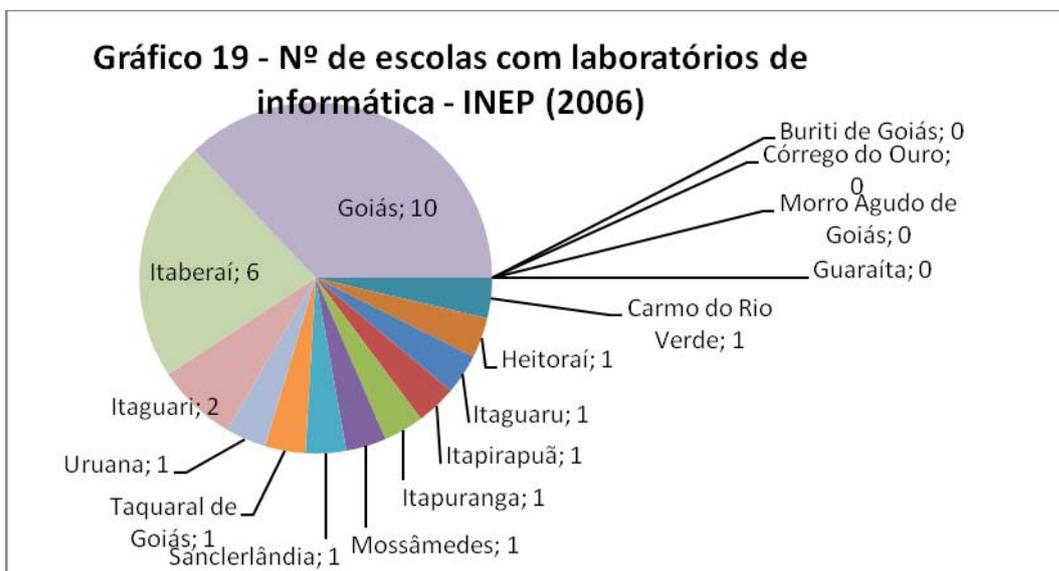
Fonte: I3Geo: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=41>

Mapa 11. Rádios comerciais instaladas – Vale do Rio Vermelho



Fonte: Fonte: I3Geo: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=41>

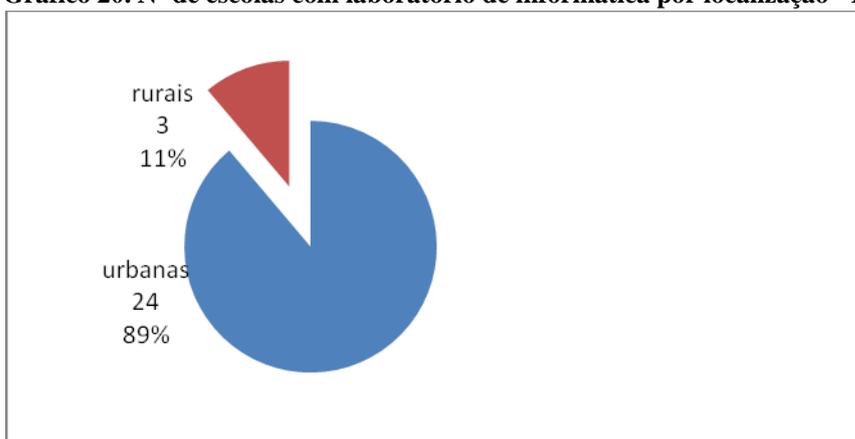
A internet pode ser encontrada em escolas de 12 dos 16 municípios. (Gráfico 19)



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT): <http://sit.mda.gov.br>

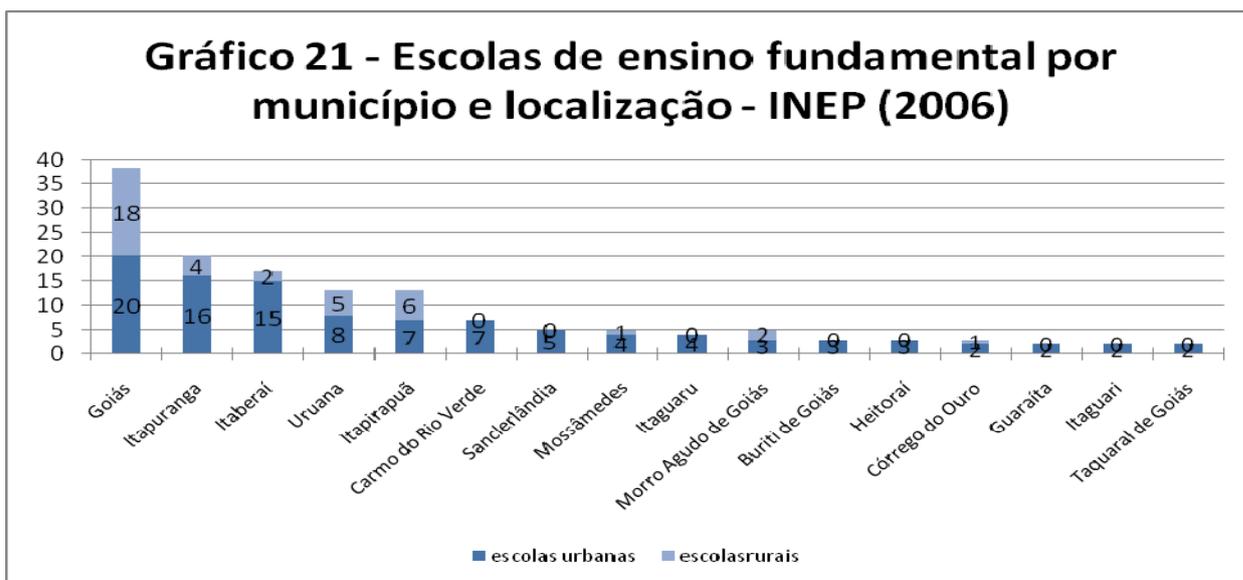
No entanto, a maioria das escolas com laboratórios de informática estão nas cidades. A relação entre escolas em áreas urbanas e áreas rurais evidencia que há, em média, um número quatro vezes maior de escolas nas sedes que na região rural. (Gráficos 20 e 21)

Gráfico 20. Nº de escolas com laboratório de informática por localização - INEP - 2006



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT): <http://sit.mda.gov.br>

Particularmente chama atenção o número de escolas em regiões rurais quando se comparam Goiás e Itaberaí, municípios com população parecida. A diferença entre o número de escolas rurais em Goiás e Itaberaí aponta mais uma vez para a importância e concentração exercida pela cidade de Itaberaí, provavelmente o mesmo no caso de Carmo do Rio Verde (Gráfico 21).



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT): <http://sit.mda.gov.br>

Por último, pode-se aferir, a partir do número de escolas da região, que, a despeito das dificuldades da educação rural, esta é patrocinada especialmente por ações do Estado (Tabela 5). Com apenas uma escola particular rural e com 20 nas cidades, o ensino particular não tem, em números totais, sequer o número de escolas rurais públicas. Com estes dados, se aponta uma contradição entre o discurso sobre a qualificação do trabalhador rural, e também constatar como o Estado tem impulsionado, a despeito de suas insuficiências e imprecisões, o ensino ao meio rural da região.

Tabela 5. Escolas de ensino fundamental - Localização X Natureza Jurídica INEP (2006)

	URBANAS	RURAS	TOTAL
PARTICULARES	20	1	21
PUBLICAS	83	38	121
TOTAL	103	39	141

Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT): <http://sit.mda.gov.br>

Portanto, ao fim desse capítulo, no qual foi feito um levantamento sócio-econômico da região e um mapeamento das ações e objetos técnicos relativos ao meio técnico-científico-informacional na região, pode-se constatar que a polarização entre agronegócio e agricultura familiar se faz presente nas disputas pelas terras, pela produção e pelas técnicas. A polaridade inicialmente apontada entre Goiás e Itaberaí se mostrou na verdade falsa. A polarização de fato ocorre entre Itaberaí e Itapuranga, principais pólos dinâmicos no que concerne às atividades agropecuárias.

5. ESTUDOS E PROPOSTAS PARA O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIO VERMELHO

Neste capítulo, serão analisados os documentos publicados pelo programa Território Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a região do Vale do Rio Vermelho. Em uma primeira parte, serão descritos: o “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural Oeste Vale do Rio Vermelho”, de maio de 2005; o “Plano de Desenvolvimento Sustentável /Vale do Rio Vermelho (GO)”, de junho de 2006, e o “Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho (GO)”, de maio de 2007. Na segunda parte, será realizada a análise desses documentos, para identificação das técnicas demandadas pelos agricultores familiares no programa Territórios Rurais no Vale do Rio Vermelho.

5.1. DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Como foi visto no Capítulo 3, o programa Território Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou, desde 2003, os 164 Territórios Rurais que existem atualmente (Mapa 12)

O programa criou também a figura do articulador territorial para cada um destes recortes. Contratados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), tais gestores foram encarregados de promover as primeiras reuniões de trabalho do programa, a fim de estruturar os conselhos territoriais, entidades compostas igualmente por representantes da sociedade civil e representantes do Governo Federal, estado e municípios. O articulador não representa formalmente o MDA, que conta com os delegados federais de desenvolvimento agrário, mas não há como desconsiderar que sua atuação está ligada à perspectiva da SDT.

Como metodologia de trabalho, cada Território Rural deve reunir periodicamente os membros do Conselho para averiguar a situação da região e dos agricultores familiares. Existe autonomia para criar metodologias próprias em cada região. As temáticas e assuntos também são amplos e dependem das necessidades apresentadas em cada reunião. Há, porém, determinadas exigências do MDA para o repasse de recursos e para a manutenção do programa, como a produção de relatórios, estudos propositivos da situação do território, planos de ações e estudos de planejamento e execução de ações.

A confecção e execução desses planos dependem da coesão dos conselhos em cada caso. Todavia, há uma metodologia estimulada pela SDT³⁴, para que cada região possa desenvolver o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, documento central onde estão presentes as demandas dos membros do Conselho Territorial, sobretudo dos agricultores familiares. Como forma de subsidiar a confecção deste documento, os representantes indicaram a necessidade de um histórico, de um levantamento dos aspectos gerais de suas áreas, com dados, diagnósticos e proposições iniciais sobre a situação da agricultura familiar nestas regiões.

5.1.1- Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural Oeste-Vale do Rio Vermelho

A partir desta necessidade de levantamento geral, os membros do Conselho do Vale do Rio Vermelho publicaram, em maio de 2005, o Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural Oeste-Vale do Rio Vermelho³⁵. O estudo se propõe a:

[...] organizar um conjunto de informações a fim de que elas subsidiem o processo de tomada de decisões pelos colegiados territoriais e levantar algumas questões que contribuam para melhor compreender a dinâmica do Território, seus potenciais e fragilidades e, a partir daí traçar estratégias para o desenvolvimento territorial. (MDA, 2005:14)

Analisando dados secundários e entrevistas com lideranças da agricultura familiar local, o estudo se divide em 10 partes. A primeira, “item 2”, é um histórico da região, ainda considerando a primeira configuração, onde estão ainda os demais 17 municípios integrantes do Território Rural Médio Araguaia. Em seguida (3), são descritas a localização e a infraestrutura disponível. O quarto item é o levantamento de indicadores sócio-econômicos convencionais, subdividido em: 4.1. população; 4.2. indicadores de desenvolvimento humano; 4.3. domicílios em situação de pobreza; 4.4. economia e 4.5. principais indicadores de educação.

A quinta parte, sobre agropecuária e agricultura familiar, conta com os subitens seguintes: 5.1. utilização das terras e áreas ocupadas pelas diferentes atividades econômicas; 5.2. estabelecimentos rurais segundo o grupo de atividade econômica; 5.3. pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por categoria e condição do produtor; 5.4. pessoal ocupado nos

³⁴ Para mais detalhes, ver: SEPULVEDA, Sergio. *Desenvolvimento Sustentável Microrregional: Métodos para o Planejamento Local*. Brasília, IICA, 2005.

³⁵ O primeiro recorte elaborado pela SDT era a união dos atuais Vale do Rio Vermelho e Médio Araguaia.

estabelecimentos agropecuários conforme sexo; 5.5. distribuição dos estabelecimentos rurais conforme área ocupada; 5.6. pessoal ocupado; 5.7. VABP – valor anual bruto da produção animal e vegetal por tipo de atividade econômica; 5.8. agricultura familiar no território; e 5.9. tipologia aproximada do Território da Oeste –Rio Vermelho.

O sexto item apresenta o levantamento das demandas sociais e políticas públicas oferecidas. É dividido em: 6.1. público alvo das políticas de crédito; 6.2. créditos do PRONAF concedidos em 2004, por grupo e por modalidade; 6.3. PRONAF Infraestrutura para o ano 2004; e 6.4. Público-alvo de outras ações de importância para a dinamização da economia territorial, este último subdividido em: 6.4.1. Incra e PNCF; 6.4.2. CONAB; 6.4.3. Investimentos diversos realizados em 2004; 6.4.4. Investimento programados pelo INCRA para 2005; 6.4.6. outros projetos de importância para o Território; e por fim 6.4.7. Assistência Técnica.

O item sete exhibe eixos estratégicos explicitados em planos no território. O oitavo apresenta uma síntese dos dados do Território Oeste-Rio Vermelho. No nono, é apresentada uma análise sistêmica e sobre o ambiente institucional de apoio. Na décima parte, são apontadas considerações e, em seguida (item 11), “questões a serem refletidas”.

Já na apresentação do trabalho, pode-se perceber como a primeira divisão, com 33 municípios, impactou na organização pretendida pelo Conselho. Os autores revelam que tal divisão “[...] tornou-se um impasse e acabou por interferir concretamente no avanço e na maturação das políticas territoriais para a região” (MDA: 2005, 14).

Vale notar, na parte 4.2, a importância atribuída ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como instrumento do Estado para a identificação das regiões prioritárias para a intervenção. Em seguida, no item 4.3, também se utiliza o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), criado pelo estado de Goiás, o qual aponta que, na região:

[...] o pior desempenho é para serviços básicos, superando inclusive o indicador de rendimento da mão-de-obra formal. Apenas quatro municípios apresentam um quadro satisfatório para o nível de oferta de serviços básicos como água tratada, esgoto, energia elétrica e telefone. (MDA, 2005,25)

O estudo se detém na parte 4.4. Economia, sobre a produção de riqueza em Itaberaí e Jussara, concentradoras de 21% da renda obtida nas atividades agropecuárias. Em seguida, aponta que Itapuranga concentra a maior capacidade de geração de emprego e renda no campo, com 7.476 ocupações nos estabelecimentos rurais e 1.776 empregos diretos. Isto se dá porque:

Nesse município há quatro grandes indústrias de laticínios, além de um distrito agroindustrial que demandam aos proprietários dos estabelecimentos rurais uma grande quantidade de produtos primários, possibilitando assim, a absorção de mão-de-obra para trabalhar no campo. (MDA, 2005, 28)

Na parte de educação (4.5), o analfabetismo, recorrente em cerca de 17% dos maiores de 15 anos, é apontada como um problema a ser enfrentado. Em Itapuranga, a cidade que ofereceria a maior capacidade de inserção produtiva da agricultura familiar, o quadro não se altera, com 19% dos habitantes analfabetos, o que leva o estudo a concluir que “[...] o Território é uma região com forte potencial para investimento em projetos especiais de educação para jovens e adultos [...]”, além de priorizar o combate à evasão escolar de crianças entre 7 e 14 anos, em torno de 4,1%.

O uso da terra, no Estudo Propositivo, é identificado por um possível uso da pecuária por agricultores familiares, especialmente do município de Goiás. O interessante é a sua recomendação: “Caso isso se confirme, seria necessário pensar políticas capazes de promover maior diversificação da produção das propriedades familiares” (MDA, 2005: 35). O estudo também ressalta a necessidade de se assegurar a profissionalização.

Analisando os estabelecimentos rurais segundo o seu grupo de atividade produtiva (item 5.2), o estudo constata que a predominância da pecuária se dá em virtude do relevo, com especial atenção para o município de Goiás e a baixa fertilidade de seus solos. Outro ponto de destaque, como ressalva, é a pecuária leiteira intensiva e baseada em pequenas propriedades de Itapuranga. Ainda neste tópico, o estudo considera a produção mista, segunda maior atividade da região, atribuída predominantemente aos agricultores familiares. A produção mista, portanto, “[...] possibilita a criação de um entorno socioeconômico mais diversificado e dinâmico, com possibilidade de consolidação de mercados consumidores e produtos sólidos” (MDA, 2005:39).

No item 5.3, sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por categoria e condição do produtor, o estudo observa o percentual significativo de trabalhadores sem a propriedade na terra, enquadrados como arrendatários e meeiros, representando uma parcela equivalente a 20,5% do total de trabalhadores nesta condição em todo estado de Goiás. A essa constatação, o estudo propõe o investimento em políticas públicas relacionadas ao crédito fundiário.

Ao avaliar a questão de gênero na divisão do trabalho (5.4), é ressaltada a porcentagem significativa de trabalhadoras rurais oriundas da agricultura familiar, fato que demonstra a importância de se apoiar uma maior inclusão de mão de obra feminina nas

atividades da agricultura familiar e em políticas de acesso à terra, como mecanismos de inclusão social.

No item 5.5, o documento constata que a concentração fundiária é das maiores no estado de Goiás, com 3,6% das propriedades responsáveis por 43,8% das terras. No seguinte (5.6), pode-se perceber que 58% do total de empregos são gerados por propriedades de até 100 hectares. O estudo ressalta a importância da experiência de Itapuranga, que reuniu minifundistas de até 50 hectares a agroindústrias, como uma referência para o desenvolvimento a ser considerada.

Em 5.7, o estudo constata que Itaberaí foi o município com o maior Valor Anual Bruto de Produção (VABP) e que, 35,5% do total da região é oriundo de atividades da agricultura familiar.

Ao avaliar a agricultura familiar no território (5.8) o estudo compara a rentabilidade dos produtores do Vale do Rio Vermelho com a de outras regiões de Goiás, constatando a necessidade de se aumentar a rentabilidade dos trabalhadores da região, mesmo considerando que esta já está acima da média nacional. Quanto aos estabelecimentos rurais familiares com renda insuficientes, eles chegam a 61,5%.

Em tipologia aproximada do Território Oeste-Rio Vermelho (5.9), são levantados os diferentes públicos que fazem parte do conjunto de agricultores familiares da região. O item 6, sobre demandas sociais e políticas públicas oferecidas, aponta a contradição entre presença da agricultura familiar e concentração de terras, e identifica os projetos de assentamentos como um ponto de partida para a mudança fundiária.

No item 6.1, relativo ao público-alvo das políticas de crédito, os recursos do PRONAF são avaliados, em especial os da linha A, destinados aos assentados, e os da linha C, os mais solicitados, voltados para agricultores relativamente inseridos na agricultura comercial. Itapuranga representa, sozinha, 49% dos contratos do PRONAF.

No item 6.2, o Estudo Propositivo calcula em R\$ 55 milhões aproximadamente os recursos disponibilizados pelos 7.878 contratos do PRONAF em 2004. Uma parte específica do estudo (item 6.3) analisa o PRONAF Infraestrutura (PROINF) de 2004, que contemplou a criação de entrepostos de mel para beneficiamento, comercialização e derivados no município de Goiás. Neste item, estão outros projetos que não foram executados. Parte dos recursos também foi para a Escola Família Agrícola, com aquisição de veículo para o transporte de alunos e equipamentos de informática. Destaca-se neste item a atenção dada aos investimentos em educação para incentivar os jovens agricultores a permanecerem no meio

rural, e também aos cursos técnicos, além do ensino oficial, como forma de tornar os alunos aptos a aplicarem nas comunidades familiares as práticas aprendidas em sala de aula.

Na parte 6.4, o público-alvo é confrontado com outras ações de importância para a dinamização da economia territorial. São destacadas no subitem 6.4.1 as ações do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O primeiro atendeu a cerca de 206 famílias. O segundo, a 216 famílias. Em seguida (6.4.2), o estudo considera o papel da CONAB, em sua capacidade de armazenamento e também como um comprador de produtos da agricultura familiar.

O levantamento do subitem 6.4.3 se refere a R\$ 40 milhões aproximadamente em obras previstas para o Território Rural Vale do Rio Vermelho em 2004, a serem investidos em habitações, obras de infraestrutura e serviços, reforma de escolas, pavimentação de estradas, instalação de rede de energia elétrica, entre outras. Esta parte específica do trabalho elenca as iniciativas sobretudo de municípios e do estado de Goiás, em ações que beneficiam direta ou indiretamente os agricultores familiares

Neste ponto, é apresentada uma extensa tabela, com 96 rubricas orçamentárias sem a fonte pagadora. A tabela apresenta a descrição da ação, o andamento do serviço e o valor destinado. Ao se observar tais dados, deve-se considerar que estão incluídas nesse apanhado ações de dois Territórios Rurais, o Médio Araguaia e o aqui estudado. Pode-se, entretanto, analisar a tabela considerando as ações e classificando-as por suas finalidades.

Uma avaliação da tabela conduz ao seguinte quadro, com as ações propostas pelo estado de Goiás e pelas prefeituras, com impacto na dinamização do território:

Tabela 6. Quadro síntese das ações previstas para 2004 por área (item 6.4.3 Estudo Propositivo)

Área	Tipo de ações	Nº de ações
Educação	Reforma de escolas, construção de escolas, escolas técnicas, universidades, laboratórios de informáticas (4)	33
Energia elétrica	Ações descritas como de energia elétrica, não especificadas	19
Transportes	Pavimentação de estradas (13), pontes (2), aeródromos (2)	19
Apoio a produção agropecuária	Central de vendas, patrulha mecanizada, equipamentos para bovinocultura de leite, posto fazendário, e assistência técnica e extensão rural (3)	8
Saúde	Compra de hospital, centro de coleta e transfusão de sangue, saneamento básico (2) e perfuração de poços	6
Equipamentos urbanos	Centro de eventos, Reforma de igrejas (2), ginásio e campo de futebol	4
Habitação	Construção de casas	3
Infraestrutura e serviços	Descrição genérica	2
Lazer	Quadra de esportes e parque	2
TOTAL		96

Fonte: (MDA, 2005: 75-78)

Pode-se perceber que o levantamento se pautou em ações de infra-estrutura nas seguintes áreas: educação, energia elétrica, transportes, apoio à produção agropecuária, saúde, equipamentos urbanos, habitação, infraestrutura e serviços em geral e lazer.

No item 6.4.4, são levantados os investimentos do INCRA para 2005, descritos genericamente como “de R\$ 130 mil para a construção de pontes e bueiros” (MDA, 2005: 79). Já no tópico 6.4.5, são listados os programas oferecidos pelo governo de Goiás. Nesse ponto, se constata que a principal ação foi da Secretaria de Agricultura, através da distribuição de adubos e sementes de hortaliças.

No 6.4.6, são listados outros projetos de importância para o desenvolvimento territorial, com ações de outros órgãos do Governo Federal e do estado de Goiás, através de oito projetos disponíveis e em atuação na região. São projetos: agroambientais; de criação e manejo de fauna silvestre; de plantas medicinais e fitoterápicos; produção orgânica; agroflorestas; banco de sementes nativas; agroextrativismo; apicultura; aquicultura; turismo agroambiental; e artesanato de couro.

Em 6.4.7, são avaliadas as ações de assistência técnica e extensão rural no território, executadas pela Agência Rural do Estado de Goiás.

Os eixos estratégicos em planos no território (item 7) partem da análise de 41 empreendimentos financiados pelo PRONAF, pesquisando-se agroindústrias já existentes. Constatou-se que 23 delas não estavam funcionando, 13 encontravam-se em situação boa e

regular, e cinco, em condições precárias. Destas, os motivos para a desativação foram: construção inadequada; falta de interesse da comunidade; falta de responsável pela agroindústria; inadequação a normas legais; falta de responsável técnico; e falta de assistência técnica.

Aqui, o estudo avalia o projeto de apicultura proposto pelo colegiado do Vale do Rio Vermelho e os recursos para a Escola Família Agrícola, do município de Goiás. A análise aponta que “a demora na viabilização da documentação necessária por parte das prefeituras, bem como nos executivos municipais, fez com que pelo menos cerca de 50% deste recurso tenha se perdido por motivações locais, segundo as informações obtidas”. (MDA, 2005: 83)

É ainda interessante notar, logo em seguida, que entre seis e oito projetos já estavam com documentação regularizada, mas seus recursos foram contingenciados pela Caixa Econômica Federal. Logo após, o Estudo Propositivo deixa entrever uma polêmica entre os membros do Conselho, relativa à prioridade dada ao beneficiamento do mel, que:

[...] não seria, segundo relatos, prioridade para os municípios do Vale do Rio Vermelho. Segundo a mesma fonte, o mel teria sido escolhido em função da grande presença de lideranças de Goiás na plenária em que se elencou as prioridades. Não fosse isso, além do melhoramento da produção leiteira, o foco dos projetos seria o beneficiamento de frutas, já que, ao contrário do mel, a região é uma grande produtora, especialmente de maracujá. (MDA, 2005: 83)

Nesta importante parte, o documento insinua ainda que técnicos estariam influenciando as decisões do órgão colegiado devido a coincidências entre as atividades escolhidas e a produção que estes técnicos desempenham, problema recorrente em outro Território Rural do Estado, o Estrada de Ferro.

No item 8, é apresentada uma síntese de dados do então Oeste Vale do Rio Vermelho, relativos a população, economia, educação, características do setor agropecuário, agricultura familiar, valor da produção animal e vegetal.

No item 9, a análise sistêmica e ambiente institucional de apoio a pecuária é identificada como a base econômica do território, reconhecendo-se que o Estudo Propositivo não teve elementos suficiente para fazer tal análise sistêmica. No entanto, são listadas instituições públicas das prefeituras, do estado de Goiás e do Governo Federal e organizações da sociedade civil instaladas na região (Tabela 7):

Tabela 7. Entidade presentes no Território Vale do Rio Vermelho

Entidade	Representação
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	Sociedade civil
Agência Rural	Governo
Sindicatos dos Produtores Rurais	Sociedade civil
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento do estado de Goiás	Governo
Cooperativas	Sociedade civil
Secretarias Municipais de Agricultura	Governo
Centrais de Associações	Sociedade civil
Universidade Federal de Goiás	
Conselhos Municipais de Desenvolvimento rurais sustentável	
Universidade Estadual de Goiás	Governo
Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas empresas (SEBRAE)	
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	
Organização Comunitária Solidária	Sociedade civil
Escolas agrícolas	
Rede de Comercialização	Sociedade civil
Associações	Sociedade civil
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Sociedade civil
INCRA	Governo
IBAMA	Governo
BANCO DO BRASIL	Governo

Fonte: MDA, 2005; 90

No item 10, são apontadas ‘Algumas Considerações’, tais como: a ausência de identidade em um território com 33 municípios; a dificuldade com os municípios como um todo, avaliando-se sempre os interesse da cada um; a necessidade de se fortalecer os agricultores e torná-los sujeitos efetivos no desenvolvimento territorial; a decisão de técnicos; a demora na liberação de recursos desestimulante; o foco na produção de leite; a necessidade de se fortalecer a agricultura familiar na região. Em síntese, conclui:

É preciso que se faça com que esse público se sinta e assumo-se como o principal sujeito desse processo e não apenas como coadjuvante. Por outro lado revela a necessidade de se aprofundar as discussões sobre os objetivos específicos da política de desenvolvimento territorial e os papéis que cada ator tema desempenhar nesse processo, a fim de que o Território seja

efetivamente um espaço para a junção de forças e não de disputa entre elas. (MDA, 2005: 92)

Por fim, no item 12, o estudo se encerra com as questões a serem refletidas.

5.1.2 – Plano de Desenvolvimento Sustentável Vale do Rio Vermelho

Um ano após o Estudo Propositivo, a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT, parte do Colegiado Territorial) elaborou, em junho de 2006, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) Vale do Rio Vermelho. O plano, como foi visto, é considerado pela metodologia de planejamento da SDT como fundamental para que os territórios, através de suas demandas identificadas em suas reuniões do colegiado, determinem quais políticas consideram urgentes e essenciais para o desenvolvimento conjunto.

O documento é dividido em introdução, da qual constam apresentação e histórico, e sete partes. A primeira trata dos municípios que compõem o Território Rural. A segunda aborda aspectos gerais da região; a terceira, a situação atual; a quarta, a situação desejada. Na quinta parte, estão as estratégias de Ação e Metodologias; na sexta, o levantamento dos recursos necessários à implantação das ações da gerência regional; e, por fim, na sétima, estão as metas consolidadas.

A segunda parte, dedicada aos aspectos gerais da região, é dividida em cinco subitens: 2.1. nome do prefeito; 2.2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; 2.3. sindicatos; 2.4. Associações e Cooperativas de produtores e 2.5. Aspectos demográficos e fundiários. Este último está subdividido em: 2.5.1. População e 2.5.2. Assentamentos. O segundo capítulo prossegue com os subitens: 2.6. vocação rural por município; 2.7. Principais problemas que afetam o município/região; e 2.8. mapa da Região.

No terceiro capítulo, onde discute-se a situação atual, estão os subitens: 3.1. recursos humanos; 3.2. veículos; 3.3. equipamentos; 3.4. linhas telefônicas. No quarto, no quinto, no sexto e no sétimo capítulos, não há subitens.

A exemplo da apresentação e breve histórico, a primeira parte é uma breve descrição dos 15 municípios que compõem o Território Rural Vale do Rio Vermelho. Faz referência à agropecuária com base da economia; à expansão da soja e da cana-de-açúcar na região e às lavouras de arroz, milho, feijão e mandioca como de subsistência. Sinaliza a

fruticultura como cultura que se torna uma alternativa na região. Há de se notar a exclusão do município de Córrego do Ouro a partir deste documento.

No segundo item, o subitem 2.1 apresenta apenas uma relação com nomes dos prefeitos e de seus partidos. Tal tabela se refere ao início do mandato dos prefeitos e constitui um claro mapeamento político. Na seção 2.2, o levantamento é referente à presença de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e de feiras do produtor rural. Ele ressalta a existência dos CMDRS em todos os 15 municípios, mas conclui que só há feira em sete dos quinze avaliados. No tópico 2.3, foram listados os presidentes de sindicatos rurais e de trabalhadores rurais de cada município. Nota-se a presença dos sindicatos patronais nos maiores municípios e nos de maior dinamismo econômico. Já em 2.4, contabiliza-se as associações, os associados; as cooperativas e os cooperativados. São 134 associações de produtores, com um total de 2.828 produtores familiares associados. As cooperativas são nove, com 76 cooperativados.

O subitem 2.5 e suas divisões tratam de aspectos demográficos e fundiários já exaustivamente analisados, sendo digna de nota apenas a ausência de Córrego do Ouro. O item 2.6, onde se deveria analisar a vocação rural dos municípios, apresenta na verdade uma avaliação breve sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da região, por município e geral. No subitem 2.7, são apresentados os problemas que afetam as áreas rurais, dignos de nota:

Tabela 8. Principais problemas que afetam o município/região

Município	Principais problemas
Buriti de Goiás	Insuficiência de técnicos para assistência técnica, má conservação das estradas para escoamento da produção individualismo e carência de máquinas e implementos, descapitalização de produtores
Carmo do Rio Verde	Compra e venda de produtos agropecuários de forma individualizada; alimentação do rebanho na seca; comercialização da produção
Goiás	Topografia acidentada e baixa fertilidade natural dos solos; propriedade sem manejo e conservação do solo; baixa utilização de máquinas e equipamentos e insumos; assistência técnica insuficiente e compra e venda de produtos de forma individualizada, descapitalização dos produtores
Guaraíta	Carência de máquinas e implementos agrícolas, aquisição e venda de produtos de forma individualizada dificuldades de escoamento da produção e falta de armazéns e secadores, descapitalização dos produtores
Heitorai	Problemas com a conservação ambiental, carência de instalações adequadas para manejo bovino, compra e venda de produtos de forma individualizada, falta de organização de produtores, não tem estrutura de armazenagem, descapitalização dos produtores e baixo uso de tecnologia, problemas de comercialização e falta de assistência médica na zona rural, falta pesquisa para fruticultura.

Itaberá	Problemas com conservação ambiental, carência de instalações adequadas para manejo bovino, compra e venda de produtos de forma individualizada, alto custo de frete no período de colheita, falta de organização dos produtores e problemas de comercialização, descapitalização dos produtores.
Itaguarí	Carência de máquinas e implementos agrícolas, aquisição e venda de produtos de forma individualizada, dificuldades de escoamento de produção e falta de armazéns e secadores, descapitalização dos produtores, saúde deficiente.
Itaguaru	Insuficiência de técnicos para assistência técnica, má conservação das estradas para escoamento da produção, individualismo na comercialização dos produtos agropecuário, carência de máquinas e implementos, deficiência na saúde, mal do panamá na banana maçã, falta pesquisa, falta de diversificação de culturas, falta de comercialização em rede dos produtos através das cooperativas existentes no Território.
Itapuranga	Falta de pesquisa na cultura de maracujá, padrão genético do rebanho bovino baixo, falta de programas de meio ambiente, falta de assistência odontológica e medica na zona rural, descapitalização dos produtores.
Morro Agudo de Goiás	Falta de máquinas e equipamentos e degradação do meio ambiente, descapitalização dos produtores.
Mossâmedes	Falta de Técnico na área agrícola, baixo uso de tecnologia, estradas ruins, comercialização individual, falta de agregação de valores ao produto.
Sanclerlândia	Falta de técnicos especializados para efetuar trabalhos de conservação do solo e água, comercialização individual dos produtos agropecuários e aquisição de insumos individualmente, falta de pesquisa na cultura de banana.
Taquaral de Goiás	Dificuldade de acesso ao crédito, falta de organização de produtores, não tem estrutura de armazenagem, descapitalização dos produtores e baixo uso de tecnologia.
Uruana	Falta de organização de produtores de melancia, falta de pesquisa na cultura da melancia, descapitalização dos produtores, falta de conscientização e ação quanto à preservação do meio ambiente, falta de diversificação das atividades agropecuárias e agregação de valores na produção, falta de comercialização em rede entre as cooperativas e associações existentes no Município/Território.

Fonte: (MDA, 2006, 14-15)

Uma observação importante é a constatação, em quase todos os levantamentos municipais, da questão da compra coletiva. A segunda parte finaliza em 2.8, onde é apresentado o mapa da região (ver Mapa 1).

A terceira parte elenca ainda os principais problemas da região e acrescenta ainda a condição de se trabalhar “à margem da rentabilidade de suas atividades, isto é, trabalham, produzem, mas perdem na comercialização (aquisição e vendas)” (MDA, 2006,18). A superação do problema, segundo o PDTRS, proporcionará uma boa comercialização, agregação de valor e comercialização em rede.

O item 4, chamado de situação desejada no índice e no texto como objetivos, aponta como escopo do plano:

[...] dar suporte, apoiar e proporcionar as agricultores e seus familiares novos conhecimentos técnicos, gerencial e cooperativo que permitem-lhes dentro de suas possibilidades aproveitarem suas propriedades e suas potencialidades, visando um crescimento contínuo e sustentável de suas explorações, garantindo-lhes melhores retorno econômico, social e cultural, evitando assim, o êxodo rural. (MDA, 2006, 19)

O quinto item apresenta as metas para o território entre 2006 e 2012, indicação que, como se verá adiante, será incluída no Plano Safra Territorial. As metas se dividem nos seguintes subgrupos: assistência técnica; bovinocultura de leite; ovinocultura/caprinocultura; apicultura; piscicultura; fruticultura; meio ambiente; associativismo/ cooperativismo e comercialização; saúde; educação; artesanato e turismo rural Por fim, no item 6 são estabelecidas as estratégias de ação para cada um dos setores relacionados anteriormente.

5.1.3. Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho (GO) - 2007

O terceiro e último documento analisado é o Plano Safra Territorial (PST) Vale do Rio Vermelho, publicado em Brasília no ano de 2007. Este documento inicia-se com uma apresentação e um resumo executivo, e se divide em seis partes: 1. Introdução; 2. Avaliação das políticas públicas de desenvolvimento rural; 3. Metas para o Plano Safra Territorial; 4. Execução e monitoramento do Plano Safra Territorial; 5. Considerações Finais e 6. Referências.

Na apresentação, são citados o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e sua inserção no Programa Plurianual (PPA 2004-2007), com a intenção de “[...] promover a articulação e a gestão descentralizada das políticas públicas em apoio ao desenvolvimento sustentável, tendo como área de atuação o território rural”. (MDA, 2007; 9). O documento explica ainda que os Planos Safra Territoriais constituem um componente de dois processos de maior amplitude: o Plano Safra Nacional do PRONAF e os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Há, em seguida, um resumo executivo de todo o trabalho.

O primeiro capítulo é dividido em quatro partes. O subitem 1.1 apresenta os antecedentes do PST, mostrando a junção dos Planos Safras realizados pela Secretaria de Agricultura Familiar e relacionados com os créditos do PRONAF e o programa Territórios Rurais da SDT.

No item 1.2, é citado como objetivo integrar as ações do Plano Safra às iniciativas territoriais de desenvolvimento rural sustentável, identificando-se no item 1.3 os objetivos específicos para atingir o objetivo geral, abaixo citados:

- a. Viabilizar a base produtiva de empreendimentos econômicos e de segurança alimentar considerados estratégicos para o Território.
- b. Organizar a demanda por crédito rural vinculada a projetos e programas de desenvolvimento dos diversos agentes que atuam no território.
- c. Orientar os agentes financeiros locais na demanda local de recursos de investimento e custeio para a SAF/MDA.
- d. Estabelecer arranjos institucionais que garantam a implementação do PST na integração das diversas políticas, tais como: Assistência Técnica e Extensão Rural, Capacitação, Agregação de Valor, Comercialização e Abastecimento dos mercados locais, institucionais, dentre outros, que possam ser considerados estratégicos pelos Territórios.
- e. Gerar um instrumento de negociação, monitoramento e avaliação da aplicação do crédito com efetivo controle social.

No item 1.4, a metodologia do PST do Vale do Rio Vermelho explica que ele deveria ter sido aplicado a partir de fevereiro de 2007, mas sua implantação começou em março. O trabalho se deu através da leitura do material disponível; reuniões com algumas instituições; envolvimento das instituições para sensibilização a respeito do plano; coletas e sistematização dos dados; realização de oficinas e grupos focais; e reuniões com a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Goiás (DFDA/GO).

Na segunda parte, a avaliação das políticas públicas de desenvolvimento rural se divide em 13 subitens. O primeiro (2.1) apresenta uma contextualização do Território Rural, com a mesma análise socioeconômica já empreendida. Vale menção à consideração feita sobre as consequências da expansão da cana na região:

A expansão da cana no território deve trazer consequências irreversíveis para a agricultura familiar, pois afetará diretamente as estratégias de desenvolvimento que vêm sendo elaboradas pelo território, especialmente no que diz respeito à apicultura e à fruticultura. As queimadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos serão extremamente prejudiciais a estas atividades, pois interferem diretamente na qualidade do produto. O que se vê é que estas questões não estão sendo levadas em conta na definição das políticas do Estado de Goiás e dos municípios, que vêm dando total apoio às usinas de açúcar e álcool que queriam se instalar em Goiás, independente de estudos de impacto e mapeamento de áreas mais prudentes para o cultivo da cana. (MDA, 2007: 20)

O subitem 2.2, referente aos sistemas produtivos da agricultura familiar, a exemplo dos outros documentos, destaca o leite como produto chefe dos agricultores familiares da região, com 60% desta produção em Itaberaí, Itapuranga, Uruana, Goiás e Itapirapuã. Outro aspecto sobre os produtores de leite demonstra a divisão entre os especializados no leite e eventualmente derivados e os produtores mistos de leite e corte, estes últimos via de regra descapitalizados e sem condições de investimentos em tecnologia. Em seguida, os produtores familiares são classificados por: produtor de leite e de fruta; fruticultor; apicultores; e produtores diversificados. Aponta-se ainda uma tendência à expansão dos produtos agroecológicos, mas constata-se também uma baixa inserção da maioria dos produtores.

Já no item 2.4 são apontados os valores em crédito do PRONAF no Território (Tabela 9).

Tabela 9. N° de operações e montante do PRONAF no território, 2000/01-2006/07

Safr agrícola	Total	
	Oper.	R\$ (mil)
2000/01	1328	3,3
2001/02	1409	4,1
2002/03	1948	6,4
2003/04	3534	18,3
2004/05	4373	25,7
2005/06	4509	25,9
2006/07*	3892	24,1
Total Território	20.993	106.421
Total GO	146.904	936.505,30
%	14,3	11,4

Fonte: MDA, 2007:25.

Em seguida, se analisa a participação do Vale do Rio Vermelho no montante de crédito do PRONAF no estado. São ressaltados ainda aspectos como maior presença das linhas A e C, como foi citado anteriormente.

A inadimplência na região está em surpreendentes 1,2% em média, só sendo maior em Itaberaí, mesmo assim com parcos 3,5% (Tabela 10). O Plano Safr Territorial aponta ainda para o possibilidade de ampliar o crédito na região, sobretudo a linha B, de microcrédito.

Tabela 10. Grau de inadimplência do PRONAF, com risco do Banco

Agência	inadimplência
Carmo do Rio Verde	0,4
Goiás	1,5
Itaguaru	0,9
Itapirapuã	1,8
Itapuranga	0,8
Sanclerlândia	0,1
Uruana	1,2
Itaberaí	3,5
Total	1,2

Fonte: Superintendência do Banco do Brasil – Goiás, maio/2007

No item 2.5, são avaliados os principais entraves em relação ao acesso ao crédito e à aplicação do recurso. Dentre as constatações de impedimentos, estão: a) o baixo fluxo de informações relativas ao PRONAF; b) a dificuldade na formação educacional do agricultor familiar, em média com quatro anos de estudo, como se viu, e a necessidade de uma maior organização da agricultura familiar para o crédito; c) a relação com os bancos; d) a assistência técnica e a extensão rural (ATER); e) a falta de articulação entre capacitações crédito e ATER; e f) distanciamento dos CMDRS no debate sobre crédito.

No item 2.6, são discutidas as estratégias para melhorar o acesso ao crédito. Nesta parte, são apontados três eixos de ações para sanar ou minimizar o problema entre 2007 e 2012: a) ampliar informação, formação e organização sobre o PRONAF; b) melhorar a relação entre agricultores e agentes financeiros; c) constituição de cooperativa de crédito até 2012.

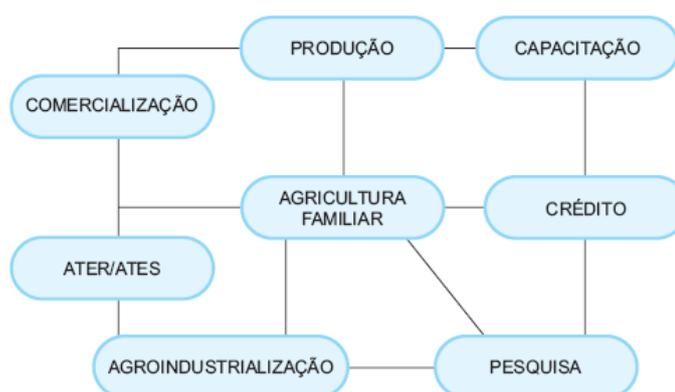
No item 2.7, são analisadas as políticas de ATER e a carência em técnicos públicos voltados para os agricultores familiares. Em seguida, no 2.8, o estudo aponta as estratégias de ATER. No item 2.9, são elencadas as ações necessárias para se garantir o funcionamento na região. A estimativa é de 134 técnicos extensionistas até 2012 e, para isso, serão adotadas medidas como: a) concurso público; b) reciclagem para os atuais, apresentando o foco territorial, entre outros.

No item 2.10, o foco recai sobre a comercialização, considerado o maior entrave deste Território Rural. No 2.11, são apresentadas estratégias de comercialização como: a) organização de cooperativas; b) organização da comercialização de produtos típicos e com a marca do Território Vale do Rio Vermelho, c) investimentos na infraestrutura complementar à

comercialização, como estradas, entrepostos de abastecimento etc; d) busca de acesso a novos mercados; e e) avanços em aspectos da legislação, com a regularização fitossanitária regional e municipal.

No item 2.12, é apresentado um fluxograma dos arranjos institucionais para a efetivação do Plano Safra Territorial (Gráfico 22)

Gráfico 22. Arranjo institucional para efetivação do PST



Fonte: (MDA, 2007, 44)

No item 2.13, são avaliadas as políticas públicas complementares para o desenvolvimento rural, entre as quais estão: a) política de regularização do avanço da cana-de-açúcar; b) políticas públicas de infraestrutura, com foco em estradas, sobretudo vicinais; c) políticas públicas de meio ambiente; e d) políticas públicas de recuperação de assentamentos.

Neste ponto, chega-se á terceira etapa do PST, que, no item 3.1, avalia as suas metas, assim resumidas:

Tabela 11. Recursos do PRONAF e % de aumento em relação à safra 2006/07

Períodos	Valores	
	R\$ Milhão	Aumento (%) *
2006/07	27,9	—
2007/08	40,6	45,5%
2008/09	40,6	45,5%
2009/10	44,1	57,9%
2010/11	47,2	69,0%
2011/12	50,5	80,8%

*Em relação à safra (2006/07)

Fonte: (MDA, 2007: 47)

Em seguida, o estudo realiza uma série de estimativas por cada linha do PRONAF. No subitem 3.2, explica-se os cálculos das projeções realizadas para os grupos B,C,De E.

Na parte 3.2.1, mostra-se o potencial do PRONAF B no Vale do Rio Vermelho e no Estado. No segmento 3,2,2, o mesmo procedimento é tomado para o PRONAF C, e, no 3.2.3, para o PRONAF D, para terminar com as projeções do PRONAF E no tópico 3.2.4.

No item 3.3, são avaliadas as linhas especiais e, não havendo o 3.4, o item 3.5 se volta a projeções relativas à assistência técnica e à extensão rural, projetando as novas 134 contratações já mencionadas.

No quarto item, são elencadas ações para execução e monitoramento do PST, divididas em ações de divulgação, de negociação e de estratégias, metas e ações complementares.

A quinta e última parte tece considerações finais, destacando durante a construção do Plano Safra Territorial: a) a necessidade de se ter um olhar mais holístico em relação às políticas para o desenvolvimento rural sustentável; b) a importância da organização social; c) a relevância do aprofundamento sobre a relação da agricultura familiar com o Território Rural Vale do Rio Vermelho.

5.2. AS DEMANDAS TÉCNICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AS RESPOSTAS DO ESTADO

Após a avaliação da estrutura e do conteúdo de cada documento, é possível analisar mais detidamente as demandas técnicas dos agricultores familiares no Território Rural Vale do Rio Vermelho. Dos três relatórios examinados, pode-se perceber em cada um deles uma forma de se olhar o mesmo território.

O Estudo Propositivo, o primeiro a ser elaborado, teve como preocupação entender a região demarcada através do levantamento de dados. A divisão posterior do recorte inicialmente adotado, com 33 municípios, passando-se para dois territórios rurais; o do Médio Araguaia e o do Vale do Rio Vermelho, contribuiu para a dificuldade do primeiro documento em apontar quem eram exatamente os agricultores familiares citados.

Mesmo assim, através do levantamento de fatores econômicos; aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares, ele consegue vislumbrar possíveis necessidades destes produtores da região. Não se pode chamar de demandas ainda, por não estarem

organizadas, mas certos anseios e desejos já podem ser observados em função das análises e categorizações realizadas

Ao se voltar mais para uma definição do cenário e do contexto dos agricultores familiares, o Estudo Propositivo oferece certas recomendações e propostas para a ação do Estado em relação à região, e sobretudo ao agricultor familiar, em cada uma das análises realizadas. Neste primeiro momento, é o Estado que vai ao encontro do agricultor, é o Estado que busca dados e informações sobre a região e sobre este ator, com a meta de organizar a sua ação.

É, portanto, uma fase em que, por mais que haja demandas dos agricultores, é na verdade o Estado que, através de seus índices e dados, demanda do território uma resposta. O primeiro estudo, mais preocupado em elencar as questões e compreender as relações entre agricultores e seu contexto, não deixa de dar recomendações sobre como o Estado deve atender às necessidades dos agricultores. Dentre os que puderam ser percebidos, estão os seguintes (Tabela 12):

Tabela 12. Proposições extraídas do Estudo Propositivo

Proposições extraídas do Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural Oeste Rio Vermelho
- ofertar serviços básicos
- gerar emprego e renda
- combater o analfabetismo
- promover a diversificação da produção
- assegurar a profissionalização das atividades que já exercem
- consolidar mercados consumidores e produtos sólidos
- investir em políticas para o crédito fundiário
- apoiar a maior inclusão de mão-de-obra feminina na agricultura familiar
- acesso a terra como mecanismos de inclusão social.
- desenvolver a agricultura familiar articulada a agroindústrias
- aumentar o VABP da agricultura familiar
- assentamentos para a diminuição da concentração fundiária
- aumentar a rentabilidade do agricultor familiar
- garantir crédito para agricultores familiares investirem na produção
- garantir crédito para o custeio dos agricultores familiares
- garantir crédito para estruturar as unidades produtivas dos assentamento
- beneficiar as atividades de bovinocultura de leite
- beneficiar a apicultura
- apoiar projetos de infra-estrutura regional
- apoiar à Escola agrícola

- comprar veículo para estudantes
- compra de computadores escolas
- investimentos em educação para incentivar os jovens a permanecerem no campo
promover cursos técnicos além do ensino oficial
- capacitar alunos a implementarem práticas aprendidas nas suas comunidades
- apoiar ações de redistribuição fundiárias para o desenvolvimento territorial
- garantir armazenagem e compras diretas por empresas do governo

Fonte: (MDA 2005)

É interessante perceber como as políticas disponíveis anteriormente foram avaliadas (Tabela 8). As ações de investimentos apresentadas indicam vetores de ação do Estado já em curso. As iniciativas, divididas em oito temas, buscam organizar as linhas em: educação, energia elétrica, transportes, apoio à produção agropecuária, saúde, equipamentos urbanos, habitação, e infraestrutura e serviços.

Trata-se do Estado conhecendo o Estado; o Governo Federal mapeando o Governo Estadual e os municipais. As diferentes esferas do poder público em determinada região apontam para uma das questões mais relevantes para os administrados no que tange o planejamento. A sobreposição de camadas de ações políticas e programas ou a tentativa de organizá-las é uma das questões presentes na burocracia de Brasília.

De toda forma há, nesse momento, mais uma vontade do Estado em equipar o território de técnica do que entender/ atender uma demanda realmente organizada dos agricultores familiares, aparentemente. Tal processo implica ainda em uma dificuldade do Estado em estabelecer canais de comunicação, de avaliação.

A princípio, a hipótese do Estado como indutor de técnicas parece se comprovar com o Estudo Propositivo. Entretanto, é preciso verificar a demanda. Talvez seja por isso que o Estudo Propositivo se encerra com as seguintes questões:

- O que esses municípios que compõem o Território têm em comum? Em que eles se aproximam e em que se distanciam? Como criar uma unidade territorial a partir dos pontos que os unificam?
- Qual é de fato o papel dos agricultores familiares na definição e desenvolvimento das políticas públicas territoriais? E o papel dos outros atores?
- Mais de 50 % dos agricultores familiares do Oeste Rio Vermelho encontram-se quase sem renda ou com baixa renda. Quais são as razões? O que o Território deve fazer para reverter esse quadro?
- [...] quais são as reais potencialidades para a agricultura familiar no Oeste Rio Vermelho? Como identificá-las e o que fazer diante delas?

- [...] é importante que o Território trace uma estratégia para elevar o nível de escolaridade da população? O avanço acelerado da soja no Território é ou pode vir a ser um problema para os agricultores familiares? O que fazer?
- Qual a importância dos Conselhos de Desenvolvimento rural para o desenvolvimento do Território e o fortalecimento da agricultura familiar? Como os agricultores familiares têm sido preparados para intervir nesse espaço de decisão?

(MDA, 2005: 92-93)

Pode-se questionar de que forma o Estudo Propositivo influenciou o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável a responder, em uma segunda etapa, quais as demandas dos agricultores familiares. Diferentemente do primeiro documento, o PTDRS listou o que os agricultores familiares desejavam. Nota-se aqui um levantamento menos baseado nos dados estatísticos e mais no conhecimento e na realidade local desses trabalhadores. A partir dos problemas dos agricultores em cada município, já elencados aqui na Tabela 8, o diagnóstico evoluiu para um planejamento das ações em cerca de 12 áreas até 2012 (Tabela 13). Portanto, desta vez, foram os agricultores que identificaram suas próprias demandas. Em alguns pontos, como o relativo à experiência da cooperativa de agricultores familiares de Itapuranga, tudo indica que eles conseguiram a inserção por arranjos próprios.

Tabela 13. Metas para o Território Vale do Rio Vermelho 2006/2012

<p>ASSISTENCIA TÉCNICA: (por unidade local)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lotação de equipes completas nos municípios (01 engenheiro agrônomo, 01 médico veterinário e 01 auxiliar administrativo); - 02 Veículos; - 02 Microcomputadores; - 01 Aparelho de fax; - Demais equipamentos e acessórios; - Recursos para custeio de assistência técnica; - Cursos de aperfeiçoamento e reciclagem técnica. 	<p>BOVINOCULTURA DE LEITE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoramento genético; - Nutrição animal; - Sanidade animal; - Qualidade da produção; - Aquisição de tanques de resfriamento de leite; - Aquisição de caminhões, tanques e carretas, isotérmicos; - Cursos de capacitação; - Implantação da agroindústria do leite e derivados; - Produção de Leite orgânico (mercado externo).
<p>FRUTICULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas das principais fruteiras do território; - Estufas e viveiros de produção de mudas; - Laboratório de pesquisa e produção; - Cursos de capacitação; - Implantação de agroindústria para processamentos; 	<p>PISCICULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de unidades demonstrativas (da produção à comercialização); - Cursos de capacitações; - Instalação de agroindústrias para processamento do pescado.
<p>OVINOCULTURA/CAPRINOCULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoramento genético; 	<p>APICULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de equipamentos, utensílios e

<ul style="list-style-type: none"> - Nutrição animal; - Sanidade animal; - Qualificação profissional; - Instalação de unidades demonstrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> paramentos; - Construção de unidade de produção de colméias; - Registro e rotulagem; - Construção de casas do mel, entreposto e centro de comercialização; - Cursos de capacitação; - Produção de Mel Orgânico.
<p>ASSOCIATIVISMO/COPERATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do sistema cooperativo e associativo; - Agregação de valor à produção; - Diversificação de atividades agropecuárias; - Comercialização em rede através de cooperativas; - Cursos de capacitação; - Criação de Cooperativas Virtuais; - Aquisição de meios de transporte; 	<p>EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação no campo com ensino fundamental completo; - Alfabetização de adultos; - Transporte escolar digno; - Grade curricular voltada para a educação no campo; - Reconhecimento pelo MEC das escolas famílias;
<p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratações de profissionais de saúde; - Construções de postos de saúde; - Aquisições de ambulâncias; - Unidade móvel para atendimento no meio rural; - Aquisição de equipamentos; - Realização de campanhas de saúde; - Implantação de horto medicinal; - Produção e manipulação de medicamentos fitoterápicos; - Implantação de farmácias populares; 	<p>MEIO AMBIENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conservação do solo, água, ar e vegetação; - Recomposição de matas ciliares, reserva legal e áreas de preservação; - Instalação de viveiros de plantas nativas do cerrado e exóticas; - Introdução da seringueira; - Agro-extratativismo; - Preservação de micro-bacias hidrográficas; - Reciclagem de lixo e coleta seletiva
<p>ARTESANATO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de capacitação; - Resgate da tradição cultural; - Agregação de valor à produção; - Aproveitamento de recursos naturais; - Incentivo a criação de associações de artesanato 	<p>TURISMO RURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inventário e planejamento turístico; - Aproveitamento de recursos naturais; - Implantação de propriedades modelos; - Criação de roteiros ecológicos

Fonte: (MDA, 2006)

Portanto, após análise do PTDRS, comprovou-se que, com o auxílio do Estado, através de suas políticas públicas, os agricultores conseguiram elencar as técnicas que desejavam para melhorar a sua produção.

Já em um terceiro momento, o Plano Safra Territorial vai ter a capacidade de reunir o levantamento socioeconômico do Estudo Propositivo e reunir as reivindicações do PTDRS. Este documento é, sem dúvida um retorno do Estado.

A demonstrar a apropriação técnica pelos agricultores familiares é inclusive uma das preocupações do documento, possível de se perceber ao se ler o item 2.3 deste documento em que se apresentam as metas já atendidas desde 2003:

Bovinocultura do leite

Foram adquiridos cerca de 28 tanques de resfriamento de leite para atenderem agricultores de todos os municípios (exceto Itapirapuã) e equipamentos para fábrica de ração em Itaguaru, totalizando R\$ 542.500,00 de investimentos nesta atividade, além de cursos de capacitação.

Apicultura

Foram disponibilizados recursos para construção e equipamentos de 04 casas do mel nos municípios de Itaberaí, Itapuranga, Itapirapuã e Heitorai, totalizando R\$ 85.450,00.

Fruticultura

Foram destinados recursos para construção e instalação de estufas para mudas de frutíferas em Itapuranga, num valor de R\$ 54.000,00.

Aquisição de máquinas e implementos

Foram liberados recursos para compra de patrulha agrícola para o município de Heitorai, num valor de R\$ 75.000,00.

Foram destinados recursos para adequação do galpão de secagem de açúcar em Morro Agudo de Goiás, num valor aproximado de R\$ 4.500,00.

Infra-estrutura para ATER

Investimentos num valor total de R\$66.800,00, beneficiando todos os municípios.

Além destes investimentos, foram destinados recursos para a SEAGRO para apoio às atividades dos territórios e recursos para custeio que foram aplicados em diversos cursos de capacitação e viagens de troca de experiências por meio de outras entidades.

(MDA, 2007; 24)

O PST pode ser visto de duas formas, então: uma forma de organizar as ações do Estado para os agricultores familiares em uma determinada região, ações voltadas para as propriedades e para o seu entorno. O outro aspecto é que, através da análise do Plano Safra, se percebe uma apropriação mútua de interesses do Estado pela agricultora familiar e vice-versa.

A polêmica entre a prioridade entre o apoio ao mel ou o apoio a produção leiteira é um exemplo deste processo. A questão sobre a prioridade dos recursos para a cadeia está pacificada, deixando-se de lado a opção inicial pelo mel.

Tal ponto foi inclusive o motivo da reunião em abril de 2010 do Conselho Territorial em Itaberaí, onde, através de participação presencial pode-se constatar a primeira

etapa de estudo técnico da cadeia do leite na região para planejar os investimentos solicitados (FIGURA 1).

Figura 1 - Conselho Territorial - Abril 2009 - Reunião de avaliação técnica da Cadeia do Leite no Vale do rio Vermelho



Ao incorporar as 12 ações não planejamento Estatal através do PST, pode-se destacar o interesse do Estado em atender a setores organizados da sociedade.

O PST e também os outros documentos são, de um lado, parte da metodologia do programa Território Rurais e visa levantar informações, gerar relatórios e documentos para a SDT/MDA. Por outro lado, favorece aos agricultores familiares como inserção política na região e serve como uma técnica (no sentido de sistema de ações). Vai ser uma ferramenta importante para a análise da região sobre a perspectiva do Estado, como foi visto, mas também sob a ótica dos agricultores familiares Outro aspecto fundamental é a capacidade do PTDRS reunir as demandas dos agricultores familiares e desta forma se tornar um instrumento de reivindicação política, sobretudo em regiões onde atores do agronegócio possuem influência.

A região do Vale do Rio Vermelho conta com paisagens onde algumas destas demandas se fazem presente e, em outras onde a presença do agronegócio é fortemente sentida.

O avanço da cana-de-açúcar (figura2) na região é perceptível não só através de mapas, mas em visita a própria. Em Itaberaí é inclusive as lavouras permanentes com alto uso de insumos como as citriculturas (figura 3).

Figura 2 - Plantação de cana em Itaberaí



Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 3 - Citricultura na região de Itaberaí



Foto: Lúcio Pereira Mello

A presença do cultivo de soja com pivôs irrigados, marca da produção agropecuária no cerrado, se encontra nas regiões do Vale do Rio Vermelho onde há os melhores solos (figura 4). Na região próxima a cidade histórica de Goiás (figura 5), o solo pedregoso e acidentado (figura 6) representa uma barreira ao avanço da agricultura em larga escala.

Figura 4 - Irrigação por pivô, em Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 5 - Cidade de Goiás.



Foto: Lúcio Pereira Mello

A região, historicamente de garimpo de aluvião, passou a ter na pecuária extensiva (foto 7)

Figura 6 - Região de Goiás relevo acidentado e solo de baixa indicação.

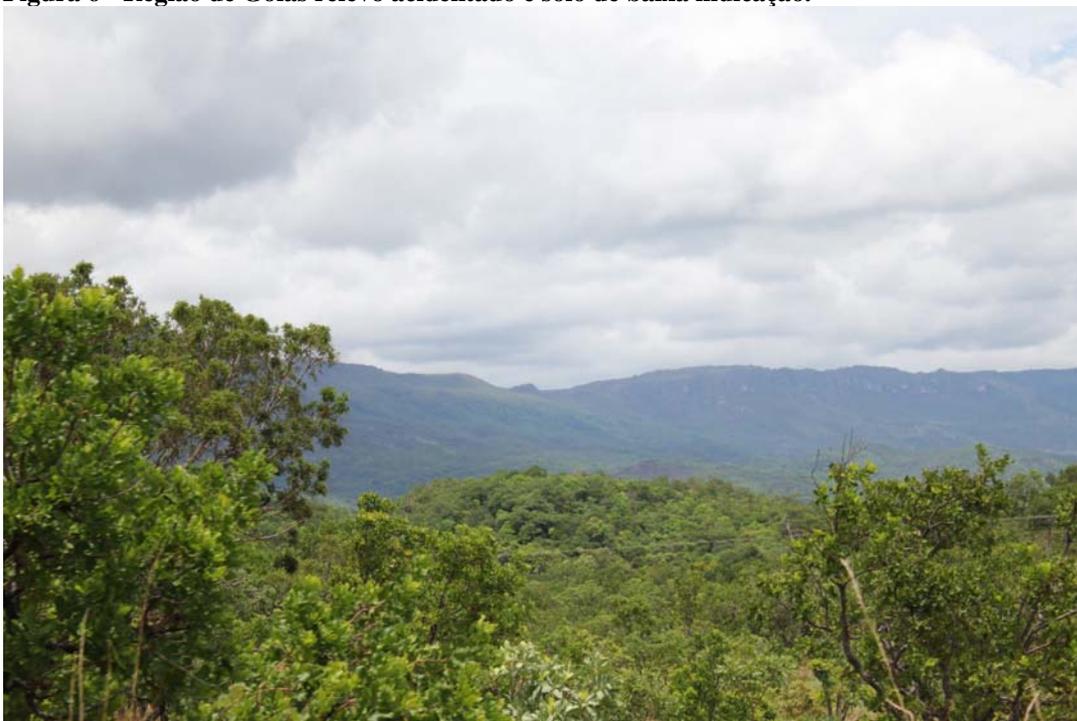


Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 7 - Pecuária extensiva na região de Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

De fato pode-se perceber que a pecuária é uma das atividades principais da região (figura 8) com profundas consequências políticas, econômicas e fundiárias. Mesmo com a força das associações de agricultores e pecuaristas tradicionais, o que se percebe entre estes é uma mudança de paradigmas na produção, com o aumento do uso de insumos. Como traotres (figura 9), silos (figura 10).

Figura 8 - Outdoor de associação de pecuaristas, em Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 9 - Loja de equipamentos agrícolas em Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 10 - Silos em Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Ao mesmo tempo que grandes produtores se dividem entre a tradição e a modernidade, a agricultura familiar na região trabalha sobre o dilema de se integrar aos complexos agroindustriais da soja, cana, citricultura, frango e pecuária leiteira e de carne (figura 11) ou buscarem sua própria comercialização baseada na demanda local e no abastecimento ao mercado interno (figura 12).

Figura 11 - Complexo agroindustrial na região de Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Figura 12 - Venda da produção local em Itaberaí.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Mas os conflitos e divergências podem ser percebidos em seu texto também. Após a superação do debate sobre a prioridade da apicultura e a cadeia de leite, no Estudo Propositivo. Pode-se perceber Todavia que esta mesma disposição para atender os setores mais organizados aponta a contradição entre incentivar uma política de regularização do avanço da cana, um dos pontos do PST por um lado e algumas páginas antes, perceber que parte dos recursos do PRONAF INF, principal instrumento de investimento do Território ruriais serem liberados R\$4.500,00 para um galpão de secagem de açúcar. (MDA, 2007: 24). Em seu afã da busca eterna pela execução orçamentária, o que em si é algo bom, o Governo tem se mostrado contraditório em seus propósitos. Neste caso em especial, percebe-se a sua tendência a apoiar setores especialistas em lidar com a burocracia estatal. Ora, como se viu, há uma significativa dificuldade da agricultura familiar em operar com estes mecanismos estatais. Em contrapartida, setores do agronegócio têm seus projetos e necessidades de investimentos, sempre com uma perspectiva de ganhos acima da agricultura familiar, ao menos se comparar a VPBA como se constatou na oposição entre a agricultura realizada em Itaberaí e a em Itapuranga. O Estado, através da política pública Territórios Rurais, tem desempenhado sim um papel predominante na inserção técnica do agricultor familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso, não cabem conclusões, e sim considerações e constatações sobre um processo que segue a todo curso. Se o foco da análise se deu especificamente sobre os agricultores familiares do Vale do Rio Vermelho, sobretudo os participantes do programa Território Rural, tal escolha se deveu à necessidade de se observar, com os devidos elementos, um fenômeno com variadas implicações e desdobramentos, como as transformações no espaço geográfico.

A motivação principal deste estudo sempre foi avaliar como os conceitos de Milton Santos se saem em escalas menores. Houve também a percepção, durante o trabalho, de que a compreensão de qualquer região, sob o preceito de técnica, implicaria uma abordagem de fôlego e relativamente ampla dos mais diferentes aspectos.

Figura 13 - Agricultores e técnicos avaliam a cadeia do leite na região.



Foto: Lúcio Pereira Mello

O processo de apropriação de técnicas pelos agricultores familiares no Vale do Rio Vermelho, por sua vez, se mostrou imbuído de profundas relações econômicas, sociais e políticas, as quais a análise dos três documentos se mostrou apenas um aspecto do processo.

Nas duas visitas de campo à região, a polarização entre agronegócio e agricultura familiar se tornou mais que evidente, gritante. Em meio a isso, existe a situação atípica da cidade de Goiás, verdadeira *rugosidade* de um período histórico, cujos usos de objetos já se voltam mais ao turismo, e cuja região rural demonstra a dificuldade tanto de agricultores familiares como de grandes proprietários na exploração econômica de sua zona rural.

O levantamento feito em todas as etapas do processo, desde o conceitual, passando pelo histórico, o cartográfico e o estatístico, buscou, através de fontes secundárias, estudar um caso em que o conceito de técnica seja compreensível como um elemento espacial. A resposta à questão do trabalho, em síntese, parece ser que a agricultura familiar – com as suas diferenças de produção e com uma escala de atuação e temporalidade diferente da praticada pelo agronegócio – busca e depende essencialmente do espírito comunitário, das redes de solidariedade, das relações de confiança e da cumplicidade para se reproduzir. O caso específico da produtividade dos cooperativados de Itapuranga parece mostrar a força do grupo justamente na proximidade de suas casas, com uma troca intensa não só comercial, mas de aspectos solidários que os une de forma indissociável a suas terras e a sua comunidade.

São muitos os estudos que vêm se debruçando sobre as formas de apropriação técnica do capital no meio rural. No entanto, cabe levantar aqui o conceito mencionado no primeiro capítulo referente aos *instantes*, quando ações diferentes coexistem no território. Um estudo aprofundado sobre os instantes e temporalidades do agronegócio e da agricultura familiar poderia indicar com maior precisão como suas divisões do trabalho se chocam a medida que tentam implementar seus hábitos, práticas ações e objetos no território.

Portanto, a acumulação técnica destes agricultores e do agronegócio só se materializa e se torna de fato real quando se territorializa e cada um deste grupo faz o seu “uso do território”. A luta pela apropriação técnica, ao que tudo indica, continua sendo uma luta da terra, local em que ações e técnicas de reprodução de dois estilos de produção se contrapõem e se chocam.

A questão da propriedade, não do ponto de vista jurídico e legal, mas sobretudo do uso do solo, tem, sem dúvida, suscitado questionamentos e pesquisas, os quais não coube a este trabalho analisar. O meio rural brasileiro se mostra uma região onde os conflitos do uso do solo podem ser percebidos através dos tempos e afloram com certa força. O conflito parece ser proporcional à capacidade de transformações que as novas técnicas parecem engendrar.

Constatou-se no segundo capítulo, através do histórico das técnicas, que elas são disputadas por interesses tanto dos mantenedores da estrutura fundiária brasileira quanto dos que buscam se inserir nela ou buscam outros usos para ela. Esta percepção, se aplicado ao Vale do Rio Vermelho, parece apontar para uma situação de franca desvantagem para os agricultores familiares inseridos. O avanço da soja e da cana vai demandar destes produtores firmeza e capacidade de articulação política, pois a exploração imobiliária e a demanda por biocombustíveis vêm ganhando uma estrutura de poder e um acúmulo de capital sem precedentes na região.

Outro vetor interessante é apontar que, contraditoriamente, a medida que cresce o poder do agronegócio em determinada região, a solidariedade entre atores diferentes parece aumentar. O processo excludente e concentrador da agricultura agroexportadora mecanizada e baseada no latifúndio, por suas características, tende a se isolar, se “alienar” dos aspectos locais e regionais, criando verdadeiros “desertos de paisagens”.

Este processo egocentrado parece gerar insatisfação não apenas nos produtores familiares das regiões onde se inserem, mas também em setores das cidades médias que, contraditoriamente, estimulam e criam seu processo de estabelecimento.

Como tudo que é sólido pode se desmanchar no ar, o agronegócio tem também as suas fragilidades e percalços. A commoditização de seus produtos e o controle do preço externo à região são simultaneamente sua riqueza e sua fraqueza.

Analisando a divisão do trabalho, Santos afirma:

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos levá-los em conta para empreender uma análise do fenômeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre Estado e o Mercado. Mas não podemos nos referir a essa duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas tem fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la a sua imagem. (SANTOS, 2008; 135)

Sob esta perspectiva, abre-se para estudos futuros a possibilidade de mostrar não apenas como o Estado brasileiro e o agronegócio se unem, mas também “se bicam” na disputa pelo poder em determinadas regiões. Não se pode ignorar que parte dos esforços originais do programa Territórios Rurais visava a romper uma aliança histórica e, ao que parece, ainda

forte entre o poder local e os grandes proprietários de terras. A inserção do Governo Federal, aliado aos agricultores familiares, tem criado situações que apontam para regiões de conflito no meio rural brasileiro, em que a disputa pela divisão do trabalho tem se tornado mais intensa, mais complexa e mais visível.

A ampliação de visão das políticas públicas para a agricultura familiar, inicialmente focada especificamente no agricultor, em seguida recortada por natureza da atividade econômica, da atividade rural, e agora com atenção às atividade regional (ainda mais ao se observar que a tendência do programa Territórios da Cidadania é ser regional, indiferentemente de ser urbano ou rural), mostra exatamente esta busca de alianças dos antagônicos ao agronegócio. À medida que enriquece, o agronegócio exclui. Como David Harvey mesmo apontou, os migrantes são literalmente personagens vivos de como o modo de produção capitalista busca resolver seus problemas ampliando sua área, enquanto sua arena se reduz.

O recorte regional deste trabalho não significa que esta análise se esgotou nos limites dos mapas apresentados. A exemplo do Vale do Rio Vermelho, onde houver agricultores produzindo, há potencialmente a apropriação da técnica, inclusive pelos agricultores familiares.

Retomando a hipótese deste trabalho, que apostou que o Estado é o principal indutor do desenvolvimento das técnicas onde o mercado não se faz presente, comprova-se que, na verdade, o Estado não é o principal indutor, embora tenha papel considerável. Ele é, dentro do contexto de conflito da divisão do trabalho entre Estado e Mercado, um grande agente externo, assim como o são as multinacionais do agronegócio, em busca de parceiros para um meio rural conforme seus interesses. Neste aspecto, não se pode ignorar a cisão do Governo que, de um lado, estimula o agronegócio em busca de participar mais ativamente do comércio internacional, e, por outro lado, se vê sem condições de dinamizar a economia interna como gostaria, por lhe faltarem equipamentos, mas sobretudo base política para assegurar que as transformações necessárias no reordenamento fundiário, peça chave para redistribuir a correlação de forças atuais.

O estudo de documentos das políticas públicas para a agricultura familiar representa um campo crescente de análises. No caso específico deste trabalho, investigar o Plano Safra Territorial, o PTDRS e o Estudo Propositivo serviu como observar fotografias de um filme em que se congelaram três momentos cruciais da implantação do programa Territórios Rurais na região do Vale do Rio Vermelho. As relações deste processo em que as técnicas são disputadas no meio rural, presentes nos documentos tornados públicos,

representam a materialização das ações do Estado e, por sua vez, podem ser entendidas através do estudo das políticas públicas.

O Plano Safra Territorial Vale do Rio Vermelho, em específico, pode ser considerado um documento síntese, como se concluiu no quinto capítulo. Esta síntese só foi possível, em um primeiro momento, mediante o levantamento das demandas dos produtores e dos colegiados. Ele representa também um documento de uma política em que estão sempre em constante distensão e tensão aspectos amplos e aspectos micro. No PST, estão ações do PROINF, com impacto na região que abrange 15 municípios, mas também está o PRONAF A, destinado ao pequeno assentado e que vai interferir em sua propriedade.

Trata-se de uma política pública que percebe a necessidade de ampliação de recursos para produtores familiares que já não se enquadram nos tetos do PRONAF (embora este não possa ser considerado um grande proprietário) e que se volta à necessidade de maior mecanização das pequenas propriedades. Esta política deve compreender a necessidade de ampliar a discussão não apenas para um setor produtivo, mas para uma região, com o intuito de desenvolvê-la. E, neste aspecto, setores das cidades parecem estar dispostos a, por meio do Estado, distribuir e reter na região a riqueza gerada pelo agronegócio.

Percebeu-se ainda, no estudo da relação entre técnica e meio rural, a importância desta para compreender o espaço geográfico como um sistema em que objetos e ações se integram de forma indissociável. Como visto no meio rural brasileiro, a história das inovações técnicas sempre contou com duas vertentes. De um lado, modernizadora, e de outro, tradicionalista. Outro vetor analisado no segundo capítulo é a quanto à propriedade de terra, que também pode ser percebido nesta análise sobre o Vale do Rio Vermelho.

A expansão de lavouras como a da cana, conforme os mapas do quarto capítulo, reúne estes vetores. A soja avança em todo o seu redor, ao sul, via Itaberaí, em busca de terras livres para ser plantada. Nesta região, o agronegócio mostra a sua força através de um consistente Valor da Produção Agropecuária (VBPA), com o surgimento de empresas para atender aos produtores sobretudo de *commodities*, com alto uso de energia e crescimento constante da renda.

O Vale do Rio Vermelho se mostrou, paradoxalmente, uma região de municípios sem recursos, que dependem de repasses federais, mas também de municípios polo, com uma forte indústria de serviços, seja no turismo, em Goiás, seja nas empresas agrícolas, em Itaberaí, ou na cooperativa de Itapuranga. Um cenário em que se polarizam o agronegócio e sua modernização conservadora, com concentração fundiária, e a agricultura familiar e sua forma cooperativada de produzir.

Neste processo, pode-se perceber a presença de diversas políticas para a agricultura familiar, desde a criação do Pronaf até ao Território da Cidadania. Programas que representaram, como se viu, um novo entendimento da produção familiar. Uma política com acertos e erros, mas que surge do contraponto ao apoio histórico dado aos setores agroexportadores, pela pressão de grupos sociais e de descontentes com o uso dos recursos do Estado apenas para uma pequena elite rural, proprietária de quase toda a terra, e que vendia produtos para fora, enquanto na cidade faltava alimento; da antítese da visão de modernização conservadora e sua capacidade de articular recursos políticos e financeiros.

Essa elite, como se viu no terceiro capítulo, é ligada aos grandes proprietários de terra e se utiliza da concentração fundiária e faz dela um mercado de reserva. Terra que é arada com técnica e sabedoria mesmo por quem não tem terra, ou mesmo por quem não tem “o último pacote tecnológico”, mas sabe como produzir. Neste processo se inscreve a ampliação da capacidade produtiva dos agricultores familiares da região do Vale do Rio Vermelho através do Programa Territórios Rurais.

Esta ampliação da produção se dá sobretudo a partir do apoio recebido por políticas públicas e pela articulação coletiva, cada vez mais necessária entre estes produtores para ampliarem a sua organização. Parte significativa dos produtores familiares parece ter a compreensão de que não são apenas as ferramentas ou máquinas que estão em jogo. Trata-se, desta vez, da disputa por um conjunto de saberes que vão permiti-los continuarem produzindo em suas propriedades ou não.

Figura 14 - Participação de representantes de associações de produtores familiares na discussão da cadeia do leite em reunião do conselho territorial do Vale do Rio Vermelho.



Foto: Lúcio Pereira Mello

Mais que isso, são saberes que, muitas vezes, pressupõem um profundo conhecimento de agires. Os produtores familiares, como bem tratou o capítulo quatro, se percebem em uma região onde não basta apenas produzir: é preciso comprar insumos e saber vender, é preciso buscar crédito e assegurar a safra, é necessário investir e ter segurança. A expansão do agronegócio traz uma necessidade crescente de novas técnicas. Ao mesmo tempo, modifica a região com seus altos índices de mecanização, baixo uso de mão de obra e grandes lavouras.

O agricultor familiar dos municípios da região tem saído mais de suas propriedades para buscar as parcerias necessárias para a sua inserção produtiva, seja no vizinho, na comunidade ou nas universidades e cidades próximas. Mas, parece que é sobretudo na associação com seus semelhantes, no associativismo e no cooperativismo que está a estrada mais interessante para ampliarem seu prestígio político-econômico na região, valendo-se de técnicas da solidariedade incompreensíveis ao capital.

Talvez, neste contexto, valha a menção de Milton Santos sobre um novo papel do Estado:

Um mundo que resiste a atual noção de competitividade permitiria certamente um outro tipo de relações entre as empresas, entre as pessoas, entre os lugares. Não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. Não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares ser competitivos, mas a política produzida por atores globais, isto é, empresas globais, banco globais, instituições globais. (SANTOS, 2008; 222)

Um Estado, que seja mais voltado a programas com finalidades políticas de distribuição da renda e da terra em outra perspectiva, não somente através da inserção técnica, mas também da discussão sobre a exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. e VEIGA, José Eli da. “Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”. Texto Para Discussão N. 641 - Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília: IPEA, abr 1999.
- BRANDÃO, Carlos R. e RAMALHO, José Ricardo G.P. *Duas Sociedades Rurais no Mato Grosso Goiano*. Goiânia: ICHL/UFG, 1973.
- BRAUM, Mirian e SHIKIDA, Peri, *Uma Análise da Balança Comercial Agrícola Brasileira à Guisa de sua evolução histórica recente*.
- CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília : MDA, 2010.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura - Volume 1*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- DELGADO, Guilherme da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo, Ed. Ícone, 1985.
- DINIZ, José Alexandre F. “Os Dilemas Atuais das Geografias Rural e Agrária”. In *Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional*. Aracaju: NPGeo/UFS, 2002.
- FAUSTO, Boris: *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FAVARETO, Arilson, *et alli*. *Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil : avanços e desafios*. Brasília, IICA 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)
- FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. “Agricultura e produção Geográfica: Trajetória do conteúdo e das proposições teóricas da Geografia Agrária no Brasil”. In *Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional*. Aracaju: NPGeo/UFS, 2002
- FONSECA, M.T. Lousada. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o Capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 2003
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas:

Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

GUANZIROLI, Carlos (org.). *Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes. 1995

_____. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. FAO/INCRA. 1995.

GUIMARÃES, A. P. “O complexo agroindustrial”. in PIRES, Murilo J.S e RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil*. Revista Econômica do Nordeste, N°3, volume 40, julho –setembro 2009.

GUIMARÃES, Gilberto Passos. *Quatro séculos de latifúndios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAESBAERT, R. . *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade* (2a. edição revista). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

LOBATO, Monteiro, *Mundo da Lua e Miscelânea*. São Paulo, Editora Brasiliense, 12ª edição, 1982

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Ed. Anna Blume.2006

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas/USP, 1979.

MELLO, Lucio P. et Steinberger, Marília. Políticas públicas para a Agricultura Familiar: cronologia de uma territorialização. Prelo. Geo UERJ 2011

MUELLER, Charles C. *Das Oligarquias agrárias ao predomínio Urbano-Industrial: Um estudo do processo de formação de políticas agrícolas do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

NOBREGA, Mailson F. da. *Desafios da política agrícola*. Rio de Janeiro: Ed. Gazeta Mercantil. 1985.

PIRES, H.F. “As ‘metamorfoses’ tecnológicas do capitalismo no período atual”. In *ABG, Terra Livre*, jul-dez 1991, número 9. São Paulo: Editora Marco Zero.

SANTOS, Milton. “A Revolução tecnológica e o Território: realidades e Perspectivas”. In *ABG, Terra Livre*, jul-dez 1991, número 9. São Paulo: Editora Marco Zero.

_____. *A natureza do Espaço: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. 4ª Ed.

_____. *Metamorfoses do Espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. *Território, Globalização e Fragmentação* São Paulo: Hucitec,1994.

_____. *O Espaço do Cidadão*. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 1992

- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 12ª ed
- SEPULVEDA, Sergio. *Desenvolvimento Sustentável Microrregional: Métodos para o Planejamento Local*. Brasília: IICA, 2005.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- STEINBERGER, Marília et alli. *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.
- SUZUKI, Júlio Cesar. “Geografia Agrária: gênese e diversidade”. In MARAFON, Gláucio José, RUA, João e RIBEIRO, Miguel Angelo, *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura.: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI, versão 3.0, novembro de 1999. Nova Fronteira. Rio de Janeiro
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Em <http://www.ibge.gov.br>
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Site do programa Territórios da Cidadania. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Último acesso em: 29 nov. 2009.
- _____. Portal da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt>>. Último acesso em: 24 mai 2010.
- MMA. Fonte: in I3Geo – <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=41>
- PEIXOTO, Marcus. “Extensão Rural No Brasil – Uma Abordagem Histórica Da Legislação”. In *Textos Para Discussão 48*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, out. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Último acesso em: 13 jan 2011.
- SANTOS, Dayvid Souza. As políticas públicas agropecuárias no Brasil. In Adital (<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=45630>). 03/03/2010, visitado em 07/01/2010.
- SCHOUTEN, P. “Theory Talk #20: David Harvey on the Geography of Capitalism, Understanding Cities as Politics and Shifting Imperialisms”. In *Theory Talks*. Disponível em: <<http://www.theorytalks.org/2008/10/theory-talk-20-david-harvey.html>>. Último acesso em: 21 jan 2011.